



STAND.earth

GREENWASHING NA AMAZÔNIA

**Como os bancos destroem a floresta
amazônica enquanto fingem ser verdes**



**COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES
INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA**

TABLE OF CONTENTS

4 RESUMO EXECUTIVO

6 INTRODUÇÃO

- 6 A crise do ponto de não retorno
- 6 O papel dos bancos

8 ESTUDOS DE CASO

- 8 Impactos adversos na Amazônia
- 8 Aumento da poluição e da corrupção no Equador
- 11 Expansão do petróleo no Peru: uma ameaça aos povos indígenas e às florestas intactas
- 11 A luta pelos direitos dos povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial

15 ANÁLISE

- 15 Gestão de riscos ambientais e sociais
- 16 Devida diligência
- 16 Previsibilidade
- 19 Uso dos recursos
- 20 O cenário inverso
- 21 A influência da estrutura de negociação
- 22 Influência
- 23 Mapeamento da cobertura das políticas dos bancos
- 24 Citibank
- 26 JPMorgan Chase
- 28 Itaú Unibanco
- 30 Santander
- 32 Bank of America
- 34 HSBC
- 36 Greenwashing

38 CONCLUSÃO

- 38 Estratégia de saída do setor de petróleo e gás da Amazônia

40 APÊNDICE 1 - METODOLOGIA

- 44 Base de dados Amazon Banks Database

46 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



AVISO LEGAL: este documento foi elaborado com base nas melhores práticas e na devida diligência, usando as informações disponíveis na data da publicação. Todas as informações estão sujeitas a alterações. Todos os dados são obtidos de fontes públicas e/ou governamentais, incluindo, entre outros, declarações financeiras corporativas, relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e documentos de políticas. Se você representa uma das empresas que aparece neste material e acredita que ela não esteja representada com precisão, informações complementares podem ser enviadas para SRG@Stand.earth.

COEDITORES: COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA BACIA AMAZÔNICA (COICA) ESTAND.EARTH. **Autora principal:** Angeline Robertson, Stand.earth Research Group. **Coautora:** Alicia Guzmán León, PhD., Stand.earth. **Pesquisadores:** Angeline Robertson, Tory Brantner, Darwin Sodhi, Anjali Katta, Brian Orland, Alexis Ehireme Uddin e Chris Kuveke. **Colaboradores:** Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE), Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP) eEarth Insight.

Direitos autorais © Stand.earth

Todos os direitos reservados.

Todos os materiais contidos neste relatório são protegidos pela lei de direitos autorais dos Estados Unidos e não podem ser reproduzidos, distribuídos, transmitidos, exibidos, publicados ou divulgados sem a permissão prévia por escrito da Stand.earth, exceto em circunstâncias específicas limitadas e conforme descrito nos termos da atribuição CC BY-NC-ND 4.0 da Licença Creative Commons.

Stand.earth é uma marca registrada da Stand.earth e não pode ser reproduzida sem a permissão prévia por escrito da Stand.earth.

PREFÁCIO

É HORA DE OS BANCOS AGIREM

Os grandes bancos alegam proteger a floresta amazônica, os direitos indígenas e o nosso clima, enquanto investem simultaneamente na destruição irreversível de um dos ecossistemas mais estratégicos para a vida no planeta. Os povos indígenas da Amazônia e os cientistas têm alertado a humanidade há décadas de que a floresta amazônica está prestes a atingir um ponto de não retorno devido às altas taxas de desmatamento e degradação.¹ Para além desse limite, a Amazônia sofreria um declínio com impactos catastróficos para os povos indígenas e a humanidade. A biodiversidade e os rios da floresta amazônica fornecem serviços ecossistêmicos para mais de 40 milhões de pessoas em toda a bacia amazônica e ajudam a regular o clima do planeta. Para 511 povos indígenas, a morte de suas terras originárias vem gerando deslocamento, fome e doenças, além da perda de suas culturas, sistemas de governança e conhecimento, que têm mantido a integridade do ecossistema há milênios.

Para o restante da população, as pesquisas científicas disponíveis até o momento estabelecem que o ponto de não retorno na Amazônia acontece quando, juntos, o desmatamento e a degradação ultrapassam um limite de 20 a 25%.² Além disso, trabalhos recentes indicam que a Amazônia e oito outros ecossistemas importantes estão se aproximando ou já ultrapassaram esses pontos de não retorno³. Modelos já demonstraram que existem caminhos de transformações interconectadas entre a Amazônia e locais tão distantes quanto o Planalto Tibetano e a camada de gelo da Antártica Ocidental, ligando os impactos na Amazônia àqueles ocorridos em outros ecossistemas.⁴

São necessárias medidas políticas em todas as esferas para interromper a atual dinâmica de destruição da Amazônia em busca de lucro. Evitar o ponto de não retorno é uma tarefa urgente para a humanidade, que deve agir em conjunto para proteger pelo menos 80% da Amazônia até 2025^{5,6}. A degradação e o desmatamento juntos já transformaram 26% da região.⁷ Dada a interdependência entre a Amazônia e o planeta e, diante da atual emergência climática e da crise da biodiversidade, essa é uma medida que visa não apenas salvar a floresta tropical, mas também proteger o planeta.⁸ Os impactos negativos na Amazônia repercutem em outros ecossistemas. Essas transformações se interligam para dar início a uma dinâmica de mudanças em cadeia no planeta, de modo que, se a Amazônia sucumbir, isso poderá desencadear uma série drástica de implicações em nível global.⁹ Assim, a responsabilidade de proteger a Amazônia exige ação por parte dos países amazônicos e dos países do Norte global, onde estão localizadas as empresas de petróleo e os bancos que as financiam.

Para entender como podemos impedir o ponto de não retorno, precisamos revelar os fluxos financeiros que alimentam o extrativismo na Amazônia em todas as suas formas. Os setores de petróleo e gás, agronegócio, mineração e exploração madeireira estão entre os mais prejudiciais. Há 1.647 territórios indígenas e 52 áreas de proteção afetadas pela sobreposição com blocos de petróleo na Amazônia¹⁰. Rios poluídos por vazamentos de petróleo e mercúrio e o ar contaminado pela queima do gás (flaring) são provas dos impactos da expansão das indústrias extrativistas sobre os povos e ecossistemas da Amazônia. Doenças crônicas e catastróficas em comunidades indígenas e locais evidenciam os efeitos de décadas de extrativismo que agora põem em risco nosso futuro, bem como a saúde reprodutiva das mulheres em toda a região.

Os esforços para impedir a devastação foram recebidos com violência. Uma quantidade alarmante de lideranças e defensores da terra foram mortos enquanto protegiam a Amazônia, que hoje é a região mais violenta do planeta para lideranças indígenas e defensores da terra.^{11,12,13}

Os governos não estão isentos dos impactos do extrativismo. Vítimas da corrupção desenfreada promovida pela corrida para obter contratos de petróleo na região, a maioria dos países viu suas instituições e sua legitimidade serem corroídas pelo suborno de empresas estrangeiras de combustíveis fósseis que buscam lucrar com os recursos da Amazônia. Para os povos indígenas, esses fluxos financeiros representam uma nova forma de colonialismo e empobrecimento.

Mais de US\$ 20 bilhões foram fornecidos em financiamento para o setor de petróleo e gás na Amazônia, e esses são apenas os fundos que podem ser rastreados diretamente. Devido à falta de rastreabilidade dos dados financeiros, pode haver bilhões de dólares a mais sendo direcionados à região. Os bancos que continuam a financiar a exploração de petróleo e gás na Amazônia apoiam um setor que tem um histórico de desrespeito aos direitos indígenas e humanos, além de minar a capacidade dos governos de cumprir seu papel de garantidores de direitos. Essas empresas priorizam a expansão do petróleo em detrimento da vida, da biodiversidade, da integridade dos ecossistemas e da integridade das culturas indígenas.

Este novo relatório, “Greenwashing na Amazônia”, explica o abismo que há entre o que os bancos alegam fazer para proteger as pessoas e o planeta e os verdadeiros impactos de suas políticas – que não são suficientes para proteger lugares tão importantes para todo o mundo, como a Amazônia.



Créditos: COICA

As atuais normas e políticas dessas instituições financeiras privilegiam a proteção dos bancos, não dos seres humanos, da natureza ou dos direitos indígenas. Enquanto os povos indígenas e as comunidades locais continuam sob enorme ameaça do extrativismo, os bancos afirmam cumprir com padrões internacionais para a preservação da integridade dos ecossistemas e dos direitos humanos, mas podem, na verdade, estar buscando afastar sua imagem dos impactos causados por seus financiamentos para se protegerem de serem responsabilizados.

Esse tipo de greenwashing é uma grande ameaça. As políticas dos bancos precisam integrar limites de financiamento compatíveis com o estado atual da Amazônia e eliminar o financiamento de setores extrativistas em toda a bacia amazônica. Do contrário, sem restrições estabelecidas por políticas bancárias bem elaboradas, a Amazônia continuará a ser destruída pelo investimento em empresas cujas atividades não apenas violam os direitos dos povos indígenas e causam desmatamento, poluição e perda de biodiversidade, como também aceleram a crise climática e contribuem para a corrupção nos governos e nas instituições da região.

Nosso relatório anterior, “Lucros do Colapso”¹⁴, publicado pela COICA e a Stand.earth em julho de 2023, estabeleceu as bases para o relatório “Greenwashing na Amazônia”, detalhando o papel desempenhado por mais de 150 instituições financeiras que contribuem para a expansão do setor de petróleo e gás na região, e mostrou que oito bancos – Citibank, JPMorgan Chase, HSBC, Santander, Itaú, Bradesco, Goldman Sachs e Bank of America – são responsáveis por mais da metade dos mais de US\$ 20 bilhões que os bancos investiram no setor de petróleo e gás na Amazônia nos últimos 20 anos.

O relatório “Lucros do Colapso” também se baseou em uma investigação publicada em 2020 que revelou que bancos, em sua maioria sediados na UE, estavam financiando o comércio do petróleo amazônico proveniente da Amazônia Ocidental (Peru, Equador e Colômbia). Como resultado, quatro bancos europeus – BNP Paribas, ING, Natixis et Crédit Suisse – se comprometeram a excluir gradualmente o financiamento comercial do petróleo no Equador, apoiando as lideranças indígenas e aumentando a pressão sobre o governo equatoriano para barrar a expansão do petróleo.

Após esse sucesso inicial, dois bancos também adotaram exclusões geográficas para o financiamento do setor de petróleo e gás na Amazônia. Um deles, o BNP Paribas, implementou a eliminação de financiamentos desse tipo em partes substanciais da Amazônia e ampliou a exclusão de modo a contemplar o financiamento da agricultura intensiva, uma das principais atividades que impulsionam a destruição na região. Em dezembro de 2022, o HSBC baseou sua área de exclusão na designação mais abrangente da Amazônia, sendo o primeiro banco a reconhecer toda a extensão da Amazônia em sua política de exclusão. Mais recentemente, o banco britânico Barclays adotou uma política semelhante.

O setor de petróleo e gás é um excelente exemplo de como o fluxo de capital irrestrito pode colocar em risco os povos indígenas e seus territórios, a biodiversidade, a qualidade da água e as florestas preservadas, principalmente quando a corrupção faz parte dos negócios¹⁵. Lideranças indígenas e o Relator Especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas afirmam que as leis e os procedimentos de consulta para aplicação do consentimento livre, prévio e informado (CLPI) na América Latina não foram desenvolvidos com a participação dos povos indígenas.¹⁶

Portanto, os povos indígenas não consideram que nem um único barril de petróleo da região tenha sido produzido em conformidade com os princípios do CLPI.



Créditos: Lucas Maia

Conforme estabelecido pela Convenção 169 da OIT e pela Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP).¹⁷ No Equador, Peru e Colômbia, o setor petrolífero vem destruindo a região há décadas, com mais de 8.200 passivos ambientais e outros impactos relacionados ao petróleo, como derramamentos¹⁸ em áreas florestais e cursos d’água e novas estradas que cortam a floresta para sua produção.^{19,20} Ao mesmo tempo, territórios indígenas e até mesmo áreas de proteção estão sob o cerco do insaciável setor petrolífero que visa continuar expandindo a produção e as exportações do petróleo bruto da Amazônia.

Este relatório é outro marco no esforço dos povos indígenas e da sociedade civil para impedir a destruição da Amazônia. Pedimos a todos os bancos que adotem uma política de exclusão de todos os financiamentos ao setor de petróleo e gás de suas carteiras, incluindo, mas não se limitando à Amazônia. Essa é a única estratégia de gerenciamento de risco efetiva que funcionará para a região, para nossas comunidades e para o clima. Conclamamos os bancos a deixar de ser cúmplices da destruição da natureza, dos meios de subsistência de nossas comunidades e da resiliência de nossos governos, bem como da violência contínua contra os defensores da terra.

Convidamos os bancos a se juntarem a nós para impedir que ultrapassemos o ponto de não retorno, por meio da implementação de uma exclusão geográfica e do apoio público à meta de proteger 80% da Amazônia até 2025 – uma meta que já foi reconhecida pela Moção 129²¹ da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), pelas Resoluções Regionais²² do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Florestas, realizado em 2023, e pela Declaração da Cúpula da Amazônia²³, realizada em Belém em agosto de 2023. A Colômbia também adotou a meta de proteger 80% da região em seu posicionamento oficial^{24,25}. Esperamos contar com a liderança dos bancos para atingir esse objetivo. Atuamos tendo em mente o interesse de nossas comunidades, de nossas terras e do futuro do planeta. É hora de os bancos fazerem o mesmo.



Fany Kuiru Castro

Coordenadora Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA)



Todd Paglia

Diretor Executivo, Stand.earth

AS POLÍTICAS BANCÁRIAS DE FATO PROTEGEM AS PESSOAS E A NATUREZA CONTRA RISCOS?

Este relatório analisa como as políticas de gestão de riscos ambientais e sociais (ESRM, como na sigla em inglês) dos principais bancos que financiam a extração de petróleo e gás na Amazônia não contemplam plenamente os impactos adversos de seus financiamentos sobre as pessoas e a natureza. **Nos últimos 20 anos, apenas seis bancos – Citibank, JPMorgan Chase, Itaú Unibanco, Santander, Bank of America e HSBC – foram responsáveis por quase metade (46%) de todo o financiamento direto a operações de exploração de petróleo e gás na Amazônia.**

A maioria desses bancos afirma defender os direitos humanos e a proteção ambiental, mas, com exceção do HSBC, eles continuam financiando operações de empresas estatais e privadas de petróleo e gás no Brasil, Peru, Colômbia e Equador. E, mesmo assim, divulgam, em seus sites, relatórios e materiais promocionais com declarações que dão a impressão de que estão tendo sucesso na proteção do meio ambiente e dos direitos humanos por meio de seus processos de due diligence. **Este estudo indica que os bancos fazem uso da tática do greenwashing para mascarar sua contribuição para os impactos adversos na Amazônia. Embora tenham assumido o compromisso de combater as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a exploração dos povos indígenas, dando a impressão de que estão protegendo as pessoas e a natureza, os bancos continuam a financiar operações devastadoras.**

As políticas de ESRM que falham em eliminar alguns dos desenvolvimentos mais poluentes e destrutivos envolvendo combustíveis fósseis deixam

de responder à crise climática em um momento em que a ciência deixa claro que qualquer novo projeto de combustíveis fósseis ameaça nossa capacidade de garantir um futuro estável. A Amazônia é a região com maior biodiversidade da Terra e lar de mais de 500 povos indígenas diferentes, no entanto, **mais da metade do território amazônico (59%) não é considerado adequadamente nas políticas de ESRM das principais instituições que financiam o setor de petróleo e gás na Amazônia. Quando as exclusões do HSBC na Amazônia são desconsideradas, as exclusões dos outros cinco principais bancos citados no relatório cobrem em média apenas 4% da Amazônia, e 25% quando são considerados os filtros negativos. Isso deixa uma média de 71% da Amazônia sem políticas de gestão de risco no que tange às mudanças climáticas, à biodiversidade, à cobertura florestal e aos direitos dos povos indígenas.**

Usamos uma abordagem inovadora para mapear os valores ambientais e sociais, incluindo biodiversidade, cobertura florestal, áreas de proteção e territórios indígenas. Os resultados do mapeamento indicam que, **com exceção do HSBC, as políticas de gestão de risco de nenhum dos bancos protegem de maneira suficiente os principais valores ambientais e sociais na Amazônia contra o risco de impactos adversos causados pelo setor de petróleo e gás.** Por exemplo, a única exclusão do Citibank que se aplica às operações de petróleo e gás na Amazônia diz respeito aos locais onde se encontram os Patrimônios Mundiais da Unesco, que representam apenas 2% da região.

	% ÁREA EXCLUÍDA	% ÁREA COM FILTROS NEGATIVOS	% COBERTURA TOTAL DA GESTÃO DE RISCO	% SEM COBERTURA
JPMorgan Chase	2%	14%	16%	84%
Citibank	2%	44%	46%	54%
Itaú Unibanco	0%	0%	0%	100%
Banco Santander	16%	24%	40%	60%
Bank of America	0%	45%	45%	55%
Média	4%	25%	29%	71%

Tabela 1. Dos principais bancos que financiam o petróleo e o gás na Amazônia, apenas o HSBC tem políticas que cobrem toda a Amazônia. Os outros cinco principais bancos têm políticas que deixam, em média, 71% da Amazônia sem uma gestão adequada dos riscos ambientais e sociais. Fonte: Stand.earth Research Group.

Além da escassez de cobertura geográfica, este relatório revela que muitas transações financeiras são estruturadas de modo a minimizar a identificação, a categorização e a priorização dos valores ambientais e sociais nas políticas de gestão de riscos dos bancos. Para determinar se negociações que contornam as exclusões e os filtros são comuns, foram analisadas mais de 560 transações envolvendo atividades de petróleo e gás na Amazônia por meio da base de dados Amazon Banks Database. **De acordo com essa base de dados, 72% de todas as transações de financiamento de combustíveis fósseis ligadas ao setor de petróleo e ao gás na Amazônia são estruturadas de forma a não permitir um processo de devida diligência detalhado.**

O tipo de transação mais predominante encontrado na base de dados Amazon Banks Database é o financiamento sindicalizado para “fins corporativos gerais” (GCP, na sigla em inglês), que representa 50% de todas as transações na base de dados. As transações envolvendo financiamentos sindicalizados para GCP normalmente não ativam as exclusões e os filtros relacionados a projetos, que são comuns nas políticas de ESRM dos bancos, nem envolvem uma devida diligência rigorosa por parte dos bancos, a menos que haja um acordo com os parceiros do consórcio, que podem hesitar em complicar ou aumentar o custo da transação. Depois que os títulos são emitidos, a capacidade do banco de influenciar a forma como os recursos são usados diminui significativamente, reduzindo a influência de longo prazo sobre as atividades dos clientes. No entanto, essas transações permitem que os bancos mantenham a conformidade com as políticas de ESRM, limitem passivos, incluindo os impactos causados pelos clientes, uma vez que esses riscos são diluídos pelo consórcio, e continuem a atuar junto a clientes que exploram combustíveis fósseis para supostamente ajudá-los a mitigar os riscos climáticos, apesar da eficácia limitada da subscrição de títulos nesse contexto.

O relatório contém relatos poderosos sobre os impactos nocivos das operações de petróleo e gás na Amazônia por parte de organizações que representam os povos indígenas. Em 2021, por exemplo, dois oleodutos rompidos deixam vazar quase 2 milhões de litros de petróleo nos rios Napo e Coca, no Equador, causando graves impactos à saúde e ao meio ambiente, que devastaram as comunidades de Kichwa. No Peru, mais de 250 derramamentos de petróleo no oleoduto Norperuano ameaçam a saúde e o bem-estar dos povos indígenas, enquanto grandes bancos, como JPMorgan Chase, o Santander e o HSBC, financiam a expansão de uma enorme refinaria que aumentará a demanda por petróleo na região. Ainda no Peru, a saúde e o bem-estar dos povos indígenas isolados também foram gravemente afetados pela invasão de campos de gás em seus territórios tradicionais na última década, ainda assim, em 2023, bancos como o Bank of America e o Citibank forneceram novos financiamentos para o projeto.

A Amazônia já perdeu mais de um quarto de sua cobertura florestal, e os cientistas acreditam que uma perda ainda maior dessa cobertura levará a região a um ponto de não retorno, com a função hidrológica ficando gravemente prejudicada. A coalizão Amazônia pela Vida, que inclui parceiros que ajudaram na elaboração deste relatório, pede que 80% da Amazônia seja protegida até 2025 para

evitar chegarmos a esse ponto de não retorno. **Uma parte fundamental desse trabalho é discutir o papel que um número relativamente pequeno de bancos desempenha no fluxo de crédito para operações de petróleo e gás na Amazônia.**

De modo geral, as conclusões deste relatório indicam que os bancos estão falhando em identificar e gerenciar os riscos às pessoas e à natureza decorrentes da extração de combustíveis fósseis em sua real dimensão, enquanto a região que é lar da maior biodiversidade da Terra está sob uma grave ameaça. **Se os bancos quiserem de fato se comprometer com os valores que afirmam defender, suas políticas devem abranger categorias mais amplas de proteção e negociação.** Isso envolve a implementação de exclusões e filtros rigorosos que aumentem os custos das atividades de petróleo e gás, mitigando os impactos adversos da extração de combustíveis fósseis e tornando os investimentos em energia renovável mais atraentes do ponto de vista financeiro.

Para os bancos, a primeira medida é abandonar imediatamente as atividades de petróleo e gás na Amazônia com o objetivo de ajudar a evitar a crise e o ponto de não retorno e proteger 80% da Amazônia até 2025. Os bancos devem se comprometer a:

1. Não realizar novos financiamentos e investimentos em petróleo e gás

2. Acabar com os atuais financiamentos e investimentos em petróleo e gás

3. Encerrar o financiamento comercial de petróleo e gás

4. Acabar com o financiamento corporativo para comerciantes de petróleo

5. Ajustar as carteiras de financiamento levando em conta o cenário do ponto de não retorno iminente na Amazônia e promover a proteção de 80% da Amazônia até 2025

INTRODUÇÃO

A crise do ponto de não retorno

A crise climática e de biodiversidade e os impactos associados sobre as pessoas e o planeta pressionam cada vez mais os bancos a reconsiderar suas estratégias de gestão de risco. Essas crises colocam a Amazônia — definida como a região que abrange a floresta amazônica e regiões sob sua influência em nove países da América do Sul²⁶ — sob risco de uma forma nunca antes vista (ver Figura 1). A pressão pelo desmatamento dos setores extrativistas, como o agronegócio, a mineração, a exploração madeireira e o setor de petróleo e gás, está dizimando as florestas e provocando a perda da cultura dos povos indígenas e da biodiversidade. A emergência climática agrava ainda mais essa crise, com condições mais quentes e secas que levam a mais incêndios florestais. Os povos indígenas, que protegem 80% da biodiversidade remanescente do mundo em seus territórios tradicionais, estão na linha de frente e, com frequência, sofrem os piores impactos adversos causados pela extração.²⁷

O resultado é que a Amazônia se encontra em um limiar crítico de perda de cobertura florestal, em que poderá perder uma quantidade de cobertura florestal excessiva para conseguir manter seu ciclo hidrológico, transformando-se em um ecossistema de savana onde os incêndios são comuns. A coalizão Amazônia pela Vida pede que 80% da Amazônia seja protegida até 2025 para evitar esse ponto de não retorno. Liderada pela Coordenadoria das Organizações Indígenas daBacia Amazônica (COICA), com o apoio das organizações Stand.earth, RAISG, Avaaz, Amazon Watch, Wild Heritage, Re:Wild, One Earth e Earth Insight, a coalizão tem o apoio de mais de 1.200 organizações da sociedade civil, institutos de pesquisa e cientistas do mundo todo.



Figura 1. Captura de tela do mapa que mostra os limites biogeográficos da Amazônia (em verde), a extensão total do Bioma Amazônico (em vermelho), os limites administrativos (roxo) e a bacia hidrográfica (região pontilhada em azul). Reproduzido de RAISG “Amazônia sob pressão”, (2020), <https://www.amazoniasocioambiental.org/en/publication/amazoniaunderpressure-2020>. Note que a foz do Amazonas não está incluída na definição de Amazônia da RAISG, mas é uma importante área adjacente. A foz do Amazonas está localizada na margem equatorial, ao largo das costas dos estados brasileiros do Amapá e do Pará.

Ela é extremamente urgente e necessária. Já perdemos 26% da cobertura florestal na Amazônia

O papel dos bancos

As instituições financeiras desempenham um papel importante no fornecimento de fluxos de crédito para os setores extrativistas que impulsionam a crise do ponto de inflexão. Isso também significa que os bancos e outras instituições financeiras têm um papel fundamental na solução. A restrição de crédito torna mais cara a implementação de projetos como novos campos de petróleo. Várias organizações têm como objetivo usar sua influência sobre os clientes para apoiar uma transição energética que deixe de lado o petróleo e o gás e passe a usar tecnologias verdes.

Como destacado pelo relatório anual Banking on Climate Chaos (“Financiando o caos climático”)²⁸, as atuais práticas financeiras ainda não são adequadas para apoiar essa transição energética. Muito dinheiro ainda é direcionado a novas operações de petróleo e gás. Após a COP28, em dezembro de 2023, a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) colocou 602 novos blocos de petróleo em leilão, sendo pelo menos 21 deles localizados na Amazônia.²⁹ As implicações climáticas dessas práticas financeiras são incompatíveis com a determinação dos cientistas de manter o aquecimento global abaixo de 1,5° C, em um momento em que a Agência Internacional de Energia (AIE) pede o fim da expansão do petróleo e do gás em todo o mundo.³⁰

Ao mesmo tempo, há um aumento no número de políticas de sustentabilidade adotadas pelos bancos para tratar de questões climáticas, ambientais e de direitos humanos, de acordo com as quais as decisões de financiamento dos bancos podem resultar em responsabilidade para o banco. Políticas como a de ESRM são parte dos esforços dos bancos para evitar danos e minimizar os impactos negativos das atividades bancárias sobre sua própria reputação, estabelecendo critérios para o financiamento de empresas expostas ao risco de violar direitos humanos, ao desmatamento, à poluição, dentre outros, devido às suas atividades comerciais.³¹

Essas estratégias de sustentabilidade são pensadas para proteger e aumentar o valor comercial de longo prazo criado pelas atividades bancárias, como empréstimos e a subscrição de títulos.³² O valor comercial representa a saúde do banco em longo prazo e é afetado por ameaças financeiras, como riscos envolvendo crédito, o mercado, liquidez e riscos operacionais, bem como por ameaças não financeiras, como riscos estratégicos de reputação, regulatórios e de litígio/responsabilidade.³³

As políticas de ESRM e outras estratégias ambientais, sociais e de governança (ESG) e de sustentabilidade empregadas pelos bancos são normalmente apresentadas como focando na integração de valores ambientais e sociais à estratégia e às operações da empresa, a fim de proteger as pessoas e a natureza. Contudo, nem sempre as políticas de ESRM são implementadas de forma eficaz. Por exemplo, a análise temática de 2022 do Banco Central Europeu de 186 bancos sobre riscos climáticos e ambientais constatou que “55% das instituições pesquisadas têm práticas em vigor que não são implementadas de forma alguma ou apenas parcialmente”³³. Constatou-se também que “pontos cegos na identificação de riscos climáticos e ambientais em setores-chave, regiões geográficas e fatores de risco foram identificados em 96% das instituições e, desses, 60% foram considerados lacunas importantes”.³⁴ Qualquer lacuna entre as políticas de ESRM dos bancos no papel e sua eficácia na prática pode ser uma fonte de greenwashing. Greenwashing é “o ato ou a prática de fazer com que um produto, uma política, uma atividade etc. pareça ser mais ecologicamente correto ou menos prejudicial ao meio ambiente do que realmente é”.^{35,36}

Este relatório analisa as políticas de ESRM dos principais bancos que financiaram a extração de petróleo e gás na Amazônia nos últimos 20 anos, para verificar se suas políticas têm processos de devida diligência adequados para identificar e prevenir ou mitigar impactos adversos às pessoas e à natureza. **O greenwashing prejudica esforços reais de reduzir as emissões e proteger as pessoas e a natureza, enganando consumidores, investidores e o público, e prejudicando a confiança e compromissos e ações reais necessários para enfrentar as crises climáticas e de biodiversidade.**³⁷

Por exemplo, uma queixa internacional movida em 2021 pela organização Client Earth contra a Saudi Aramco, petrolífera estatal da Arábia Saudita, junto ao Conselho de Direitos Humanos da ONU argumenta que os bancos que financiam a empresa contribuem para impactos adversos sobre os direitos humanos ao facilitar as atividades e políticas da Aramco, que violam diretamente o esforço de manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C conforme o Acordo de Paris.³⁸ A denúncia conclui que há um sério risco de que os bancos envolvidos não estejam cumprindo suas responsabilidades de acordo com seus compromissos climáticos e de direitos humanos, conforme descrito nos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos³⁹ (UNGP), também conhecidos como Marco Ruggie, e nas Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de devida diligência para empréstimos corporativos e subscrição de títulos responsáveis.⁴⁰

Analogamente, os bancos que financiam o setor de petróleo e gás na Amazônia têm relações significativas e contínuas com as empresas que apoiam. De acordo com as diretrizes do UNGP e da OCDE, os bancos têm responsabilidades tanto quando estão ligados aos impactos adversos por meio de suas relações comerciais (por exemplo, por meio dos financiamentos concedidos a seus clientes) quanto quando o banco, por suas próprias ações, contribui diretamente para os impactos adversos. Este relatório explora como os bancos contribuem para tais impactos adversos, usando como ferramenta de análise as diretrizes da OCDE para avaliar sua contribuição.

O relatório também analisa mais de 550 transações relacionadas a financiamentos de combustíveis fósseis constantes na base de dados Amazon Data Banks⁴¹, para testar como a estrutura das transações afeta a forma como os bancos são relacionados aos impactos e como podem usar sua influência sobre seus clientes. Um mapeamento inovador também é empregado para examinar como as políticas de ESRM dos bancos identificam os valores ambientais e sociais, usando a Amazônia como um caso de teste, bem como para avaliar o que isso revela sobre seus processos de devida diligência.

Por fim, os resultados da análise são discutidos quanto ao potencial de greenwashing e como os bancos podem ir além da simples gestão do risco à sua reputação, passando a ter um impacto mais positivo nas crises climática e de biodiversidade, evitando o ponto de não retorno amazônico e evitando impactos adversos sobre os povos indígenas e as comunidades locais na Amazônia.

IMPACTOS ADVERSOS NA AMAZÔNIA

O termo “impactos adversos” neste relatório engloba o extenso e problemático legado do setor de petróleo e gás na Amazônia. Desde os primórdios da extração de petróleo e gás, a poluição, a violência e a corrupção foram características das práticas do setor na região. Os povos indígenas têm suportado o peso desses impactos por décadas. Os derramamentos de petróleo e a queima de gás (flaring) poluem a água, a terra e o ar e envenenam a biodiversidade e as fontes de alimentos. Os meios de subsistência e os modos de vida dos indígenas foram prejudicados e perdidos, enquanto a corrupção leva a promessas vazias e à falta de apoio à comunidade. Os estudos de caso a seguir destacam alguns impactos adversos recentes do petróleo e gás na Amazônia e incluem relatórios de impacto dos povos indígenas afetados por atividades financiadas por grandes bancos citados neste relatório.



Aumento da poluição e da corrupção no Equador

Entre o boom do petróleo na década de 1970⁴² e os dias atuais, a dependência do governo equatoriano no petróleo aumentou drasticamente. Atualmente, o Equador tem mais de 6,7 milhões de hectares (ha) de concessões de petróleo e gás onshore e mais 2,5 milhões de hectares em concessões offshore.⁴³ Os blocos de petróleo e gás se sobrepõem a mais de 5,6 milhões de hectares de ecossistemas intocados, ou 47% da área total de florestas primárias no Equador, tanto dentro, quanto fora da Amazônia.⁴⁴ O Equador é responsável pelo fornecimento da grande maioria (89%) do petróleo bruto da Amazônia comercializado internacionalmente, que é predominantemente refinado e consumido nos Estados Unidos, principalmente na Califórnia.⁴⁵

Na Amazônia, as concessões de petróleo e gás se sobrepõem a 4,5 milhões de hectares de territórios indígenas, o que significa que 65% dos territórios dos povos originários na Amazônia equatoriana encontram-se sobrepostos a blocos de petróleo e gás.⁴⁶ No entanto, lideranças indígenas e o Relator Especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas afirmam que as leis e os procedimentos de consulta para aplicação do CLPI na América Latina não foram elaborados com a participação dos povos indígenas.⁴⁷ Em 2021, o governo do Equador anunciou planos para dobrar a produção de petróleo sob o pretexto de impulsionar a economia do país⁴⁸, apesar dos recorrentes desastres ambientais causados pelo setor, da corrupção generalizada e do fato de que a medida colocaria em risco mais de 3 milhões de hectares de floresta tropical intacta, em grande parte sem estradas abertas.

No entanto, esses planos sofreram forte oposição dos povos indígenas do Equador, pois essas concessões de petróleo se sobrepõem aos seus territórios e ameaçam seu modo de vida.⁴⁹ Embora a extração de petróleo possa ter um impacto direto limitado em relação ao desmatamento, as atividades associadas ao setor, como a construção de estradas e os derramamentos, representam ameaças significativas ao meio ambiente, como a fragmentação da floresta e a perda de biodiversidade, bem como à soberania, à saúde e aos meios de subsistência dos povos indígenas e das comunidades locais.

As preocupações com o impacto ambiental da exploração de petróleo baseiam-se na experiência real das comunidades indígenas. Os dados sobre a contaminação por petróleo do Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica do Equador identificam mais de 4.600 derramamentos e poças de petróleo e outros incidentes de contaminação por petróleo entre 2006 e 2022.⁵⁰ A Figura 2 destaca que a maioria desses derramamentos ocorre dentro de concessões de petróleo e gás, ao longo de oleodutos ou se agrupam em torno de refinarias. Mais de 530 desses derramamentos de petróleo ocorreram em territórios indígenas.

Em abril de 2020, o rompimento de dois oleodutos no norte do Equador causou um derramamento catastrófico de petróleo, lançando mais de 2 milhões de litros de petróleo nos rios Coca e Napo, sendo o pior derramamento dos últimos 15 anos.⁵¹ Esse desastre ambiental deixou 27.000 indígenas do povo Kichwa sem acesso à água potável ou peixes, aumentando os desafios enfrentados durante a pandemia da COVID-19. Apesar das alegações das operadoras de oleodutos, incluindo o Consórcio OCP, de gestão privada, e a estatal PetroEcuador, de que a limpeza havia sido bem-sucedida, o petróleo continua visível ao longo das margens dos rios, nos sedimentos e no solo, com testes independentes revelando altos níveis de hidrocarbonetos e metais pesados, como níquel e chumbo.⁵²

A devastação ambiental prosseguiu em novembro de 2020, quando o rompimento de outro oleoduto poluiu o rio Shiripuno, afetando várias comunidades indígenas Waorani. Os esforços de limpeza foram adiados por semanas até que a empresa equatoriana Petrobell começasse o trabalho.⁵³ Depois disso, em janeiro de 2022, o Oleoduto de Petróleo Pesado (OCP) se rompeu novamente, contaminando uma área significativa do Parque Nacional Cayambe Coca e colocando em risco a vida selvagem.⁵⁴ O derramamento também atingiu comunidades indígenas Kichwa nas províncias de Napo e Sucumbíos, evidenciando as consequências extensas e contínuas dos rompimentos de oleodutos tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades indígenas e não indígenas na Amazônia equatoriana.

A extração e a produção de petróleo, gás e recursos similares exigem investimentos substanciais e conhecimento especializado. Países ricos em recursos, como o Equador, geralmente não dispõem desses recursos, o que aumenta o risco de corrupção. Em 2022, um indivíduo ligado à Gunvor, empresa multinacional de comércio de commodities energéticas, se declarou culpado de orquestrar um esquema de suborno, totalizando US \$70 milhões de 2012 a 2019, incluindo US \$22 milhões em subornos a três autoridades equatorianas.⁵⁵ Posteriormente, em 1º de março de 2024, a Gunvor S.A. (Grupo Gunvor) se declarou culpado das acusações de suborno envolvendo autoridades equatorianas e teve que pagar mais de US \$650 milhões em multas criminais na Suíça e nos Estados Unidos.⁵⁶

De 2013 a 2014, um funcionário sênior da Petroecuador recebeu US \$562.000 em subornos da Gunvor Singapore, revelando um padrão de corrupção dentro da estatal.⁵⁷ Além disso, em 2021, um empresário equatoriano foi condenado por seu envolvimento em um esquema de suborno e lavagem de dinheiro de US\$ 4,4 milhões, que repassava subornos para ex-funcionários da Petroecuador.⁵⁸ Em 2023, os escritórios da Petroecuador foram revistados como parte de uma investigação sobre suposta corrupção, o que levou à renúncia do presidente da Petroecuador, Hugo Aguilar.⁵⁹

Revelações recentes tais como essas sobre práticas de corrupção no Equador destacam o papel dos comerciantes de petróleo, como as empresas Gunvor, Trafigura e Vitol, na promoção de uma “maldição dos recursos”⁶⁰ em países ricos em petróleo como o Equador.



Figura 2. Mapa da infraestrutura e dos derramamentos de petróleo no Equador, mostrando a concentração de derramamentos na Amazônia equatoriana. Fonte: Earth Insight (2024).

O Equador não só perdeu em receita do petróleo, que deveria ter ido para o Estado, como também se endividou em mais de US \$18 bilhões com empréstimos lastreados em petróleo em negociações orquestradas pelas mesmas entidades que subornavam autoridades governamentais.⁶¹ O efeito impulsionou a expansão do petróleo, já que a dívida referente às negociações de petróleo e pré-vendas permitiu que o Equador contraísse empréstimos com base na produção futura, forçando o país a produzir mais petróleo com perdas cada vez maiores.⁶²

Embora os lucros do setor tenham sido exportados juntamente com grande parte do petróleo bruto, os impactos adversos foram deixados para trás, para que os povos indígenas e as comunidades locais os enfrentassem sozinhos. A expansão levou o setor de petróleo e gás para dentro das comunidades dos povos originários, provocando conflitos à medida que esses povos lutavam por seus territórios e seus direitos. A corrupção endêmica também pode promover a violência ao destruir a confiança pública no sistema judiciário e ao reduzir as denúncias de violência, permitindo que os perpetradores ajam com uma sensação de impunidade.⁶³ Essa tendência é mais acentuada no caso de populações vulneráveis, incluindo os povos indígenas que vivem longe dos centros urbanos e do policiamento. Ela também pode minar as instituições ambientais e perpetuar a grilagem e as violações de direitos.⁶⁴ Os povos indígenas no Equador geralmente protegem suas comunidades da expansão do petróleo, arriscando seus corpos por meio de greves, bloqueios e protestos. Em um sistema corrupto, essas ações diretas se tornam mais perigosas. Por exemplo, em 2023, Eduardo Mendúa, um líder indígena equatoriano que se opôs ao setor do petróleo, foi perseguido e assassinado, assim como muitos outros defensores da terra na Amazônia.⁶⁵

Além disso, bancos europeus como BNP Paribas, ING, Natixis, Rabobank, Deutsche Bank, UBS e Société Générale (entre outros) mantêm relações financeiras de longa data com o Gunvor Group. Na realidade, bancos com sede na Europa forneceram 58% do financiamento total da Gunvor nos últimos oito anos (de 2015 a 2023), totalizando US\$ 6,8 bilhões. Apesar das políticas mais rigorosas dos bancos europeus relacionadas à proteção do meio ambiente e aos direitos humanos, sua relação contínua com o Gunvor Group revela que os bancos da UE continuam a financiar uma empresa com histórico sombrio de corrupção e destruição ambiental. Apesar da corrupção e dos impactos da poluição, grandes bancos dos EUA, como o Citibank, o JPMorgan Chase e o Bank of America, continuam financiando a produção e o comércio de petróleo no Equador. Nos últimos 20 anos, o JPMorgan Chase forneceu apoio financeiro significativo, estimado em US\$ 5 bilhões, a comerciantes globais que extraem petróleo da Amazônia, incluindo a Trafigura, a PetroThailand e a divisão Western Supply & Trading da Shell, facilitando o fluxo do petróleo amazônico do Equador para a Califórnia.⁶⁶ O Bank of America financia empresas petrolíferas como a GeoPark, que está expandindo suas operações na Amazônia equatoriana. O Citibank se destaca como o principal banco dos EUA a fornecer empréstimos a petrolíferas e comerciantes de petróleo, incluindo empresas estatais do setor, como a Petroecuador, e comerciantes como a Gunvor, Shell, Trafigura e PTT. Estima-se que o Citibank tenha financiado atividades de comércio de petróleo no valor de US\$ 4,3 bilhões ao longo de 20 anos, além de ter desempenhado um papel fundamental em 2017 na emissão de títulos para apoiar esforços de perfuração de petróleo em locais ricos em biodiversidade, como o Parque Nacional Yasuní — um local declarado pela Unesco como Reserva da Biosfera desde 1989 e lar dos dois últimos povos indígenas isolados no Equador, os Tagaeri e Taronmenane. Em agosto de 2023, o futuro de Yasuní foi discutido em um referendo público, no qual 59% dos votos apoiaram a decisão de deixar o petróleo no solo e desativar o Bloco 43. Também conhecido como o projeto Ishpingo-Tambococha-Tiputini (ITT), o Bloco 43 está localizado parcialmente dentro do Parque Nacional Yasuní.



Declaração de impacto da CONFENIAE sobre poluição e a corrupção no Equador

“Já se passaram quase sessenta anos desde o início da exploração de petróleo na Amazônia equatoriana. Durante essas décadas, nos prometeram progresso, saúde, bem-estar e educação, mas, acima de tudo, uma vida digna. No entanto, até hoje, os povos indígenas da Amazônia equatoriana são vítimas de um sistema corrupto que perpetua a violência contra nós, rouba nosso território, nossos recursos naturais, nos priva de nossos irmãos e irmãs e de nossa qualidade de vida.”

Atualmente, somos testemunhas de como os bancos, o governo e as empresas petrolíferas estão ligados em uma rede de corrupção que busca nos privar de tudo, enquanto tentam fugir de suas responsabilidades diante dessa ameaça à nossa existência. As empresas petrolíferas e o governo carecem de mecanismos eficientes para lidar com derramamentos de petróleo e não têm programas que reconheçam nossas necessidades e nossos medos enquanto habitantes deste território.

Apesar da esperança que surgiu com a vitória, no referendo histórico, para impedir a extração de petróleo do Parque Nacional Yasuní, quase um ano depois, o governo continua permitindo que a Petroecuador faça perfurações no local. Isso coloca em risco nossos irmãos Tagaeri, Taronenani e Dukagaeri, que, tendo decidido se isolar por direito próprio de um mundo que está nos matando, se veem sem voz e estão à mercê daqueles que querem lucrar às custas de suas vidas.

Se os bancos realmente se importam com os direitos indígenas, deveriam parar de financiaratividades que nos prejudicam. Diante disso, exigimos que o Citibank pare de financiar aPetroecuador, e que bancos como Citibank, JPMorgan Chase, Santander e Bank of Americaparem de financiar a Gunvor e a Vitol. As lideranças dessas instituições devem assumir sua responsabilidade.”

José Esach
Presidente

Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE)

Expansão do petróleo no Peru: uma ameaça aos povos indígenas e às florestas intactas

O Peru é um país com uma grande diversidade e, depois do Brasil, a Amazônia peruana é a mais extensa, cobrindo 98,2 milhões de hectares, o que representa 12% da região Amazônica.⁶⁷ Na Amazônia peruana, 33%, ou 32,5 milhões de hectares, são de floresta tropical intacta, enquanto outros 57% estão em áreas com baixa degradação (menos de 10% de degradação), 1% da floresta está altamente degradado e 9% foi irreversivelmente transformado.⁶⁸ Isso significa que 90% da Amazônia peruana é composta por floresta tropical com um alto nível de integridade do ecossistema, o que é indispensável para evitar que a Amazônia atinja seu ponto de não retorno.

Infelizmente, os blocos de petróleo e gás se sobrepõem a cerca de 10,4 milhões de hectares de floresta tropical intacta, ameaçando mais de 17% dos ecossistemas amazônicos intactos do Peru.⁶⁹ Essas florestas intactas também são o lar de mais de 25 povos indígenas isolados e de recente contato (PIACI, na sigla em espanhol), que serão discutidos mais detalhadamente no próximo estudo de caso.⁷⁰ Em todo o Peru, há 55 povos indígenas distintos, dos quais 51 são amazônicos.⁷¹ No momento, as concessões de petróleo e gás se sobrepõem a 15,4 milhões de hectares de territórios indígenas em todo o país (ver Figura 3).⁷²

Já foram registrados mais de 474 derramamentos de óleo na Amazônia peruana entre 2000 e 2019 (ver Figura 3).⁷³ Uma grande porcentagem desses derramamentos contaminou diretamente os territórios indígenas, enquanto a poluição causada por outros derramamentos é carregada rio abaixo, acabando com as fontes de água potável e os alimentos e causando sérios problemas de saúde para as populações locais. Investigações realizadas pela organização Mongabay com dados do Organismo de Avaliação e Controle Ambiental (OEFA) e de outras fontes identificaram 3.264 passivos ambientais relacionados ao petróleo em todo o país e 188 locais afetados por essas atividades na região peruana de Loreto entre 2013 e 2023.⁷⁴

Um dos principais problemas é que nenhuma reparação é feita depois que o dano ocorre. Nos últimos 150 anos, desde 1873, quando a cidade de Negritos sofreu o primeiro dano ambiental registrado da indústria petrolífera, até o último derramamento em 2024 no território Achuar de Pucacuro, localizado no Lote 8, resíduos tóxicos continuam a contaminar a água, o solo e a saúde dos povos indígenas e não indígenas do Peru.⁷⁵ A maneira como a exploração de petróleo e gás é conduzida no Peru viola diversos direitos: o direito à consulta livre, prévia e informada; à água limpa⁷⁶; à alimentação; e a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável.

Mais recentemente, a expansão do setor de petróleo e gás no Peru incluiu uma melhoria multimilionária na Refinaria de Talara, na costa oeste do país. A

modernização da refinaria expandirá a produção e aumentará a pressão para a produção petróleo em áreas existentes e em áreas ainda não desenvolvidas, como o Bloco 64 e o Bloco 192.⁷⁷ Ambos esses blocos estão localizados na Amazônia peruana e contêm ecossistemas altamente diversos e preservados que são o lar dos povos Achuar, Wampis, Chapra, Kandozi, Kichwa, Quechua e Urarina.⁷⁸ Além disso, o próprio Estado peruano já confirmou a presença de povos PIACI no Bloco 192 e reconhece os cinco povos indígenas não contatados ou isolados dentro da Reserva Indígena Napo Tigre, incluindo os povos Aewa, Taushiro, Tagaeri, Taromenane e Zaparo.⁷⁹

Tem havido uma grande oposição dos povos indígenas à produção de petróleo nos territórios indígenas sobrepostos a estes blocos. Nos últimos 27 anos, os povos Achuar e Wampis vêm se opondo às atividades petrolíferas no Bloco 64 e, em 2020, suas ações forçaram a Geopark a desativar todas as suas operações.⁸⁰ Recentemente, a Nação Achuar pediu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a anulação do Bloco 64 devido à ausência do processo de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI).⁸¹ No Bloco 192, as comunidades indígenas exigem reparação pelo legado tóxico da produção de petróleo. Ocorreram 155 derramamentos e 2.000 danos ambientais em que a remediação ainda não foi concluída.⁸² Muitos desses derramamentos estão relacionados ao Oleoduto Norperuano, que está sujeito a vazamentos devido a quase 50 anos de negligência e uma situação de corrosão severa. Apesar das condições precárias do oleoduto, a demanda por petróleo bruto para a modernizada Refinaria de Talara exigirá que o oleoduto transporte mais petróleo do que nunca. O oleoduto atravessa a região de Loreto até a costa do Pacífico e passa por várias áreas de alta biodiversidade, bem como por territórios indígenas, como o rio Pastaza e o complexo de zonas úmidas de Abanico del Pastaza – um local reconhecido mundialmente como um sítio Ramsar, ou seja, uma zona úmida classificada como local de importância ecológica internacional.⁸³

Entre os bancos que financiam a modernização da refinaria Talara estão o HSBC, o Santander e o JPMorgan Chase. Mais recentemente, em 2021, esses bancos participaram da emissão de títulos no valor de US \$1 bilhão para que a PetroPerú angariar mais dinheiro para o projeto. Anteriormente, em 2018, eles também haviam se unido ao Citibank, BNP Paribas, BBVA e Deutsche Bank e concederam um empréstimo à Talara para o financiamento de projetos no valor de US \$1,3 bilhão.⁸⁴

A luta pelos direitos dos povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial

A produção de óleo e gás ameaça destruir territórios indígenas no Peru que são o lar de alguns dos últimos povos indígenas isolados do mundo, que vivem em isolamento voluntário. Essas áreas são conhecidas como Reservas PIACI, pois foram criadas para os povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial (PIACI, na sigla em espanhol). No Peru, as reservas são

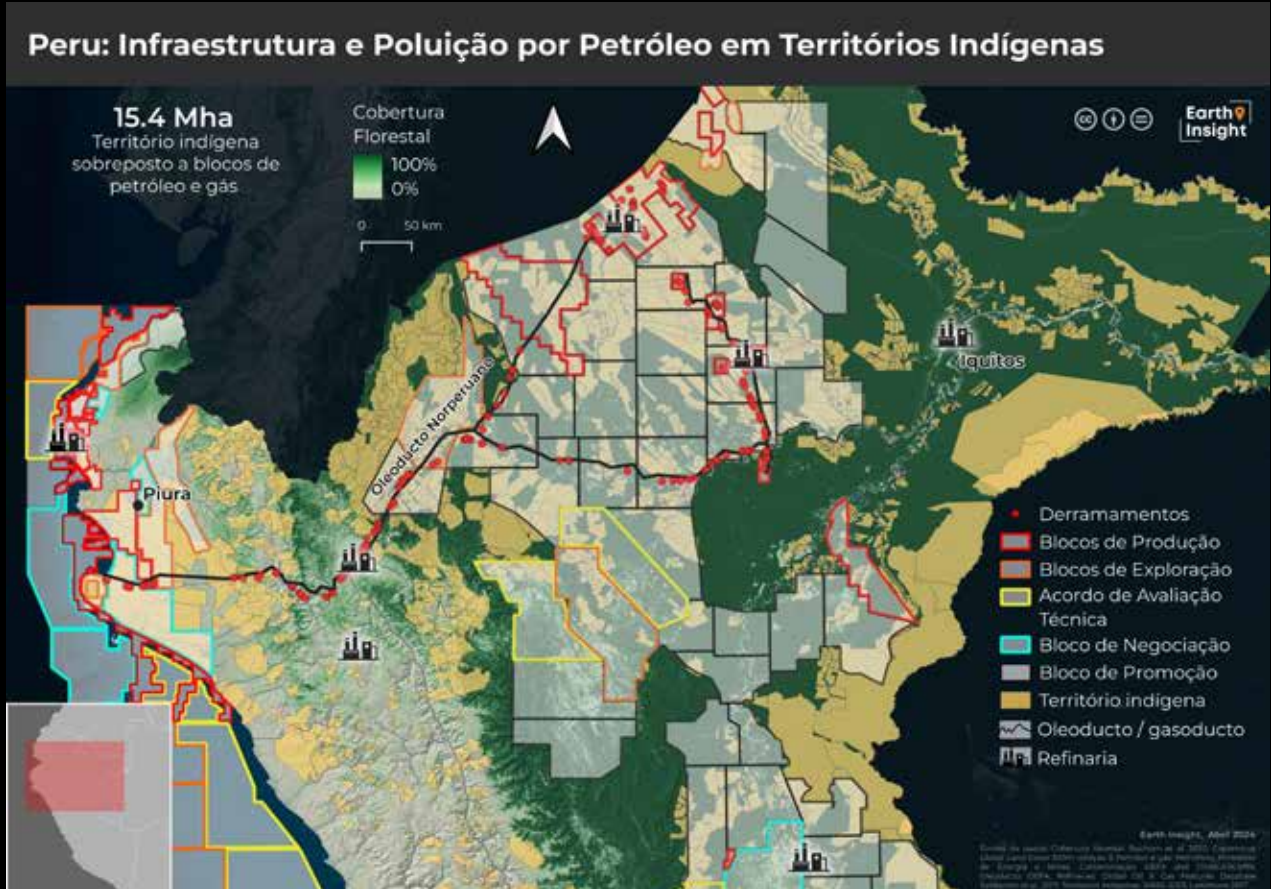


Figura 3. Mapa do norte do Peru mostrando blocos de petróleo e gás designados e não designados e sua sobreposição com a floresta preservada e terras indígenas. O mapa também traça a rota do Oleoduto Norperuano. Os pontos em vermelho representam mais de 250 derramamentos de petróleo do oleoduto, 61 dos quais ocorreram em terras indígenas. Fonte e preparação: Earth Insight (2024). Fontes dos dados: cobertura florestal: Buchorn et al, 2020, Copernicus Global Land Cover 100m: coleção 3; petróleo e gás: PetroPerú, Ministério de Energia e Minas, OEFA; oleodutos: OEFA; territórios indígenas: AIDESEP, RAISG 2023, Landmark, 2017.

designadas para proteger os direitos fundamentais e os territórios tradicionais dos povos PIACI.

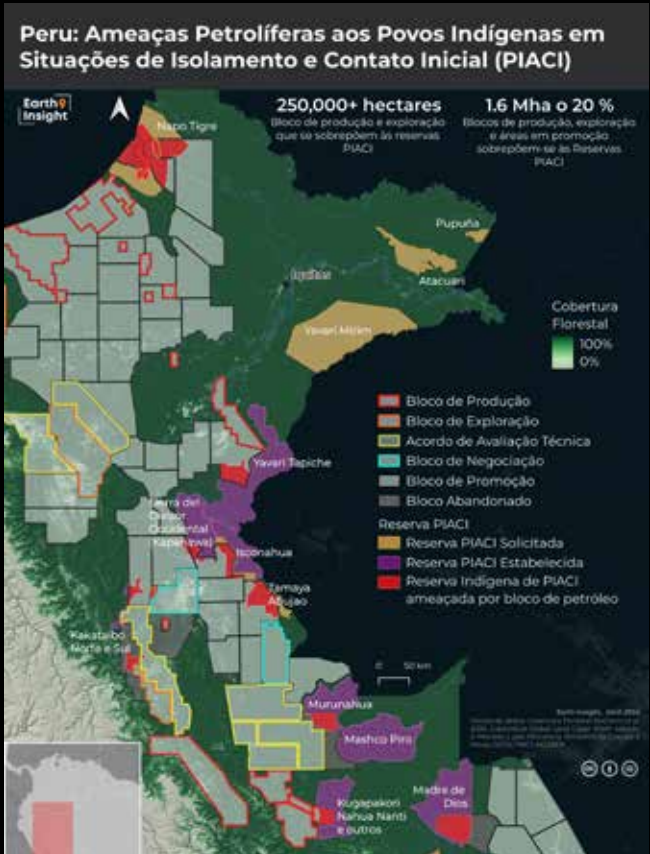
Atualmente, há 13 reservas PIACI no Peru. Embora oito já tenham sido formalmente criadas, há mais cinco em processo de criação, algumas das quais ainda não foram oficializadas mesmo depois de mais de 20 anos. Essas reservas cobrem uma área estimada de 7,9 milhões de hectares na Amazônia peruana.⁸⁵ Quase 20% das reservas PIACI, ou 1,6 milhão de hectares, estão sobrepostas a blocos de petróleo e gás em vários estágios de desenvolvimento, desde aqueles em fase de oferta pela Perupetro, a estatal petrolífera, até aqueles cuja produção de petróleo e gás já é totalmente comercializada (ver Figura 3).⁸⁶ A ameaça às reservas PIACI varia de acordo com o status de cada bloco de petróleo. As reservas que se sobrepõem aos blocos em comercialização enfrentam um risco mais direto, enquanto as sobrepostas a blocos que atualmente estão em oferta enfrentam riscos futuros se esses blocos forem explorados e comercializados (ver Figura 4).

De acordo com a AIDESEP, o processo de demarcação e leilão de blocos em oferta pela Perupetro não inclui um processo de CLPI. O direito ao CLPI também se aplica aos povos PIACI, o que deve ser interpretado dentro desse contexto, já que não é possível consultar povos isolados, uma vez que isso viola o princípio de isolamento voluntário e autodeterminação dos povos

PIACI, conforme estabelecido pela Lei de Proteção para os Povos Indígenas ou Originários Isolados e de Recente Contato, conhecida como Lei PIACI.⁸⁷ Nesse contexto, sua decisão de permanecer isolados deve ser interpretada como uma rejeição a qualquer atividade extrativista em seus territórios.

O Projeto Gás de Camisea é um exemplo dessa questão. Estima-se que aproximadamente 67% do Lote 88, parte do Complexo Gás de Camisea e a maior fonte de gás do Peru, se sobreponhamà reserva PIACI Kugapakori-Nahua-Nanti e Outros (RTKNN).⁸⁸ A RTKNN foi criada em 1990.⁸⁹ Em 2003, o governo peruano e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram um contrato de empréstimo no valor de de US \$5 milhões com o objetivo de cooperar na implementação do Programa de Apoio ao Fortalecimento Institucional e à Gestão Ambiental e Social.⁹⁰ Com esse empréstimo, o BID exigiu que o Estado peruano implementasse 21 medidas de proteção social e ambiental. A quarta medida de proteção estipula que, por meio da emissão de um decreto, os regulamentos existentes para a proteção da “Reserva Kugapakori-Nahua” seriam aprimorados, elevando o nível de proteção e restringindo o desenvolvimento de novas atividades na área para garantir uma “proteção adequada e permanente”.⁹¹ Os compromissos assumidos junto ao BID também estabelecem uma proibição à concessão de novos direitos para o uso de recursos naturais na RTKNN, incluindo os recursos de interesse nacional.⁹²

Figura 4. Ameaças do setor de petróleo e gás às reservas PIACI no Peru. De um total de 13 reservas, oito foram estabelecidas e cinco estão em processo de criação. A sobreposição com blocos ativos e com blocos em oferta atualmente e no passado é destacada em vermelho. Por exemplo, o Lote 88 (parte do Projeto Gás de Camisea) se sobrepõe à Reserva onde se encontram os povos Kugapakori, Nahua, Nanti, entre outros, na parte sul da Amazônia peruana. Fonte e preparação: Earth Insight (2024). Fontes dos dados: cobertura florestal: Buchorn et al, 2020, Copernicus Global Land Cover 100m: coleção 3; petróleo e gás: PetroPerú, Ministério de Energia e Minas, OEFA; PIACI: AIDESEP.



A Seção IV da Carta de Compromissos foi estabelecida com base no fato de que “o governo peruano é signatário da Convenção 169 da OIT”.⁹³ Para atender ao contrato de empréstimo e com o objetivo de proporcionar maior proteção legal à “Reserva Estatal em favor dos grupos étnicos Kugapakori e Nahua”, o Decreto Supremo nº 028-2003-AG substituiu a Resolução Ministerial nº 0046-90-AG/DGRAAR e estabeleceu a Reserva Estatal “atualizada” em favor dos povos PIACI Kugapakori, Nahua, Nanti, entre outros, cobrindo uma área de 456.673 hectares.⁹⁴

O Estado peruano, o BID e o Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) impuseram três proibições à expansão do Projeto Gás de Camisea, duas das quais são compulsórias. Primeiro, em 2003, o Decreto Supremo 028-2003-AG estabeleceu que as atividades econômicas dentro da RTKNN estavam proibidas e que qualquer expansão constituiria uma violação das obrigações internacionais do Peru em relação aos direitos humanos.⁹⁵ Em segundo lugar, em 2006, o BID adotou uma política específica aos povos indígenas denominada “Política Operacional sobre Povos Indígenas”, que também incluía disposições específicas relacionadas aos povos isolados.⁹⁶ Por fim, em 2013, a ONU solicitou a “suspensão imediata” de quaisquer planos de expansão do projeto devido à alta probabilidade de que uma maior intrusão na Reserva Nahua-Nanti poderia expor diversos povos isolados e não contatados que vivem no território a doenças e resultar em fatalidades.⁹⁷ Esse alerta foi feito com base em precedentes. Os primeiros contatos forçados com alguns grupos do povo Nanti, na década de 1970, resultaram em “mortes que atingiram entre 30% e 60% da população” em decorrência

do contágio de infecções respiratórias agudas (IRA) e doenças diarreicas agudas.⁹⁸ Além disso, quase metade do povo Nahua morreu em decorrência de doenças respiratórias durante o processo de contato inicial que começou em 1984, após o contato forçado por empresas petrolíferas, madeireiros ilegais e missionários.⁹⁹ Em 2017, um relatório do Ministério da Saúde do Peru indicou que 78% da população tinha altas concentrações de mercúrio no sangue, incluindo 61% das crianças Nahua com menos de 5 anos de idade, enquanto 67% das crianças Nanti sofriam de desnutrição crônica e outras doenças.¹⁰⁰

Apesar desses impactos documentados sobre os Povos PIACI, muitos bancos mencionados neste relatório, incluindo o JPMorgan Chase, o Citibank e o Bank of America, concedem financiamentos à Hunt Oil Peru em 2011, 2018 e 2023. A Hunt Oil Peru faz parte do Consórcio Camisea e detém uma parcela de 25% em duas usinas de gás no Peru e os contratos dos Blocos 56 e 88 na bacia do Ucayali, operados pela Pluspetrol.¹⁰¹ Os Blocos 56 e 88 têm sido objeto de polêmica há décadas em razão dos impactos negativos sobre a saúde e o bem-estar das comunidades indígenas locais, muitas delas isoladas antes do início do Projeto Gás de Camisea.¹⁰² Os impactos do projeto, como doenças fatais, poluição ambiental e contaminação cultural, bem como a redução do acesso a territórios tradicionais e fontes de alimentos, levaram essas comunidades à pobreza, à doença e à desnutrição, enquanto a falta de imunidade a doenças devastou suas populações.¹⁰³

Outras áreas de expansão também ameaçam os povos PIACI. A Figura 4 inclui “blocos em oferta”, onde as áreas são apresentadas pela Perupetro às empresas internacionais de petróleo e gás como oportunidades de expansão do petróleo nas fronteiras. Embora os lotes em oferta não representem uma ameaça imediata a todos os povos PIACI, vale a pena observar que sua viabilidade financeira representa uma ameaça futura, pois a produção e a exploração de petróleo nesses blocos mudam com base nos preços globais do petróleo. Esses blocos em oferta estão sobrepostos a mais de 400 comunidades indígenas e a várias reservas PIACI, e uma potencial expansão poderia significar o desaparecimento de vários povos PIACI.

Em 2023, houve uma tentativa fracassada de alguns congressistas peruanos e governos regionais e municipais de eliminar todas as proteções legais das reservas PIACI para que essas proteções não interferissem mais na exploração e produção de petróleo, mineração e extração de madeira — indústrias extrativistas que ameaçam a sobrevivência desses povos vulneráveis.¹⁰⁴ Também houve tentativas por parte do governo de limitar o financiamento para a proteção das reservas PIACI.¹⁰⁵ Embora essa lei não tenha sido aprovada, foram feitas emendas à Lei Florestal no início de 2024 que permitem diferentes níveis de extração e desmatamento em florestas intactas..¹⁰⁶

Declaração de impacto da AIDESEP

Nós, Povos Indígenas Amazônicos do Peru, temos resistido à extração de petróleo e gás no país há décadas. A cadeia de suprimentos desse setor, que ameaça constantemente nossos direitos e territórios, inclui não apenas empresas petrolíferas e bancos, como também o próprio Estado peruano, faz concessões em blocos ou lotes de exploração do petróleo que atravessam nossos territórios, rios, biodiversidade e culturas, apesar e contrariamente aos nossos direitos. Este relatório revela a cumplicidade silenciosa dos bancos internacionais na destruição da Amazônia, no desaparecimento de povos inteiros e na ameaça que representam à nossa sobrevivência em um cenário em que o ponto de não retorno está cada vez mais próximo e cujos sintomas já podem ser vistos em nossa realidade atual de seca, insegurança alimentar e hídrica, doenças, corrupção e violência.

A devastação da nossa Amazônia é pode ser vista por meio da ótica dos povos indígenas isolados e de recente contato (PIACI). Em toda a região, abrangendo nove países, há quase 185 povos PIACI.¹⁰⁷ No entanto, há dezenas deles que não foram oficialmente reconhecidos, apesar das evidências irrefutáveis que confirmam sua existência. O Estado peruano e os setores extrativistas bloquearam os esforços para concluir a criação formal de algumas dessas reservas. No caso de Napo Tigre, já se passaram 21 anos desde que a solicitação para a criação de uma reserva foi apresentada, e ela ainda não foi criada. Muitos desses atrasos se devem ao fato de que as empresas petrolíferas obstruíram os processos de reconhecimento e demarcação para operar e continuar explorando os blocos de petróleo, negando a presença dos povos PIACI. Essa obstrução por parte de empresas e governos representa uma corrupção em todos os níveis, que prejudica a luta dos povos PIACI por seu direito à vida, à saúde, à integridade e seu direito a permanecerem isolados.

Camisea (Bloco 88) e Napo-Tigre (Blocos 39 e 67) exemplificam o risco iminente que os povos PIACI enfrentam no Peru e no restante da bacia amazônica. No primeiro caso, estamos falando dos povos PIACI Nahua, Nanti, Kirineri, Matsigenka e Mashco-Piro, ao passo que Napo-Tigre é o lar dos povos PIACI Aewa, Taushiro, Tagaeri, Taromenane e Záparo, todos oficialmente reconhecidos pelo Estado peruano. Depois que a Shell descobriu os campos de gás de Camisea, há mais de 40 anos, metade do povo Nahua (um povo PIACI então isolado) morreu em decorrência de doenças. Em 2013, em resposta ao apelo do CERD pela suspensão da expansão de Camisea, o diretor executivo da Pluspetrol questionou a existência de povos isolados, afirmando que “a Pluspetrol opera desde 2000 e não observou nenhum grupo nativo isolado ou em isolamento voluntário”.¹⁰⁸ A Reserva Kugapakori-Nahua-Nanti e Outros é o lar de povos indígenas oficialmente reconhecidos tanto em “isolamento voluntário” quanto em “contato recente”, conforme determina a legislação peruana. Foram esses povos que pagaram o alto preço da expansão do petróleo no Peru.¹⁰⁹ Apesar dos riscos aos direitos indígenas e humanos, o Citibank continuou a financiar a Hunt Oil Peru em 2023.

Do mesmo modo, em 2022, a empresa petrolífera Perenco entrou com uma liminar contra o Ministério da Cultura do Peru para anular o pedido de criação da Reserva Indígena Napo-Tigre em Loreto,¹¹⁰ alegando que ela supostamente interfere na produção da Perenco nos blocos 39 e 67, que estão dentro dos limites da reserva proposta, a despeito do fato de o Estado peruano ter reconhecido oficialmente, por meio de um Decreto Supremo, a existência de nossos irmãos isolados.¹¹¹

Em 2023, o Congresso peruano tentou reformar a Lei nº 28736 (a “Lei PIACI”), por meio da qual o Estado regulamenta e é responsável por proteger a vida e a saúde desses povos extremamente vulneráveis. Essa tentativa de violar os direitos de nossos irmãos e irmãs dos povos PIACI se baseia na negação de sua existência por meio de um projeto de lei que visava dar poder aos governos regionais para extinguir todas as reservas PIACI existentes e anular os reconhecimentos formais da própria

existência dos povos PIACI – fazendo com que esses povos efetivamente “desaparecessem” e culminando em seu extermínio.

Embora a Lei PIACI não tenha sido alterada (graças a uma campanha liderada por organizações indígenas e aliados), ela abriu as portas para o questionamento da preservação dos ecossistemas que sustentam a vida dos povos PIACI e nos deixou como legado um “código de silêncio” enraizado entre autoridades do Estado, empresas e algumas organizações para negar a existência dos povos PIACI como uma tentativa de impedir ou evitar a proteção de seus territórios e direitos em benefício dos interesses econômicos dessas entidades. Em 2023, o governo ofereceu 31 novos blocos de petróleo a empresas petrolíferas internacionais. A maioria desses lotes está localizada na Amazônia e se sobrepõe aos territórios de 435 comunidades indígenas em Loreto, Ucayali e Madre de Dios, incluindo pelo menos três Reservas PIACI.

Lutamos em nome daqueles que não têm voz e que estão fadados a serem exterminados se a AIDSEP e suas bases regionais e locais e a sociedade civil peruana e global não se opuserem à ameaça latente daqueles que financiam a exploração nos territórios em que vivemos. Por quase duas décadas, sofremos com a violência, a desapropriação e o assassinato de nossas lideranças e defensores da floresta. O que acontecerá se permitirmos que os extrativistas continuem entrando nos territórios indígenas, nos territórios PIACI e no resto da Amazônia? O que acontecerá se ignorarmos a vida de nossos irmãos e irmãs que escolheram ficar isolados voluntariamente para se refugiar nas profundezas de nossa floresta tropical? O Estado, os bancos e as empresas que exploram petróleo e gás em nome do progresso são cúmplices no ataque à vida dos PIACI e de todos os povos indígenas, bem como à nossa Amazônia peruana, que abriga mais de 32,5 milhões de hectares de florestas intactas e a biodiversidade que sustenta a vida de nossos povos e do planeta.

Pedimos que o JPMorgan Chase, o Citibank e o Bank of America assumam a responsabilidade pelos danos que estão causando na Amazônia peruana e que se responsabilizem pelas consequências que estamos sofrendo como se eles mesmos as tivessem sofrido. Esses bancos precisam perceber que, se a contaminação e a destruição das terras continuarem, os povos PIACI desaparecerão, juntamente com seus territórios e sistemas de conhecimento e, com eles, nossa esperança de salvar a Amazônia e o planeta também desaparecerá.”



Jorge Pérez
Presidente

Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSEP)

ANÁLISE

GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

As políticas de gestão de riscos ambientais e sociais (ESRM, na sigla em inglês) usam exclusões e filtros em políticas setoriais e intersetoriais, como as políticas relativas ao petróleo e gás analisadas neste relatório. Estas políticas limitam os riscos à reputação dos bancos e ao valor dos negócios decorrentes de impactos ambientais e sociais adversos que possam resultar das atividades realizadas pelas empresas clientes dos bancos. O vínculo de um banco com esses resultados negativos se dá, em grande parte, por meio de suas decisões de financiar as atividades de um cliente. Essas decisões normalmente são tomadas a cada transação individualmente, mas também podem fazer parte da decisão do banco de iniciar ou encerrar um relacionamento com um cliente novo ou existente. As transações, ou negociações, incluem empréstimos e subscrição de títulos, em que um banco compra títulos emitidos por um cliente e os revende a investidores.

Exclusão é o processo de recusar um cliente ou uma transação com base em um grande risco de impacto adverso que o banco queira evitar. Para o setor de petróleo e gás, os critérios de exclusão podem ser temáticos (por exemplo, o banco não financia projetos de campos de petróleo offshore) ou geográficos (por exemplo, o banco não financia nenhum tipo de atividade envolvendo petróleo e gás na Amazônia). Em 2020, inclusive, alguns bancos começaram a criar exclusões para o financiamento de projetos no Ártico, em resposta ao risco de o financiamento bancário resultar em impactos adversos nos frágeis ecossistemas da região e contribuir para o aquecimento global. A mesma lógica deve ser aplicada na Amazônia. As exclusões são úteis para limitar o acesso aos sistemas financeiros globais para empresas com atividades de alto risco e desmotivar outras empresas a realizarem essas atividades, enviando a mensagem de que o financiamento para essas atividades será mais caro e difícil de ser obtido.

Filtros negativos fazem parte do processo em que o banco analisa um cliente ou uma transação com base em um conjunto de critérios que podem ou não resultar na aprovação da transação. Os critérios de filtragem não eliminam completamente os riscos associados a uma empresa ou transação financeira, mas são pensados para limitar a ameaça de impactos adversos. Por exemplo, um banco pode exigir que uma empresa atinja um determinado padrão, adote certas práticas e/ou evite tecnologias perigosas a fim de se qualificar para um empréstimo. Os bancos tendem a usar os filtros para gerenciar os riscos futuros, como, por exemplo, a triagem de um novo cliente e a análise de novas transações antes de tomar uma decisão de financiamento.

As exclusões e os filtros negativos são elementos fundamentais do processo aprimorado de devida diligência aplicado pelos bancos para gerenciar o risco de impactos adversos sobre valores ambientais e sociais. A questão do greenwashing surge quando o processo de devida diligência, conforme descrito nas políticas, não alcança os resultados alegados pelos bancos. Um ponto de partida para analisar o greenwashing é verificar se e como os bancos usam suas políticas de ESRM para identificar sua contribuição para os impactos adversos.

A OCDE destaca que, quando um banco identifica a ocorrência de um impacto adverso, ele deve avaliar se o impacto 1. teve a contribuição do banco ou 2. está diretamente associado ao banco e a seus produtos e serviços por meio de uma relação comercial (por exemplo, um cliente corporativo).¹¹² De acordo com a OCDE, “um banco pode estar contribuindo para um impacto adverso quando todos os seguintes elementos ocorrerem juntos:

1. O fornecimento de financiamento ou serviço de subscrição ocorreu sem o processo de devida diligência adequado.
2. O impacto adverso causado ou para o qual as atividades ou os projetos de um cliente contribuíram era previsível.
3. Sabia-se os recursos seriam ou poderiam ser usados para atividades ou projetos de alto risco do cliente, ou quase todas as atividades realizadas pelo cliente apresentavam alto risco de causar ou contribuir para o tipo de impacto adverso considerado.”¹¹³

Devida diligência

A devida diligência baseia-se no risco, de modo que as medidas tomadas por uma empresa para realizar o processo de devida diligência devem ser proporcionais à gravidade e à probabilidade do impacto adverso. A devida diligência que os bancos aplicam no contexto da ESRM baseia-se na categoria de risco do cliente e/ou da transação (exclusões, filtros, análises aprimoradas, etc.).

A categorização e a priorização dos riscos devem se basear na gravidade e na probabilidade em relação a outros riscos na carteira de um banco, e os bancos devem comunicar sua lógica para essas priorizações.¹¹⁴ A categorização dos riscos é um fator de especificação das informações sobre o “uso dos recursos” e a capacidade de prever os riscos às pessoas e à natureza.

As pesquisas sugerem que, embora os bancos consideram adequada a sua capacidade de cobertura para gerenciar o risco de impactos adversos, muitas vezes eles ainda se envolvem com clientes e em transações financeiras em que os impactos continuam a existir.¹¹⁵ Os três principais motivos para isso são:

1. A política de ESRM é falha na identificação e priorização suficientes dos valores ambientais e sociais e, portanto, não possui aspectos fundamentais de uma política abrangente para a gestão de riscos. Por exemplo, os bancos que não gerenciam o risco de violações aos direitos indígenas costumam não ter critérios para limitar o financiamento a empresas e atividades que interferem em territórios indígenas. Os bancos que fazem alguma referência aos direitos indígenas tendem a se basear no Padrão de Desempenho 7 da IFC, que não estipula que o consentimento deve ser livre, prévio e informado e não permite que os povos indígenas iniciem ou rejeitem os procedimentos de negociação, limitando, assim, o consentimento a uma extensão de um processo consultivo que é acionado pela empresa.¹¹⁶ O padrão da IFC também se baseia nos padrões legais do país para identificar os povos indígenas e seus territórios, que geralmente são fonte de discrepâncias que as proteções aos direitos indígenas foram criadas para corrigir.¹¹⁷

2. Mesmo que um banco identifique os valores ambientais e sociais, sua política pode não ter cobertura suficiente para reduzir os riscos. Isso significa que, embora os valores sejam identificados, os critérios para as exclusões e os filtros são insuficientes para reduzir os riscos. Por exemplo, exclusões e filtros criados para mitigar impactos adversos são, em geral, elaborados para setores específicos. As políticas bancárias relacionadas ao desmatamento podem ser limitadas a negociações nos setores madeireiro e do agronegócio, embora a mineração e a extração de combustíveis fósseis possam abrir estradas em florestas intactas que levam à degradação e ao desmatamento ao longo do tempo.¹¹⁸ Os bancos que limitam sua gestão de riscos de desmatamento a negociações com madeireiras e o agronegócio podem não “enxergar” esses riscos em outros setores e, portanto, não agir para evitá-los ou limitá-los em suas decisões de financiamento.

3. Por fim, um banco que tenha identificado e priorizado os riscos e elaborado políticas para gerenciá-los ainda pode não identificar os impactos adversos uma vez que eles ocorram. Sendo assim, o banco não reconhece seu vínculo por meio do

financiamento a um cliente ou por meio da contribuição direta do próprio banco. Por exemplo, os impactos adversos que são coletivos, difusos e transfronteiriços por natureza, como as emissões de CO2 e de outros contaminantes climáticos, podem ser considerados mais difíceis de identificar como um impacto direto de uma empresa ou atividade específica.¹¹⁹ No entanto, os dados mostram que apenas 57 grandes produtores de combustíveis fósseis são responsáveis por 80% das emissões globais de CO2 desde a celebração do Acordo de Paris em 2016, indicando seu papel significativo na promoção da crise climática.¹²⁰ Com 100 empresas de combustíveis fósseis já identificadas como responsáveis por 52% dos GEEs industriais globais desde a Revolução Industrial, resta pouca dúvida do vínculo direto entre o financiamento da produção de combustíveis fósseis e os impactos adversos da crise climática.¹²¹ Apesar dos compromissos internacionais para reduzir as emissões, muitos desses produtores, incluindo a ExxonMobil, a Shell, a BP, a Chevron e a TotalEnergies, aumentaram sua produção de combustíveis fósseis. Esse crescimento na produção desse tipo de combustível contradiz os alertas de organizações como a Agência Internacional de Energia.¹²² No entanto, muitos bancos continuam a financiar empresas de combustíveis fósseis apesar desses vínculos e, nesse processo, com frequência subestimam sua própria relação com a crise climática.¹²³

Os bancos que falham na identificação de valores, cobertura e impactos adversos provavelmente fornecerão financiamentos adicionais a um cliente quando um impacto adverso causado por esse cliente continuar ou se repetir. No contexto da Amazônia, essa falta de “previsibilidade” é um problema comum.¹²⁴

Previsibilidade

Um importante elemento de uma política de risco é a identificação e a mitigação de impactos adversos. É só por meio da identificação de impactos reais e potenciais que os bancos podem minimizar seu papel na ameaça e/ou no dano causado. No entanto, considerar que uma política de ESRM tem como foco evitar danos às pessoas e à natureza pode levar à conclusão de que a mitigação de riscos tem a ver com o fornecimento de acesso a reparação às partes afetadas, e que os bancos aceitam que desempenham um papel nos danos diretos e indiretos causados por suas decisões financeiras. Isso não necessariamente acontece.

Para que as políticas de ESRM funcionem como devem, é necessário identificar adequadamente os valores, os riscos e a participação em relação aos aspectos ambientais e sociais para a implementação significativa da devida diligência e para evitar danos. Um banco corre mais risco de ser considerado um colaborador direto de um impacto adverso caso pudesse ter previsto a ocorrência do impacto adverso como resultado de sua interação com o cliente, sem, no entanto, ter tomado providências em relação a esse risco.¹²⁵

Por exemplo, quando um banco concede um empréstimo a uma empresa com alto risco de violações dos direitos humanos, mesmo que os recursos do empréstimo não se destinem a uma atividade comercial arriscada específica, o banco deve analisar profundamente a empresa e impor condições rigorosas para o financiamento.

Se o banco não realizar essa devida diligência, poderá ser considerado como tendo contribuído para quaisquer impactos adversos, em vez de estar apenas vinculado por meio do financiamento.¹²⁶

Essa “escala de cumplicidade”, em que um banco pode passar de “vinculado através de um cliente” a tendo “contribuído diretamente” para os impactos adversos, é resumida pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR): “Se um banco identificar ou tiver conhecimento de uma questão de direitos humanos em andamento diretamente associada às suas operações, produções ou aos seus serviços por meio da relação com um cliente, mas, ainda assim, ao longo do tempo, não tomar medidas razoáveis para tentar evitar ou mitigar o impacto – medidas tais como levantar a questão junto às lideranças ou o conselho administrativo do cliente, persuadir outros bancos a se unirem para levantar a questão junto ao cliente, condicionar novos financiamentos à correção da situação, etc. –, ele poderá ser visto como facilitador da perpetuação da situação e, assim, estar em uma situação em que contribua para tal situação”¹²⁷

A previsibilidade pode ser um desafio maior quando uma empresa não tem práticas óbvias de alto risco, mas, no caso da Amazônia, é razoável supor que os bancos possam prever que estão contribuindo para impactos ambientais e sociais adversos ao financiar a exploração de petróleo e gás na Amazônia, tendo em vista as décadas de poluição, corrupção e violações de direitos sofridas pelos povos indígenas e comunidades locais.¹²⁸ Nessas circunstâncias, a continuação das relações financeiras com empresas que apresentam esses riscos pode ser motivo para argumentar que os bancos estão contribuindo diretamente para a destruição da Amazônia, e não apenas vinculados por meio de suas relações com os clientes.

A Figura 5 ilustra quais áreas da Amazônia estariam fora dos limites para o setor de petróleo e gás se as políticas dos bancos previssessem os riscos da extração de petróleo e gás de acordo com os valores ambientais e sociais mais comumente identificados nas políticas de ESR no contexto amazônico: **áreas protegidas:** incluindo áreas protegidas da IUCN, bem como sítios Ramsar e Patrimônios Mundiais; **territórios indígenas:** incluindo todos os territórios indígenas na Amazônia, conforme definida pela RAISG;¹²⁹ **biodiversidade:** incluindo as principais áreas de biodiversidade, hotspots de biodiversidade, áreas de alta riqueza de espécies e biodiversidade intacta; e **cobertura florestal:** incluindo florestas intactas.¹³⁰

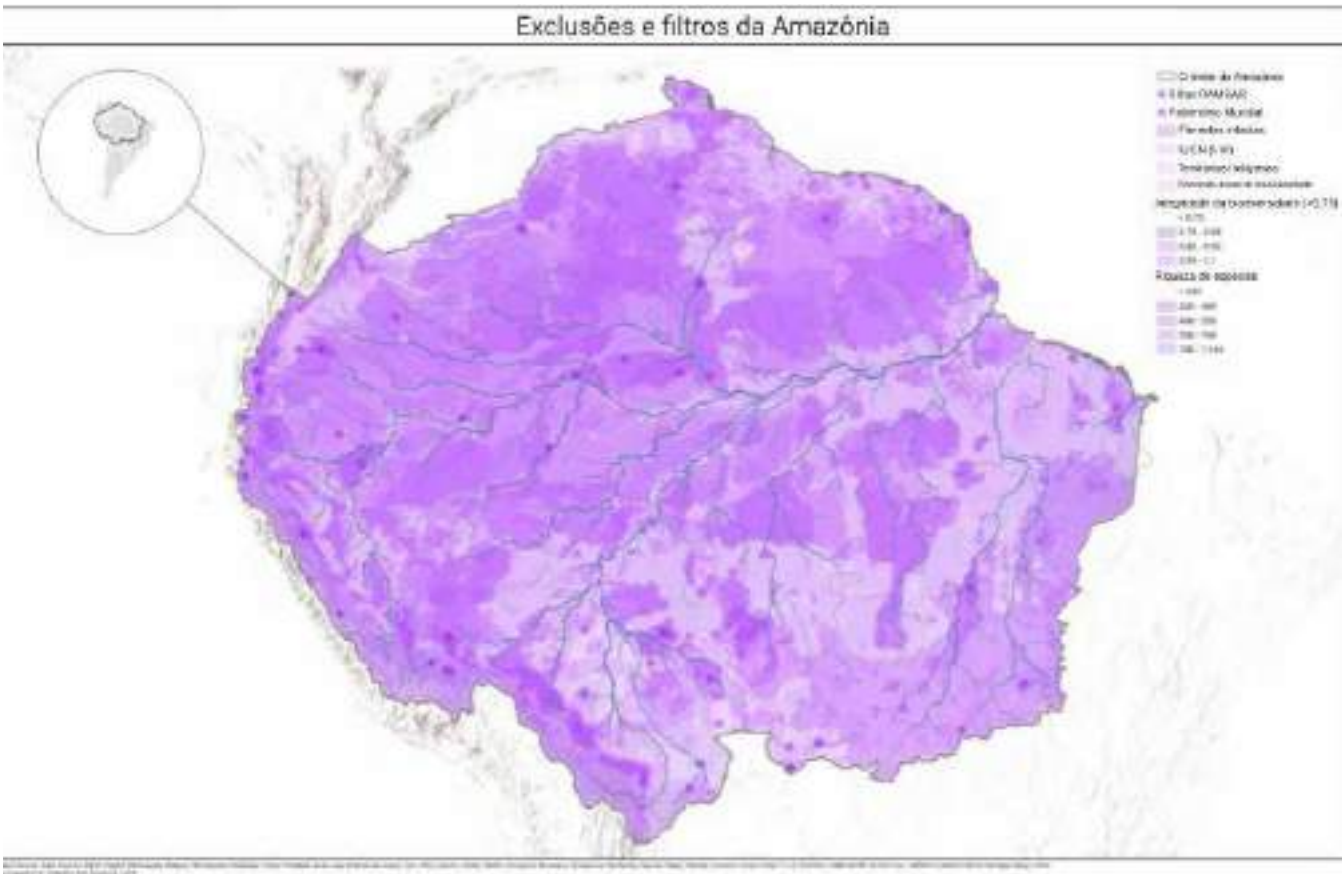


Figura 5. Mapa de todos os principais valores ambientais e sociais espacialmente distribuídos na Amazônia. A cobertura total desses valores na Amazônia ilustra por que o financiamento bancário deve excluir a extração de combustível fóssil na região. Para ver a metodologia detalhada, consulte o Apêndice 1. Não mostrado: valores ambientais e sociais na Foz do Amazonas, na costa do Brasil (não há mapeamento disponível). Fonte: Stand.earth Research Group e Earth Insight (2024).

O mapa não tem áreas não sombreadas, destacando que não há áreas da Amazônia onde a extração de petróleo e gás, bem como qualquer outra atividade extrativista, não acarrete o risco de impacto adverso. Se as políticas de ESRM dos bancos estivessem comprometidas em oferecer previsibilidade suficiente, eles poderiam chegar à conclusão de que somente uma exclusão geográfica de toda a região proporciona uma gestão de risco suficiente para prevenir e mitigar os riscos aos povos indígenas e à biodiversidade e evitar o ponto de não retorno na Amazônia.

Uma exclusão geográfica regional também trataria de questões de governança desigual, como a implementação do CLPI. Embora os países amazônicos, incluindo o Brasil, a Colômbia, o Equador e o Peru, tenham assinado a Convenção 169 da OIT, que garante um processo de consulta com o objetivo de obter o consentimento prévio, livre e informado, alguns países não a ratificaram.¹³¹ Quando os bancos incluem o CLPI em suas políticas, eles não podem garantir que o processo de consulta que exigem como condição para o financiamento resultará na obtenção do CLPI, e não está claro como eles mitigariam os impactos adversos em tais situações, uma vez que é papel do Estado reconhecer e garantir os direitos indígenas.¹³² É difícil imaginar como um banco poderia mitigar os impactos adversos sobre os direitos dos povos indígenas quando os esforços do Estado são inadequados, ausentes ou quando não garante o acesso à reparação, por exemplo, quando as empresas petrolíferas e seus financiadores não são responsabilizados legalmente. Além disso, os povos indígenas podem dispor de poucos recursos para questionar empresas ou bancos em seus países de origem sobre a falta ou inadequação dos processos de CLPI, dependendo de onde a empresa ou o banco estiver domiciliado. Esses fatores de risco sugerem que a ausência de diretrizes nacionais para garantir os processos de consulta e o respeito aos direitos indígenas deve ser um importante fator de previsibilidade para os bancos.

A corrupção é outra questão de governança que deve ser um fator de previsibilidade para os bancos. As empresas estatais são predominantes nos setores extrativistas, como o de petróleo e gás na Amazônia. O governo está envolvido desde a alocação de concessões até todo o processo de extração. Essas empresas estatais também são as entidades que celebram acordos com os comerciantes de petróleo estrangeiros. No caso do Equador, as autoridades da PetroEcuador aceitaram subornos de comerciantes de petróleo por 15 anos e fizeram acordos que impulsionaram a expansão do petróleo e endividaram a nação. Essa corrupção prejudicou os orçamentos públicos e os serviços sociais. Esse tipo de corrupção prejudica o direito a um ambiente saudável, o acesso ao desenvolvimento (assistência médica, educação, recursos), a confiança e a transparência no estado de direito e os direitos da natureza e dos povos indígenas consagrados nas constituições.¹³³

Além da corrupção dentro de um determinado país por parte de entidades estrangeiras, há problemas com a forma como essas entidades são regulamentadas nos países onde estão domiciliadas. No caso da Gunvor, a litigância ocorreu nos EUA e na Suíça e as multas também foram emitidas nesses países. Enquanto isso, os efeitos negativos de suas ações devem ser enfrentados pelas populações amazônicas, sem acesso a remédios e compensações e sem voz na estrutura legal de como essas empresas são regulamentadas.

Ao mesmo tempo, a corrupção no país onde ocorre a extração pode permitir que entidades estrangeiras evitem impostos, ações judiciais de remediação e responsabilidade por violações de direitos humanos e indígenas com impunidade, enquanto a arbitragem internacional ainda lhes dá uma base jurídica para processar quando os contratos de petróleo são rescindidos. Isso também aumenta a dívida de governos já afetados pela corrupção. Por exemplo, o Equador deve mais de US\$ 2 bilhões em multas de arbitragem.¹³⁴

Isso também contribui para a violência. No caso do Equador, a corrupção impulsionou a expansão do petróleo, aumentando o conflito entre o setor petrolífero e os povos indígenas que defendiam seus territórios. No entanto, a corrupção não é identificada nas políticas de ESRM dos bancos como uma questão de direitos humanos, juntamente com a escravidão moderna e o trabalho infantil, e os bancos continuam a financiar projetos e empresas, como a Gunvor, mesmo depois que grandes problemas de corrupção vêm à tona.

Parece razoável que um banco queira maximizar a previsibilidade e identificar todos os riscos que ameaçam a reputação e o valor do negócio, pois isso terá um impacto positivo em seus negócios. No entanto, também pode ser tentador para alguns bancos limitar a previsibilidade quando se trata de riscos que não ameaçam a reputação e os negócios, mas que podem causar impactos ambientais e sociais negativos. Uma das principais maneiras de limitar a previsibilidade é reduzir a especificidade nos dados relativos ao “uso dos recursos” nas transações.

Os bancos continuam a financiar projetos e empresas, como a Gunvor, mesmo depois que grandes problemas de corrupção vêm à tona.

Uso dos recursos

O uso dos recursos é a declaração de como uma empresa irá aplicar os recursos de um empréstimo ou título negociado em sua área de operação. Os Princípios do Equador¹³⁵ definem o uso dos recursos como “as informações fornecidas pelo cliente sobre como os empréstimos serão utilizados”.¹³⁶ Normalmente, o financiamento de projetos de petróleo é o tipo de “uso dos recursos” mais específico em termos de atividades e geografia, sendo, portanto, mais rastreável. Por esse motivo, o financiamento de projetos está mais sujeito a exclusões e filtros do que outros tipos. Outros tipos de “uso dos recursos” podem ser menos rastreáveis, incluindo capital de giro, financiamento comercial, despesas de capital, financiamento para aquisições e o tipo mais amplo: fins corporativos gerais (GCP). A modalidade GCP é definida pelo escritório de advocacia Latham & Watkins como uma “frase padrão que significa, em geral, qualquer coisa que a lei permita” e “a forma mais vaga de classificar o uso dos recursos”.¹³⁷ Essa definição sugere que a modalidade GCP e outras categorias amplas podem fornecer pouca ou nenhuma informação para a devida diligência.

transação se enquadrar.¹³⁸ Por sua vez, essa categoria determina a magnitude dos possíveis impactos ambientais e sociais associados a uma transação e, em termos gerais, o grau em que o banco vetará a transação. Se o uso descrito dos recursos for amplo, contendo várias atividades com diferentes níveis de risco, a categorização e o direcionamento do processo de análise podem se tornar mais complexos. Se o uso dos recursos será para “qualquer coisa que a lei permita”, conforme se define a modalidade GCP, a categorização do risco pode ser inviável ou impossível.

	% TÍTULOS E EMPRÉSTIMOS SINDICALIZADOS NA MODALIDADE GCP	% FINANCIAMEN DE PROJETOS	% OUTROS USOS DE RECURSOS
JPMorgan Chase	78%	4%	18%
Citibank	77%	6%	18%
Itaú Unibanco	74%	4%	22%
Banco Santander	70%	5%	24%
Bank of America	79%	5%	17%
HSBC	78%	11%	11%

Tabela 2. Proporções de transações sindicalizadas na modalidade GCP+, transações de financiamento de projetos e outros usos de recursos. As tendências por banco são semelhantes e mostram que a grande maioria das transações de financiamento de combustíveis fósseis na base de dados Amazon Banks Database carece de informações específicas para identificar e gerenciar riscos ambientais e sociais.

Este relatório utiliza a base de dados Amazon Banks Database¹³⁹ para avaliar as estruturas de 565 transações, totalizando um valor estimado de US \$575 bilhões, financiado por mais de 280 bancos e mais de 80 empresas de petróleo e gás com atividades na Amazônia nos últimos 20 anos. Desse total, 52% de todo o financiamento, ou US \$300 bilhões em 223 transações, é destinado a fins corporativos gerais. A adição de categorias igualmente amplas, como despesas de capital e capital de giro (doravante denominadas GCP+), aumenta esse valor para 78%, ou US \$447 bilhões em 352 transações. Isso sugere que a grande maioria dos “usos de recursos” em financiamentos expostos à Amazônia é muito ampla para prever corretamente a ameaça e acionar processo de devida diligência suficientes para evitar ou mitigar problemas ambientais e sociais no local. Para os principais bancos envolvidos em financiamentos relacionados a petróleo e gás na Amazônia, essa tendência é consistente. A Tabela 2 mostra o detalhamento por banco entre transações sindicalizadas na modalidade GCP+, financiamento de projetos e outros usos de recursos em todos os financiamentos expostos à Amazônia.

Isso cria um dilema interessante, pois quanto mais específico for o “uso dos recursos”, mais riscos os bancos poderão prever e mais devida diligência poderão aplicar, resultando em menos transações aprovadas. Parece lógico que o cenário inverso também se aplique, ou seja, quanto menos específico for o “uso dos recursos”, menos riscos os bancos poderão prever, o que resultará em uma devida diligência menor e mais transações aprovadas.



O CENÁRIO INVERSO

De acordo com os critérios da OCDE, as avaliações dos bancos sobre seu papel ao causar impactos adversos dependem do fato de os bancos terem oferecido financiamentos a clientes sabendo como o dinheiro seria gasto (uso dos recursos) e conhecendo os riscos envolvidos (previsibilidade), sem contudo terem agido de forma adequada para vetar clientes ou transações (devida diligência). Isso ilustra uma relação fundamental entre informação e contribuição – em que, **quanto mais um banco sabe, mais ele será obrigado a agir**.

Portanto, também pode ocorrer que um banco contribui menos para os impactos adversos causados por seu cliente se tiver fornecido financiamento sem saber como o dinheiro seria gasto e, portanto, sem saber sobre os riscos envolvidos. O banco, então, não detectaria um risco maior e não aplicaria os processos aprimorados de devida diligência – **ou seja, quanto menos o banco sabe, menos é obrigado a agir**. É interessante notar que, nesse cenário inverso, o banco ainda estaria aplicando uma devida diligência aparentemente adequada, uma vez que há menos informações para acionar uma devida diligência aprimorada (exclusões e filtros) e, portanto, ainda gerenciaria o risco à sua reputação. Ele também continuaria a gerenciar o risco do valor comercial, uma vez que o banco não estaria restringindo demasiadamente seus negócios se permitir a aprovação de mais transações.

No entanto, o banco não estaria mais gerenciando os riscos às pessoas e à natureza. No cenário inverso, esses riscos agora são terceirizados e a avaliação quanto à contribuição não é eficaz porque o banco tem menos informações sobre como os recursos de seu financiamento serão gastos e não identifica sua contribuição para o impacto adverso. Portanto, ele não será obrigado a evitar e/ou mitigar esses impactos, **mesmo que o banco continue a se beneficiar da gestão do risco reputacional**.

No entanto, se um banco estiver operando dessa forma, suas alegações de que suas políticas tratam dos riscos ambientais e sociais adversos podem ser consideradas greenwashing. Uma maneira de verificar isso é examinar o efeito das estruturas de negociação em relação ao “uso dos recursos” e à previsibilidade.

A influência da estrutura de negociação

A “estrutura de negociação”, entendida como as características de uma transação financeira, é fundamental para a forma como os bancos gerenciam o risco de impactos adversos às pessoas e à natureza, influenciando suas informações sobre como os recursos serão gastos. Isso também condiciona a influência que os bancos têm sobre seus clientes para mitigar os impactos adversos. Estruturas de negociação com pouca informação e pouca responsabilidade não violam as políticas de ESRM porque influenciam a categorização e a priorização de riscos de uma forma que não aciona o processo aprimorado de devida diligência.

Depois de analisar mais de 550 transações atualmente incluídas na base de dados Amazon Banks Database, considera-se que a estrutura de negociação mais comum é aquela envolvendo um título ou empréstimo sindicalizado com finalidade corporativa geral.

72% de todos os financiamentos na base de dados Amazon Banks Database são estruturados dessa forma. Isso significa que quase três quartos dos financiamentos de combustíveis fósseis que ameaçam a Amazônia são estruturados de tal forma que os bancos que oferecem o financiamento não podem prever os riscos às pessoas e à natureza ou, caso ocorram, mitigá-los adequadamente.¹⁴⁰

Os títulos sindicalizados na modalidade GCP representam 49% das transações na base de dados, ou um valor estimado de US\$ 276 bilhões. Ao adicionar os empréstimos sindicalizados na modalidade GCP (23%), o total chega a um valor estimado de US \$402 bilhões (ver Figura 6). A modalidade “fins corporativos gerais” também inclui

capital de giro e gastos de capital, bem como transações em que o uso dos recursos não é “divulgado”.

Isso sugere uma grande lacuna entre as políticas bancárias no papel e sua capacidade real de reduzir o risco das negociações em relação a impactos ambientais e sociais adversos. Em uma política de ESRM, as estruturas de negociações de financiamento sindicalizado na modalidade GCP podem parecer antitéticas a uma boa devida diligência, mas no caso de políticas pensadas para proteger o valor comercial do banco, essa estrutura pode limitar a responsabilidade e a influência do banco de uma forma que tenha um impacto bastante positivo nos resultados comerciais, ao mesmo tempo em que o banco parece aplicar a devida diligência.

Além disso, os bancos tendem a enfatizar as exclusões e os filtros negativos para negociações relacionadas a projetos, mas as negociações que podem ser identificadas como tal na base de dados Amazon Banks Database representam cerca de 8% do valor total das transações na base de dados e correspondem a apenas 44 transações de um total de 565. Poucos bancos fazem concessões para financiamentos corporativos e, mesmo assim, criam limites de receita ou produção que não impedem o banco de fornecer financiamento a empresas maiores de combustíveis fósseis com fluxos diversificados de produção e receita.¹⁴¹

Por fim, embora esta análise sugira que a estrutura de negociação possa oferecer possíveis brechas nas políticas de ESRM que permitam aos bancos continuar financiando empresas de combustíveis fósseis, não há evidências de que estruturar as negociações dessa forma traga impactos negativos sobre o valor comercial do banco e, principalmente, sobre sua reputação. Por exemplo, um banco pode ter uma política sobre biodiversidade, mas estruturar suas negociações de forma a maximizar a capacidade de lucro do banco. Deste ponto de vista, as políticas de ESRM podem permitir que os bancos gerenciem o risco à sua reputação ao parecerem “verdes”, ao mesmo tempo em que limitam a capacidade dessas políticas de afetar seus resultados financeiros.

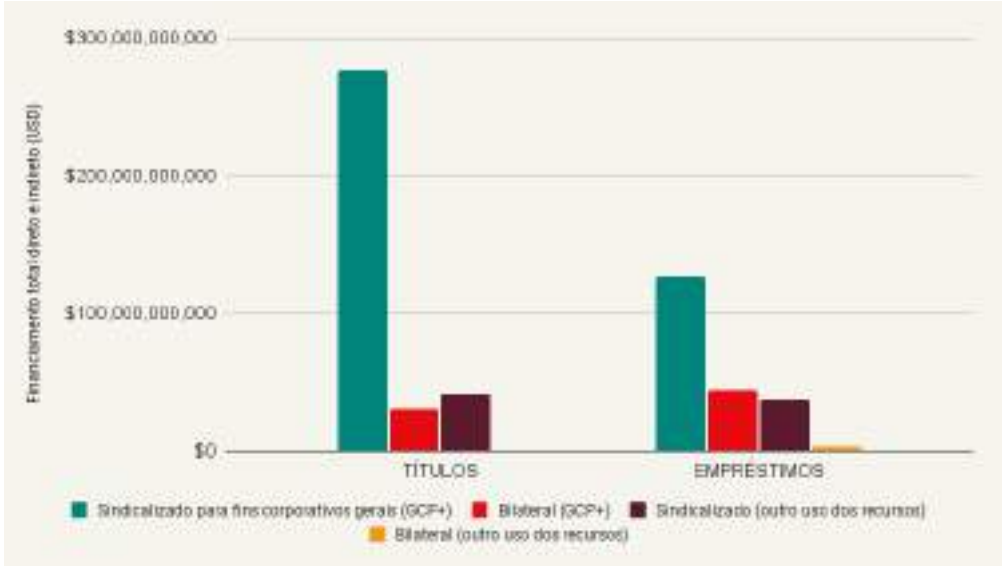


Figura 6. Uso dos recursos para todos os financiamentos na base de dados Amazon Banks Database. Os títulos que correspondem à modalidade GCP representam o maior segmento e também oferecem aos bancos a menor oportunidade de aplicar a devida diligência e identificar impactos adversos. Fonte: base de dados Amazon Banks Database, Stand.earth Research Group.

Influência

De acordo com a OCDE, se o banco estiver vinculado a um impacto adverso por meio de seu relacionamento comercial com um cliente, ele deve usar sua influência sobre o cliente e em outros tipos de relacionamento (por exemplo, envolvimento em alianças bancárias, como os Princípios das Nações Unidas para a Responsabilidade Bancária) para influenciar a entidade que está causando o impacto adverso. Isso é feito para evitar ou mitigar o impacto e, quando relevante, para remediá-lo. A OCDE também afirma que, se um banco tiver contribuído diretamente para um impacto (por exemplo, não apenas por meio de um cliente), ele poderá usar sua influência junto ao cliente, mas também deverá contribuir diretamente para a reparação ou contribuir para cessar ou prevenir um possível impacto.¹⁴²

Em ambos os casos, esse processo – em que um banco usa sua influência para obter uma vantagem – se baseia na ideia de que os bancos podem reduzir os impactos de seu financiamento ao fornecer aos clientes suporte para que eles abandonem práticas prejudiciais.¹⁴³ Esse argumento funciona bem para os bancos, pois, nele, está implícita a ideia de que a maneira de reduzir os impactos do petróleo e do gás não é excluir esses clientes, mas sim oferecer a eles mais recursos e oportunidades para que gerem voluntariamente uma transformação. Um exemplo clássico é o fato de os bancos permanecerem envolvidos com clientes no setor de combustíveis fósseis para ajudá-los a fazer a transição para atividades menos prejudiciais. Nesses cenários, um banco pode argumentar que precisa estar trabalhando com a empresa para usar sua influência como financiador para fazer a empresa progredir. Os bancos podem oferecer oportunidades de capacitação e conscientização, ajudar as empresas a melhorar o desempenho e os planos de transição – tudo isso normalmente é feito por meio de discussões bilaterais.¹⁴⁴

O problema com essa abordagem é que o sucesso na mitigação dos impactos adversos depende muito da capacidade do banco de usar sua influência sobre o cliente em um relacionamento bilateral e de uma forma que apresente novas oportunidades financeiras para o banco. No entanto, a estrutura sindicalizada de muitas das grandes transações de financiamento de combustíveis fósseis sugere que os bancos podem não ter a influência necessária para influenciar positivamente seus clientes do setor de combustíveis fósseis.¹⁴⁵

Os bancos têm menos influência, mas correm menos riscos em transações sindicalizadas – nas quais vários bancos financiam ou subscrevem conjuntamente uma transação para limitar a exposição de cada banco. Nas transações sindicalizadas, os bancos precisam somar sua influência e entrar em acordo quanto às políticas de ESRM a serem aplicadas à transação. Essas ações

estão sujeitas às condições do mercado, como o grau de concorrência entre os bancos, que em geral favorece o cliente, levando a uma devida diligência menos rigorosa, uma vez que os bancos competem entre si.¹⁴⁶

Ao comparar os produtos financeiros, os bancos também têm menos influência no caso de títulos do que de empréstimos. Na emissão de títulos, o relacionamento com o cliente ocorre principalmente antes do acordo da transação. Diferentemente dos empréstimos, o banco não continua a ter um relacionamento com o cliente porque não há um prazo de pagamento da dívida pelo cliente. Na emissão de títulos, os bancos subscrevem a emissão comprando os títulos da empresa e revendendo-os aos investidores. Ou seja, há menos oportunidade para um banco exercer influência sobre a forma como os recursos da emissão são gastos pela empresa, já que a transação é concluída assim que os títulos são emitidos.

Talvez o menor grau de influência possível ocorra no caso de títulos sindicalizados na modalidade de fins corporativos gerais. Uma transação de um título sindicalizado na modalidade GCP é o meio menos eficaz para um banco aplicar sua política de ESRM. Há muito pouco espaço de influência, apenas a possibilidade inicial de avaliar os impactos adversos com base nos filtros corporativos, sem uma visão abrangente do uso dos recursos e menos oportunidade de reduzir o risco das atividades ou mitigar os impactos após a conclusão da emissão do título.¹⁴⁷

Segundo as diretrizes da OCDE e do UNGP sobre a responsabilidade de um banco com relação ao financiamento de impactos adversos, a devida diligência é o melhor meio de reduzir a cumplicidade dos bancos com as atividades de seus clientes.¹⁴⁸ Quando os acordos de financiamentos são negociados com informações e influência insuficientes, como é o caso das transações de títulos sindicalizados, isso compromete a eficácia dos processos de devida diligência dos bancos. Isso leva a uma gestão de risco mais fraca e aumenta as chances de os bancos financiarem empresas e projetos que podem resultar em consequências ambientais e sociais negativas para as áreas e comunidades envolvidas.

O UNGP afirma que “uma instituição financeira deve considerar a possibilidade de encerrar um relacionamento comercial quando não tiver capacidade influência e não puder aumentá-la”.¹⁴⁹ Este relatório sugere que os bancos se encontram normalmente em uma posição em que, por essas razões, deveriam encerrar relacionamentos comerciais, mas, em vez disso, promovem uma influência que na verdade não possuem para manter seus clientes e proteger seu valor comercial.

MAPEAMENTO DA COBERTURA DAS POLÍTICAS DOS BANCOS

Como dito na seção sobre a devida diligência deste relatório, mesmo que um banco identifique valores ambientais e sociais, ele pode ter uma cobertura insuficiente de políticas para reduzir os riscos. Neste estudo, considera-se cobertura da política a extensão em que o valor é identificado na política ESRM. Por exemplo, uma política pode identificar e priorizar um valor, como a biodiversidade, mas só considerar a avaliação de risco em determinados contextos, como em Patrimônio Mundiais e/ou apenas para financiamento de projetos e com brechas que permitam o financiamento em locais onde se encontram Patrimônios Mundiais com a aprovação do governo.¹⁵⁰ Fora desses contextos, o banco pode não filtrar transações e clientes que representem riscos à biodiversidade.

Para avaliar a cobertura das políticas dos seis principais bancos que financiam diretamente o setor de petróleo e gás na Amazônia, foi realizada uma análise espacial detalhada com base nos principais valores ambientais e sociais (Figura 5). A análise incluiu áreas de proteção, sítios Ramsar, biodiversidade, florestas intactas e territórios de povos indígenas. Quando esses valores foram identificados nas políticas de ESRM de cada banco, a cobertura associada foi mapeada. Esses seis bancos – JPMorgan Chase (JPMC), Citibank, Itaú Unibanco, Santander, Bank of America e HSBC – são responsáveis por quase metade (47%) de todo o financiamento direto para o setor de petróleo e gás na Amazônia nos últimos 20 anos.

A análise detalhada do mapeamento abaixo mostra como as políticas de cada um dos seis bancos deixam lacunas significativas na cobertura das políticas de ESRM para a Amazônia. As exclusões e os filtros que compõem o processo aprimorado de devida diligência de um banco em sua política de ESRM foram analisados e categorizados. Nos mapas de cobertura dos bancos, a extensão de cada exclusão da política de ESRM de cada banco é identificada pelo valor que ela protege, representada por uma cor sólida. Os filtros também são identificados e representados com um padrão hachurado. Os blocos de petróleo e gás são organizados por cores de acordo com o nível de financiamento fornecido, nos últimos 20 anos, por

cada banco, respectivamente. Embora esteja fora da definição de Amazônia da RAISG, a Foz do Amazonas é uma área adjacente. Essas áreas são mutuamente benéficas e merecem proteção. Não há mapeamento disponível para valores ambientais e sociais na Foz do Amazonas. No entanto, os mapas de cobertura bancária mostram blocos de petróleo e gás nessa área e indicam se os bancos forneceram algum financiamento para as empresas que exploram petróleo e gás.

De modo geral, a análise revela que a maioria dessas políticas de ESRM dos bancos não identificam de forma significativa os valores ambientais e sociais na Amazônia nem contemplam os riscos de impactos adversos ou funcionam para evitá-los ou mitigá-los. exceção do HSBC, os bancos não têm grandes áreas de exclusão para nenhum dos principais valores e, embora as coberturas para os filtros sejam maiores, elas ainda estão abaixo de 50% da área total da Amazônia (ver Tabela 3).

These top financiers covered an average of 41% of Amazonia with exclusions and screens. This would be 29% if HSBC’s Amazonia-wide exclusion was not bringing up the average.

Esses principais financiadores cobriram em média 41% da Amazônia com exclusões e filtros. Esse valor seria de 29% se a exclusão do HSBC em toda a Amazônia não tivesse elevado a média.

Além disso, quase todas as exclusões relacionadas à biodiversidade (exceto no caso do Santander) aplicam-se apenas a transações relacionadas a projetos, enquanto apenas 6% de todas as transações em que estes seis principais bancos estão envolvidos têm a categoria “financiamento de projetos” estabelecida no uso dos recursos, de acordo com a base de dados Amazon Banks Database. Ou seja, o financiamento relacionado a projetos é uma proporção muito pequena do financiamento que esses bancos forneceram nos últimos 20 anos a empresas que realizam atividades de petróleo e gás na Amazônia, mas é o foco principal de seus esforços de devida diligência.

Da mesma forma, todas as políticas bancárias para implementar um processo de consulta de CLPI incluem filtros restritos a transações de financiamento de projetos. A maioria das políticas faz referência aos Princípios do Equador, que se aplicam apenas a empréstimos, não a títulos. Entretanto, metade das transações de financiamento de projetos analisadas são títulos, que são excluídos dos Princípios do Equador.

	EXCLUSÃO (MHA)	%	FILTRO (MHA)	%	TOTAL DE COBERTURA DE RISCO (MHA)	%	SEM COBERTURA DE RISCO (MHA)	%
JPMC	16,660,697	2%	115,794,507	14%	132,455,204	16%	714,816,671	84%
Citibank	16,660,697	2%	374,463,585	44%	391,124,282	46%	456,147,593	54%
Itaú Unibanco	0	0%	0	0%	0	0%	847,271,875	100%
Santander	132,902,986	16%	200,426,359	24%	333,329,345	40%	513,942,530	60%
Bank of America	0	0%	381,325,642	45%	381,325,642	45%	465,946,233	55%
HSBC	847,271,875	100%	-	-	847,271,875	100%	0	0%

Tabela 3. Área total de exclusões e filtros para cada um dos bancos, de um total de 847 Mha na Amazônia. Fonte: Stand.earth Research Group.

Citibank

A exclusão do Citibank cobre 2% da Amazônia e seus filtros cobrem outros 44% da região. A Política Ambiental e Social do Citibank apresenta uma exclusão para serviços financeiros relacionados a projetos que impactam negativamente o Valor Universal Excepcional dos Patrimônios Mundiais da Unesco.¹⁵¹ Essas áreas são representadas em verde e cobrem cerca de 16 milhões de hectares da Amazônia, ou apenas 2% do total da região (ver Figura 8). O desenvolvimento nessas áreas é geralmente proibido, mesmo que não houvesse exclusões em vigor. O financiamento relacionado a projetos representa aproximadamente 18% dos cerca de US \$2,3 bilhões do Citibank em financiamentos diretos para atividade de petróleo e gás na Amazônia nos últimos 20 anos.¹⁵² Dada a pequena área da Amazônia que a exclusão abrange e o fato de que as transações relacionadas a projetos representam uma pequena parte das negociações do Citibank, essa exclusão parece ter um valor muito limitado como ferramenta de gestão de risco.

As áreas hachuradas representam os filtros negativos do Citibank para as áreas protegidas nas categorias I-IV do sistema IUCN, áreas estratégicas de biodiversidade e de alto valor de conservação, de acordo com a política do Citibank que “reconhece que proteger e conservar áreas de habitat crítico, biodiversidade significativa e/ou alto valor de conservação, incluindo áreas legalmente protegidas, é fundamental para uma gestão de riscos ambientais

e sociais de alta qualidade”.¹⁵³ Quando há um alto risco de impactos diretos sobre esses valores, incluindo explicitamente a floresta amazônica e o cerrado, o banco se compromete a realizar um processo aprimorado de devida diligência (filtragem) em relação aos riscos à biodiversidade em todas as transações.

Esses filtros cobrem aproximadamente 375 milhões de hectares da Amazônia, ou cerca de 44% (ver Tabela 3) da região. Os filtros também incluem territórios indígenas, mas apenas para financiamento de projetos, de acordo com a política do Citibank, que reconhece “a importância do patrimônio cultural para a geração atual e as futuras e procura proteger áreas de patrimônio e valor cultural significativo dos impactos adversos das atividades do projeto”.¹⁵⁴ A política também exclui empresas que o processo de devida diligência indique que atuam na extração ilegal de madeira, o que abrange todas as transações relacionadas aos setores madeireiro e do agronegócio, mas não ao setor de petróleo e gás.

Embora o Citibank afirme que “[o banco] tem o imperativo de respeitar e apoiar o meio ambiente e os direitos humanos em [suas] operações, cadeia de suprimentos e transações com clientes”,¹⁵⁵ não está claro como o banco tem conseguido reduzir a diferença entre o que ambiciona fazer no papel e as barreiras à boa gestão de riscos na prática.

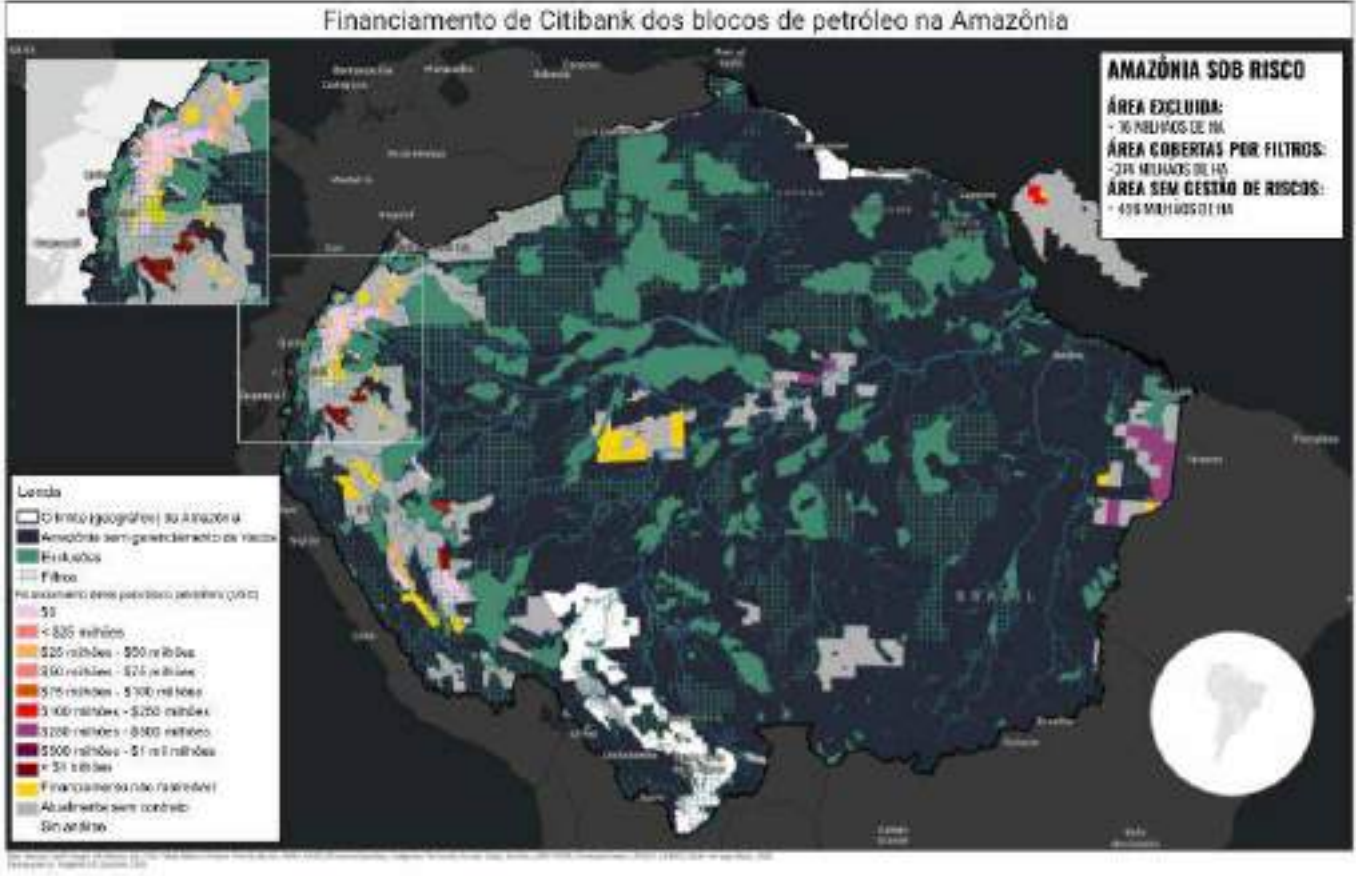


Figura 7. Gestão de risco (verde) na Amazônia, de acordo com a Estrutura de Política Ambiental e Social do Citibank de 2023. Os blocos de petróleo e gás são identificados de acordo com o nível de financiamento fornecido pelo banco nos últimos 20 anos. Fonte: Stand.earth Research Group.

Por exemplo, o Citibank foi o principal gestor de uma transação de títulos no valor de US \$500 milhões para a Hunt Oil Peru em 2023, juntamente com o Bank of America, o JPMC e o Creditcorp.¹⁵⁶ Conforme detalhado no estudo de caso sobre o Peru, a Hunt Oil Peru está envolvida com o Projeto Gás de Camisea, que está afetando os povos isolados nas reservas PIACI que se sobrepõem ao Bloco 88. O financiamento da Hunt Oil aparentemente contradiz o imperativo do banco de respeitar os direitos humanos nas transações com os clientes e seus filtros de proteção do patrimônio e dos valores culturais contra impactos adversos dos projetos, principalmente já que a Hunt Oil Peru, assim como a Hunt Oil e a Peru LNG (50% de propriedade da Hunt Oil), são clientes do Citibank desde 2011 – tempo suficiente para conhecer as violações de direitos humanos que o projeto tem causado aos povos indígenas. Apesar do histórico bem documentado de abusos dos direitos humanos por parte da Hunt Oil, a maior parte do financiamento de US\$ 420 milhões do Citibank concedido à empresa não é abrangida por sua política de ESRM, porque a maioria das transações envolvem títulos sindicalizados na modalidade de uso para fins corporativos gerais. A política de ESRM do Citibank sobre direitos humanos abrange apenas empréstimos para projetos específicos, não ofertas de títulos.

A política de ESRM do Citibank identifica diversos valores importantes na Amazônia, mas a cobertura envolve, em sua maioria, filtros, alguns limitados a transações que envolvem financiamento de projetos, o que dá ao banco muita margem de manobra para decidir se e como aplicar a política. Além disso, o banco prioriza principalmente transações envolvendo títulos e empréstimos sindicalizados cujo uso dos recursos é bastante amplo (por exemplo, para fins corporativos gerais). Esses tipos de transações restringem a capacidade do banco de aplicar a devida diligência e identificar impactos adversos. Uma implicação adicional desse tipo de operação é que a instituição financeira também tem menos influência nesses tipos de negociações, o que limita sua capacidade de mitigar impactos

CONSÓRCIO	USO DOS RECURSOS	TÍTULOS (USD)	EMPRÉS -TIMOS (USD)	TOTAL (USD)	% TÍTULOS	% EMPRÉS -TIMOS	% TOTAL
SINDICALIZADO	GCP+	\$513,215,667	\$229,731,493	\$742,947,160	22%	10%	32%
	Financiamento de projetos	\$225,000,000	\$187,522,800	\$412,522,800	10%	8%	18%
	Outros	\$533,759,490	\$17,098,824	\$550,858,313	23%	1%	24%
SUBTOTAL		\$1,271,975,156	\$434,353,117	\$1,706,328,273	55%	19%	73%
BILATERAL	GCP+	\$615,339,981	\$0	\$615,339,981	27%	0%	27%
	Financiamento de projetos	\$0	\$0	\$0	\$0	0%	\$0
	Outros	\$0	\$0	\$0	0%	0%	0%
SUBTOTAL		\$615,339,981	\$0	\$615,339,981	27%	0%	27%
TOTAL GERAL		\$1,887,315,137	\$434,353,117	\$2,321,668,254	81%	19%	100%

Tabela 4. De um total de aprox. US \$2,3 bilhões em financiamento direto para atividades de petróleo e gás na Amazônia nos últimos 20 anos, as transações do Citibank envolveram predominantemente títulos sindicalizados. “GCP+” refere-se à modalidade de uso dos recursos incluindo: fins corporativos gerais (GCP), despesas de capital, capital de giro e casos em que o uso dos recursos não foi especificado. Fonte: base de dados Amazon Banks Database do Stand.earth Research Group.

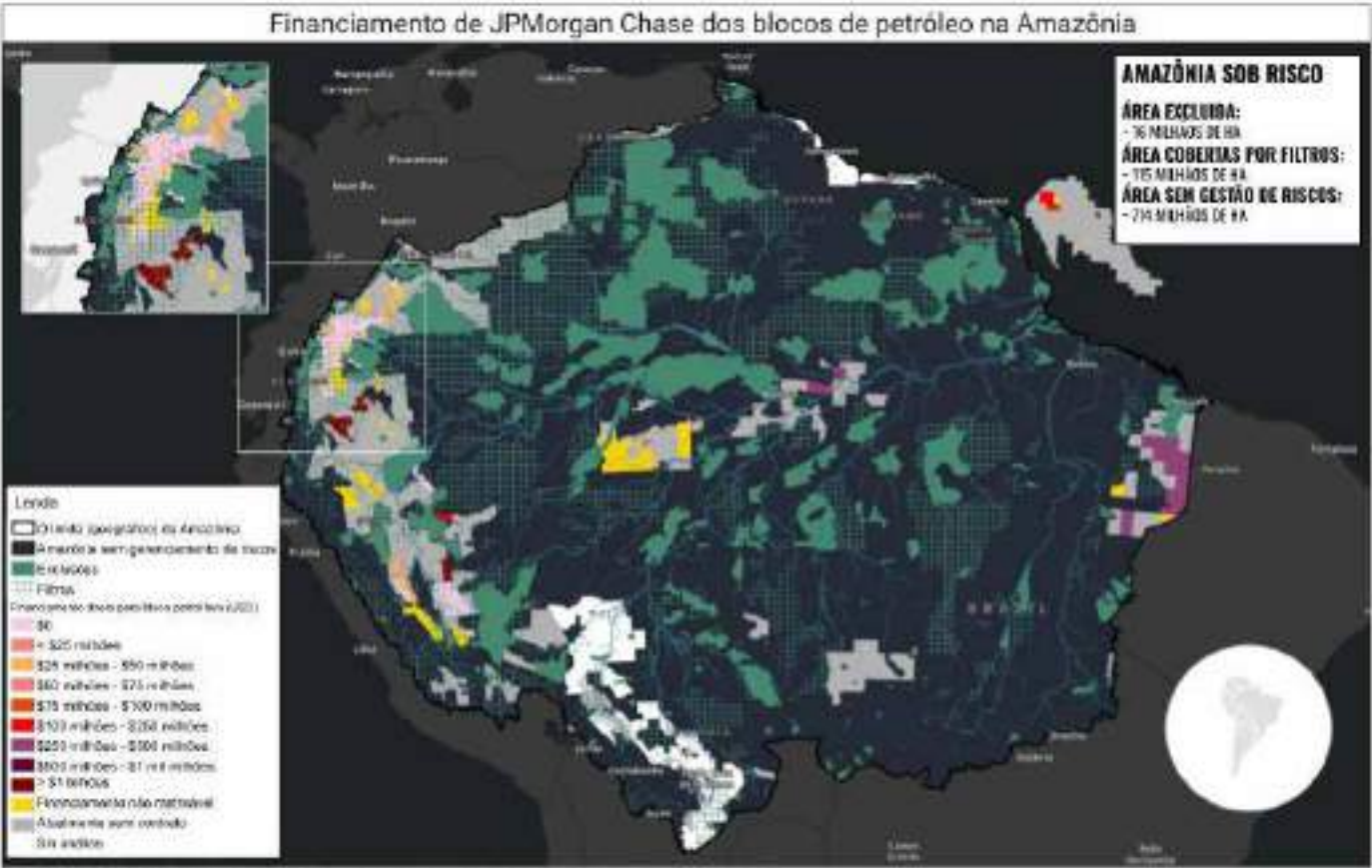


Figura 8. Gestão de risco (verde) na Amazônia, de acordo com o Relatório de ESG de 2022 do JPMorgan Chase. Os blocos de petróleo e gás são identificados de acordo com o nível de financiamento fornecido pelo banco nos últimos 20 anos. Fonte: Stand.earth Research Group.

A exclusão do JPMorgan Chase (JPMC) cobre 2% da Amazônia e seus filtros cobrem outros 14% da região. O relatório de ESG de 2022 do banco fornece detalhes sobre suas políticas de exclusão e aplicação de filtros para transações de financiamento.¹⁵⁷ De acordo com o relatório, o JPMC aplica uma exclusão para financiamento de projetos e outras formas de financiamento específico de ativos dentro de Patrimônios Mundiais da Unesco, que compreendem apenas 2% da Amazônia e são geralmente áreas proibidas para desenvolvimento. O mapa da Figura 7 mostra essas áreas em verde. A política de exclusão do JPMC em relação a Patrimônios Mundiais da Unesco conta com uma exceção para casos em que as autoridades governamentais e a Unesco concordem que as operações não afetam negativamente o Valor Universal Excepcional do local.¹⁵⁸

A política do banco tem filtros que abrangem todos os tipos de financiamento que possam afetar negativamente Patrimônios Mundiais da Unesco, Reservas da Biosfera da Unesco, sítios Ramsar e áreas legalmente protegidas, representados no mapa como áreas protegidas de acordo com as categorias I-IV do

sistema IUCN. Essas áreas oferecem uma cobertura adicional de 116 milhões de hectares para a política de gestão de risco do JPMC na Amazônia, o que compreende 14% da região geográfica definida como Amazônia neste relatório.

A política de ESG do banco reconhece vagamente os “habitats de importância para a biodiversidade”,¹⁵⁹ ainda assim, as políticas do JPMC deixam de proteger cerca de 84% da Amazônia. Isso inclui 277 milhões de hectares de florestas intactas¹⁶⁰ e 238 milhões de hectares de territórios indígenas,¹⁶¹ todos com valor significativo à biodiversidade. Não fica claro como o banco pode reconhecer esses valores ambientais importantes, mas restringir drasticamente sua identificação em toda a Amazônia.

O JPMC havia publicado anteriormente uma Estrutura de Política Ambiental e Social datada de 8 de outubro de 2021, mas, em abril de 2024, ela não estava disponível no site do banco em nenhum relatório de ESG ou referência.¹⁶² No entanto, no relatório de ESG de 2022, no apêndice intitulado Prohibited Activities and Sensitive Sectors Activities and Locations (“Atividades proibidas e atividades

e locais em setores sensíveis”), o banco deixa claro que se reserva o direito de alterar suas exclusões e filtros a qualquer momento, sem aviso prévio, e de aplicar os filtros da forma que considerar adequada.¹⁶³ Portanto, não fica claro se a política de 2021 ainda se aplica ou se foi alterada sem aviso. É importante ressaltar que o apêndice do relatório de ESG reverte uma série de compromissos importantes que o banco havia assumido anteriormente em sua política de ESR de 2021. Por exemplo, as áreas de utilização múltipla de acordo com o sistema IUCN, anteriormente mencionadas na mesma cláusula que as áreas estritamente protegidas do mesmo sistema, não são mais explicitamente mencionadas como sujeitas aos filtros. Da mesma forma, áreas importantes para a biodiversidade não são mais listadas explicitamente. As transações que afetam os povos indígenas eram listadas anteriormente como um filtro negativo para o banco; entretanto, essa cláusula também não é mais mencionada explicitamente no relatório de ESG.¹⁶⁴

Em março de 2024, o JPMC deixou de ser signatário dos Princípios do Equador (EP),¹⁶⁵ que ainda é listado como o único meio pelo qual o JPMC avalia os impactos adversos de suas decisões de financiamento sobre os povos indígenas.¹⁶⁶ No entanto, é importante destacar que, de 2006 a 2023, quando o banco era signatário, não houve projetos qualificados na Amazônia relatados pelo JPMC em seus relatórios apresentados sob o EP.¹⁶⁷

Enquanto isso, somente em 2023, o JPMC forneceu cerca de US \$126 milhões em novos financiamentos diretos para a produção de petróleo e gás na Amazônia colombiana para a Ecopetrol e a Gran Tierra.¹⁶⁸ Também em 2023, o JPMC foi um dos principais financiadores da Hunt Oil no Peru, que é parceira no Projeto Gás de Camisea, com um financiamento direto adicional de US \$125 milhões.¹⁶⁹ Embora essas transações estejam sendo direcionadas a atividades que representam riscos às pessoas e à natureza e ameaçam áreas de biodiversidade de importância global e os territórios de povos isolados, elas ainda são permitidas de acordo com a política atual da JPMC. Além dos problemas com a cobertura limitada da política, a estrutura da negociação também pode estar enfraquecendo o processo de devida diligência. De acordo com a base de dados Amazon Banks Database, 34% das transações do JPMC diretamente relacionadas ao petróleo e gás na Amazônia são relacionadas a títulos ou empréstimos sindicalizados sob a modalidade de “uso de recursos” para fins corporativos gerais ou outra modalidade igualmente ampla, o que limitaria as informações e a previsibilidade e impediria a devida diligência (ver Tabela 5).

CONSÓRCIO	USO DOS RECURSOS	TÍTULOS (USD)	EMPRÉS-TIMOS (USD)	TOTAL (USD)	% TÍTULOS	% EMPRÉS-TIMOS	% TOTAL
SINDICALIZADO	GCP+	\$513,760,846	\$246,336,042	\$760,096,888	23%	11%	34%
	Financiamento de projetos	\$700,833,333	\$185,714,286	\$886,547,619	31%	8%	39%
	Outros	\$580,625,473	\$20,400,000	\$601,025,473	26%	1%	27%
SUBTOTAL		\$1,795,219,653	\$452,450,328	\$2,247,669,980	80%	20%	100%
BILATERAL	GCP+	\$5,025,126	\$0	\$5,025,126	0%	0%	0%
	Financiamento de projetos	\$0	\$0	\$0	\$0	0%	\$0
	Outros	\$0	\$0	\$0	0%	0%	0%
SUBTOTAL		\$5,025,126	\$0	\$5,025,126	71%	0%	71%
TOTAL GERAL		\$1,800,244,779	\$452,450,328	\$2,252,695,107	80%	20%	100%

Tabela 5. De um total de aprox. US\$ 2,3 bilhões em financiamento direto para o setor de petróleo e gás na Amazônia nos últimos 20 anos, as transações do JPMC envolveram predominantemente títulos sindicalizados. “GCP+” refere-se ao uso dos recursos, incluindo: fins corporativos gerais (GCP), despesas de capital, capital de giro e casos em que o uso dos recursos não foi especificado. Fonte: base de dados Amazon Banks Database do Stand.earth Research Group.

Itaú Unibanco

O Itaú Unibanco não possui exclusões ou filtros que se apliquem às operações de petróleo e gás na Amazônia. O Itaú estabeleceu várias políticas para lidar com os riscos ambientais e sociais. No entanto, estas políticas não especificam claramente os valores ambientais e sociais que o banco pretende proteger, a forma como esses valores são tratados nos vários setores e tipos de transações ou os métodos que o Itaú utiliza para identificar e mitigar impactos adversos. O Itaú possui diversas políticas que tratam da sua estrutura de gestão de risco e que afirmam que os clientes que operam em setores sensíveis (incluindo o de petróleo e gás) são avaliados de acordo com uma metodologia específica de risco ambiental e social.¹⁷⁰ O Relatório de ESG de 2022 do banco afirma que o setor de petróleo e gás é um “setor sensível”, o que significa que o banco avalia os riscos sociais e ambientais, incluindo emissões atmosféricas, mudanças climáticas, materiais perigosos, efluentes, consumo de recursos naturais, contaminação da água ou do solo.¹⁷¹

No entanto, o banco não dispõe de uma lista de exclusões e de filtros, sejam intersetoriais (por exemplo, relacionados à biodiversidade ou aos direitos humanos) ou específicos (por exemplo, para riscos específicos do setor de petróleo e gás), e a sua lista de exclusões relacionadas aos direitos

humanos não abrange as violações aos direitos dos povos indígenas.¹⁷² Sem compromissos explícitos com valores ambientais e sociais importantes, não há informação para mapear a cobertura da gestão de risco do Itaú na Amazônia.

Embora o banco tenha claramente um processo de filtragem, sua política afirma que “os tipos de produtos e operações sujeitos à avaliação de risco ambiental e social e as diretrizes específicas relacionadas são descritos em procedimentos e manuais internos”.¹⁷³ Apesar da extensa pesquisa,¹⁷⁴ não foi possível encontrar documentos que fornecessem detalhes que obrigassem o banco a adotar um curso de ação previsível em relação a seus clientes do setor de petróleo e gás na Amazônia, com exceção das transações de financiamento de projetos que se qualificam de sob os Princípios do Equador. De acordo com a política do banco, caso uma operação se enquadre nos critérios estabelecidos pelos Princípios do Equador, o projeto terá de cumprir os Padrões de Desempenho da Corporação Financeira Internacional (IFC),¹⁷⁵ inclusive aqueles relativos à biodiversidade e aos direitos dos povos indígenas.

O Itaú indica que nenhum projeto foi rejeitado com base em suas políticas de gestão de risco ambiental e social: “Em 2022, monitoramos 31 contratos de financiamento de projetos, analisamos 244 novas transações estruturadas relacionadas a projetos, incluindo projetos imobiliários, e nenhuma (0) transação de financiamento de projetos foi rejeitada por razões ambientais e sociais.”¹⁷⁶ Uma análise das transações capturadas na base de dados Amazon Banks Database revela que 99,9% das negociações relacionadas ao setor de petróleo e gás na Amazônia das quais o Itaú participou nos últimos 20 anos nem sequer se qualificam para análise de acordo com os Princípios do Equador porque são emissões de títulos, não empréstimos (ver Tabela 6).¹⁷⁷ Essas transações são relacionadas às empresas Eneva, Frontera, Geopark, Petrobras, Petroquímica Comodoro Rivadavia SA e Transportadora de Gas del Peru SA – todos grandes atores do setor de petróleo e gás na Amazônia. No total, 83% das transações estão na modalidade de fins corporativos gerais, embora essas empresas estejam especificamente

O banco, juntamente com o Santander e o Bradesco, está envolvido no Plano Amazônia¹⁷⁸ que, conforme consta, visa combater o desmatamento causado pelo setor da pecuária e fornecer financiamento à agricultura sustentável. Esse plano, no entanto, não aborda o amplo apoio do Itaú à extração de petróleo e gás na Amazônia. Desde 2019, o Itaú concedeu cerca de US\$ 1,3 bilhão em financiamentos diretos à Eneva S.A., a empresa por trás do Complexo de Gás Parnaíba, que, segundo estimativas, é capaz de produzir mais de 1 gigatonelada de emissões de CO2 durante sua vida útil, tornando-se uma das maiores bombas de carbono da Amazônia.¹⁷⁹

CONSÓRCIO	USO DOS RECURSOS	TÍTULOS (USD)	EMPRÉS-TIMOS (USD)	TOTAL (USD)	% TÍTULOS	% EMPRÉS-TIMOS	% TOTAL
SINDICALIZADO	GCP+	\$381,535,524	\$1,070,000	\$382,605,524	20%	0%	20%
	Financiamento de projetos	\$29,796,000	\$0	\$29,796,000	2%	0%	2%
	Outros	\$139,680,382	\$0	\$139,680,382	7%	0%	7%
SUBTOTAL		\$551,011,906	\$1,070,000	\$552,081,906	29%	0%	29%
BILATERAL	GCP+	\$1,213,247,350	\$0	\$1,213,247,350	63%	0%	63%
	Financiamento de projetos	\$167,978,034	\$0	\$167,978,034	9%	0%	9%
	Outros	\$0	\$0	\$0	0%	0%	0%
SUBTOTAL		\$1,381,225,384	\$0	\$1,381,225,384	71%	0%	71%
TOTAL GERAL		\$1,932,237,289	\$1,070,000	\$1,933,307,289	100%	0%	100%

Tabela 6. De um total aprox. de US \$1,9 bilhão em financiamentos diretos para o setor de petróleo e gás na Amazônia nos últimos 20 anos, as transações do Itaú envolvem, em sua maioria, títulos bilaterais na modalidade GCP+. “GCP+” refere-se ao uso dos recursos, incluindo: fins corporativos gerais (GCP), despesas de capital, capital de giro e casos em que o uso dos recursos não foi especificado. Fonte: base de dados Amazon Banks Database do Stand.earth Research Group.

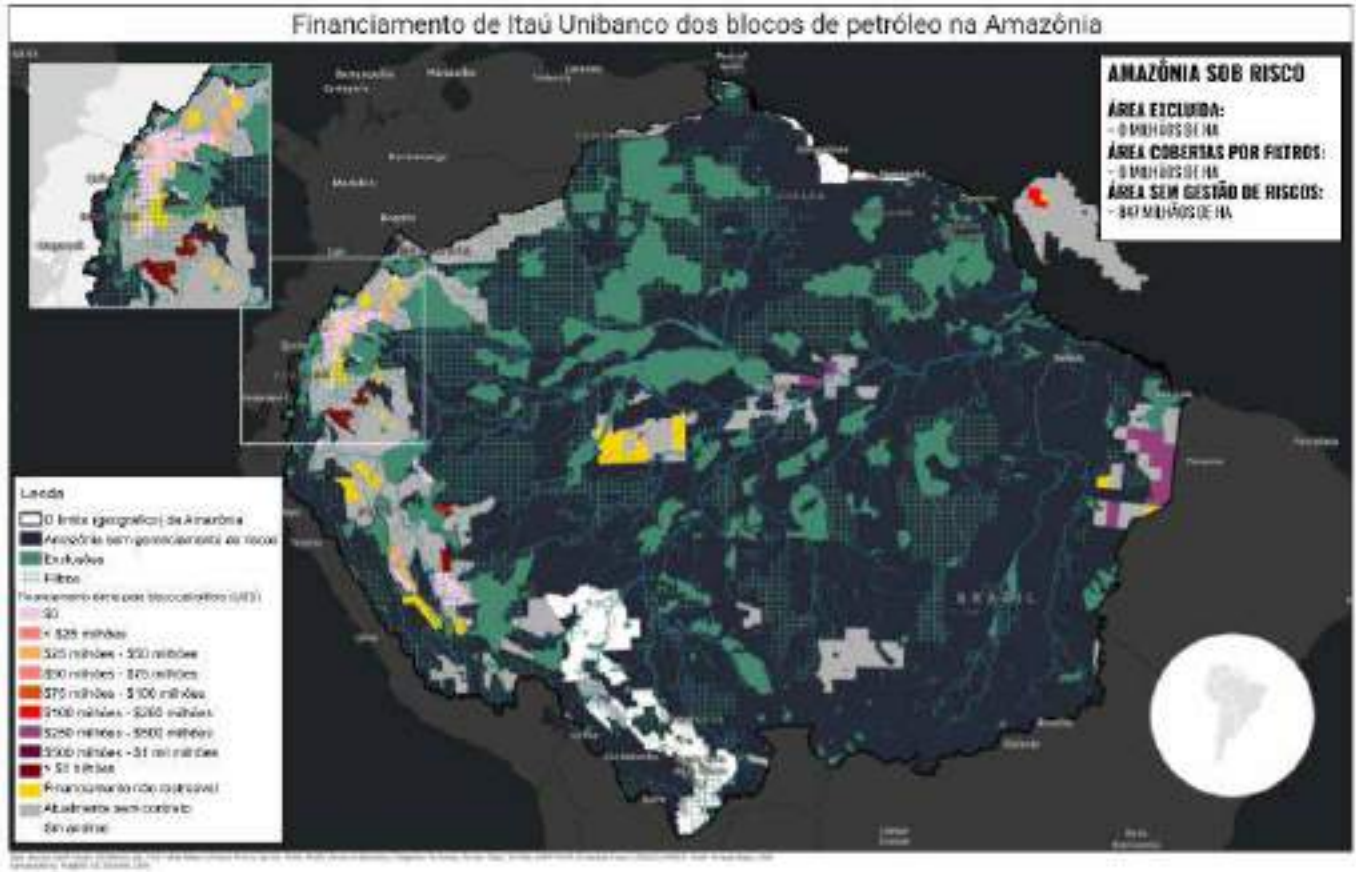


Figura 9. Gestão de risco (verde) na Amazônia, de acordo com as políticas ambientais e sociais e relatórios de ESG do Itaú. Os blocos de petróleo e gás são identificados de acordo com o nível de financiamento fornecido pelo banco nos últimos 20 anos. O vermelho-escuro representa os projetos de gás da Eneva no Brasil. Fonte: Stand.earth Research Group.

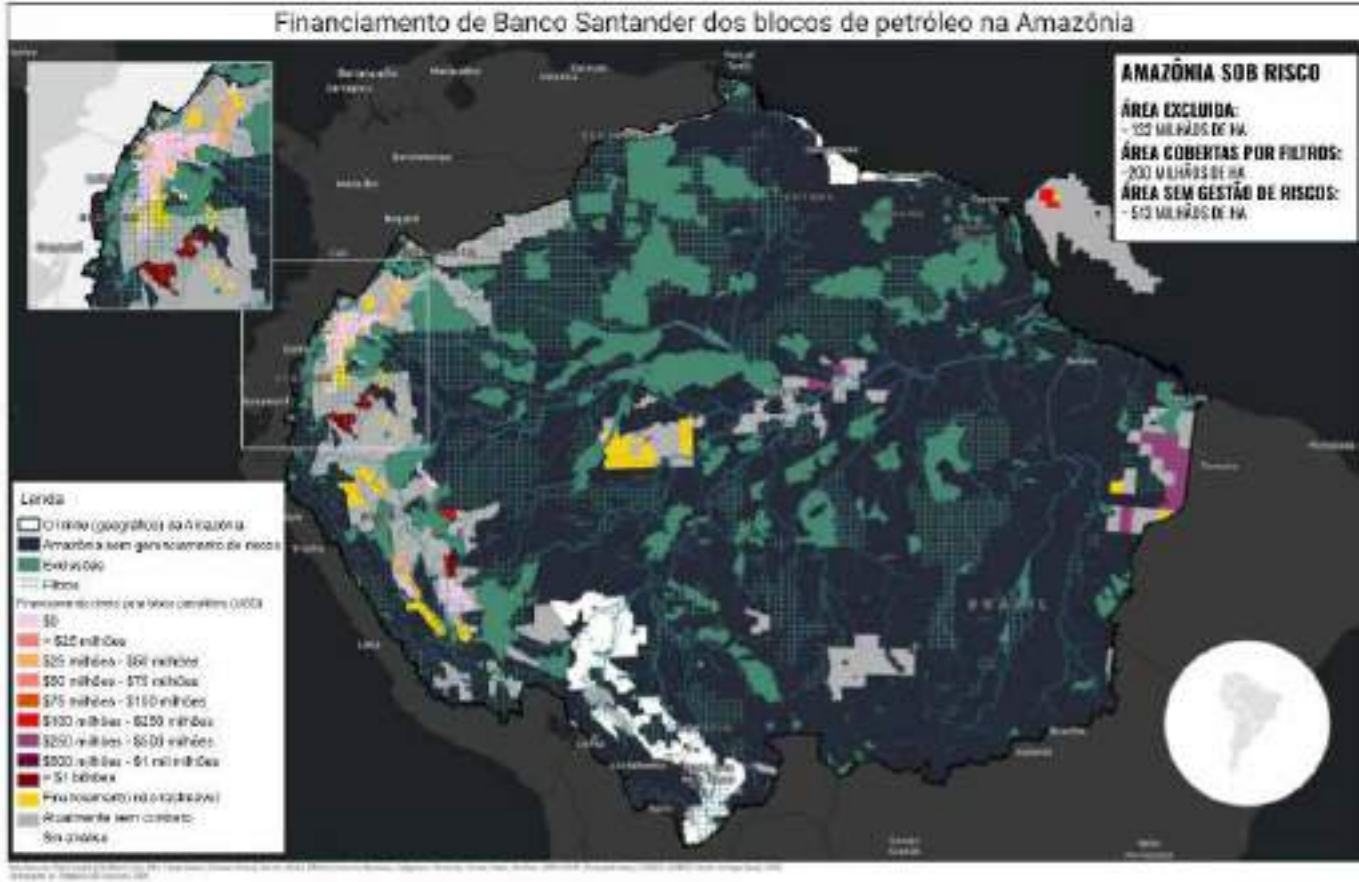


Figura 10. Gestão de riscos (verde) na Amazônia, de acordo com a política Gestão de Riscos Ambientais, Sociais e Mudanças Climáticas: atividades que requerem atenção especial e atividades proibidas do Santander. Os blocos de petróleo e gás são identificados de acordo com o nível de financiamento fornecido pelo banco nos últimos 20 anos. Fonte: Stand.earth Research Group.

As exclusões do Banco Santander cobrem 16% da Amazônia e seus filtros cobrem outros 24% da região. O Santander tem uma das políticas de exclusão mais abrangentes, cobrindo 16% da Amazônia (133 milhões de hectares) com proibições de financiamento de atividades envolvendo petróleo e gás em locais onde se encontram Patrimônios Mundiais da Unesco, sítios Ramsar e áreas protegidas sob as categorias I-IV (áreas legalmente protegidas) do sistema IUCN (ver as áreas em verde na Figura 10).¹⁸⁰ Diferentemente de outros bancos, as exclusões do Santander abrangem todas as transações, não apenas o financiamento de projetos. O Santander não investe diretamente nem fornece produtos e/ou serviços financeiros a projetos ou atividades de extração de petróleo e gás, geração ou transmissão de energia, que coloquem em risco áreas classificadas como sítios Ramsar, Patrimônios Mundiais ou áreas protegidas de acordo com as categorias I, II, III ou IV do sistema IUCN. A política também proíbe novos clientes do setor de petróleo e gás upstream e o financiamento de projetos para novos campos de petróleo cuja aprovação para desenvolvimento tenha ocorrido após maio de 2021.

O Santander tem uma exclusão em vigor para projetos que não têm um plano de ação confiável para realizar um processo de consulta para obtenção do CLPI, mas considera suficiente o cumprimento do Padrão de Desempenho 7 da IFC, ainda que haja diversos problemas quanto à eficácia da abordagem da IFC. O banco também filtra as empresas do setor de petróleo e gás quanto a quaisquer atividades que envolvam o deslocamento de povos indígenas e/ou grupos vulneráveis. Na Figura 10, os territórios indígenas são mapeados por meio de filtros, mas eles se aplicam apenas ao financiamento de projetos. De acordo com a base de dados Amazon Banks Database, as transações sindicalizadas de financiamento de projetos são o tipo de negociação mais predominante (64%) para transações de financiamento direto (ver Tabela 7).

O Santander também tem filtros para clientes envolvidos na exploração, desenvolvimento, produção (incluindo perfuração) de petróleo e gás, bem como atividades midstream (incluindo oleodutos e comerciantes de petróleo) e downstream (por exemplo, refinarias). Esses filtros cobrem mais 200 milhões de hectares da Amazônia, deixando 60% da Amazônia sem gestão de risco.

CONSÓRCIO	USO DE RECURSOS	TÍTULOS (USD)	EMPRÉS -TIMOS (USD)	TOTAL (USD)	% TÍTULOS	% EMPRÉS -TIMOS	% TOTAL
SINDICALIZADO	GCP+	\$185,533,771	\$21,070,843	\$206,604,614	14%	2%	15%
	Financiamento de projetos	\$638,333,333	\$227,796,453	\$866,129,786	47%	17%	64%
	Outros	\$10,020,391	\$20,400,000	\$30,420,391	1%	2%	2%
SUBTOTAL		\$833,887,495	\$269,267,296	\$1,103,154,791	61%	20%	81%
BILATERAL	GCP+	\$246,158,664	\$10,500,000	\$256,658,664	18%	1%	19%
	Financiamento de projetos	\$0	\$0	\$0	0%	0%	0%
	Outros	\$0	\$0	\$0	0%	0%	0%
SUBTOTAL		\$246,158,664	\$10,500,000	\$256,658,664	18%	1%	19%
TOTAL GERAL		\$1,080,046,159	\$279,767,296	\$1,359,813,454	79%	21%	100%

Tabela 7. De um total aprox. de US \$1,4 bilhão em financiamento direto para o setor de petróleo e gás na Amazônia nos últimos 20 anos, as transações do Santander envolvem predominantemente financiamento sindicalizado de projetos. “GCP+” refere-se ao uso dos recursos, incluindo: fins corporativos gerais (GCP), despesas de capital, capital de giro e casos em que o uso dos recursos não foi especificado. Fonte: base de dados Amazon Banks Database do Stand.earth Research Group.

O Santander é o único banco com uma alta proporção de transações de financiamento de projetos, mas não fica claro como essas transações ativam o processo aprimorado de devida diligência. Por exemplo, o Santander forneceu à Petroperu mais de US \$1 bilhão em financiamento de projetos desde 2017 em quatro transações. Três dessas transações, totalizando mais de US \$800 milhões, foram acordos sindicalizados para financiamento de projetos, mas como se tratou de uma subscrição de títulos, e não de um empréstimo, nenhuma delas se qualificou para aplicação dos Princípios do Equador, que se aplicam apenas a empréstimos. Não fica claro na política se a exigência de um plano de ação confiável para obter o CLPI se aplicaria ao financiamento de projetos que não atendem aos critérios dos Princípios do Equador. A outra transação, um empréstimo sindicalizado para financiamento de projetos, realizada em 2018, pode ter se qualificado, mas isso não fica claro, porque o relatório apresentado pelo Santander sob os Princípios do Equador não se estende até esse período.

Além disso, as transações se destinaram à atualização bilionária pela PetroPeru da Refinaria Talara, o que deveria ativar pelo menos um filtro, devido ao papel da empresa como refinaria. A PetroPeru é a operadora do bloco, proprietária do oleoduto e proprietária da refinaria nesse cenário. Não fica claro como o Santander poderia justificar sua participação na modernização da Talara, dada a pressão por demanda que a refinaria exercerá sobre a produção de petróleo nos Blocos 64 e 192 na Amazônia peruana e o histórico de impactos adversos descritos no estudo de caso peruano.

Embora o Santander tenha alcançado um bom nível de identificação e cobertura de valores em sua política, não fica claro até que ponto o banco identificou os impactos adversos e considerou sua participação para esses impactos.

Bank of America

CONSÓRCIO	USO DE RECURSOS	TÍTULOS (USD)	EMPRÉS -TIMOS (USD)	TOTAL (USD)	% TÍTULOS	% EMPRÉS -TIMOS	% TOTAL
SINDICALIZADO	GCP+	\$405,213,615	\$169,724,176	\$574,937,792	32%	13%	45%
	Financiamento de projetos	\$367,500,000	\$0	\$367,500,000	29%	0%	29%
	Outros	\$318,815,382	\$0	\$318,815,382	25%	0%	25%
SUBTOTAL		\$1,091,528,997	\$169,724,176	\$1,261,253,174	86%	13%	99%
BILATERAL	GCP+	\$0	\$7,000,000	\$7,000,000	0%	1%	1%
	Financiamento de projetos	\$0	\$0	\$0	0%	0%	0%
	Outros	\$0	\$0	\$0	0%	0%	0%
SUBTOTAL		\$0	\$7,000,000	\$7,000,000	0%	1%	1%
TOTAL GERAL		\$1,091,528,997	\$176,724,176	\$1,268,253,174	86%	14%	100%

Tabela 8. De um total aprox. de US \$1,3 bilhão em financiamento direto para o setor de petróleo e gás da Amazônia nos últimos 20 anos, as transações do Bank of America envolvem predominantemente negociações sindicalizadas na modalidade GCP+. “GCP+” refere-se ao uso dos recursos, incluindo: fins corporativos gerais (GCP), despesas de capital, capital de giro e casos em que o uso dos recursos não foi especificado. Fonte: base de dados Amazon Banks Database do Stand.earth Research Group.

O Bank of America tem filtros que cobrem 45% da região amazônica. BO banco tem em vigor uma exclusão intersetorial para todos os tipos de transações que envolvam locais onde se encontram Patrimônios Mundiais da Unesco, “a menos que haja um consenso prévio por parte das autoridades do governo anfitrião e da Unesco de que tais operações não afetarão negativamente o Valor Universal Excepcional do local”.¹⁸¹

O banco também tem filtros para áreas de alto valor de conservação e áreas de florestas intactas em sua Política de Práticas Florestais, que inclui a exploração de petróleo e gás em sua lista de atividades de extração de recursos, porém, aplicando-se apenas ao financiamento de projetos.¹⁸² O banco indica que faz uso de suas medidas de devida diligência para garantir que os recursos resultantes do empréstimo não sejam usados para financiar projetos ou operações que resultem na extração de recursos ou desmatamento de florestas primárias e florestas intactas, ou áreas de alto valor de conservação (HCV), mas permite o desmatamento em áreas HCV se o projeto tiver as certificações exigidas. Embora essa política pareça incluir a exploração de petróleo e gás, ela só é mencionada na Política de Risco Ambiental e Social em relação ao setor madeireiro, o que gera certa confusão sobre como o banco aplica essa política em relação ao setor de petróleo e gás.

Essas medidas, que visam tratar dos riscos do setor de petróleo e gás para a biodiversidade e as florestas intactas, teriam pouco efeito sobre os impactos adversos do setor de petróleo e gás na Amazônia. O filtro relativo a Patrimônios Mundiais abrange apenas 2% da Amazônia,

enquanto os filtros relacionados à floresta só se aplicam a financiamentos de projetos. A Tabela 8 revela que o financiamento de projetos representa apenas 29% das transações do Bank of America por valor, o que sugere que a eficácia desse filtro é reduzida, já que as transações predominantemente não envolvem o financiamento de projetos.

As transações envolvendo o financiamento de projetos em questão são duas transações em que o banco subscreveu títulos em 2017 para a modernização da Refinaria Talara da Petroperu. Como mencionado anteriormente, o projeto ameaça os direitos dos povos indígenas cujos territórios se sobrepõem aos Blocos 64 e 192 na Amazônia peruana, onde o petróleo e o gás extraídos abastece a refinaria.¹⁸³

Em sua Política de Práticas Florestais, o banco filtra projetos de exploração de petróleo e gás quanto aos impactos sobre os meios de subsistência e a integridade cultural dos povos indígenas, usando seus procedimentos de devida diligência para áreas de alto valor de conservação.¹⁸⁴ O banco não concede financiamento a menos que os povos indígenas tenham a oportunidade a uma representação culturalmente adequada e o acesso a informações para participação informada. Além disso, em sua política de ESRM, o Bank of America afirma que realiza uma filtragem quando a maior parte do uso dos recursos é atribuível a atividades que possam impactar negativamente a área usada ou tradicionalmente reivindicada por uma comunidade indígena. Na filtragem, o banco espera que os clientes sigam o Padrão de Desempenho 7 da IFC, que, segundo

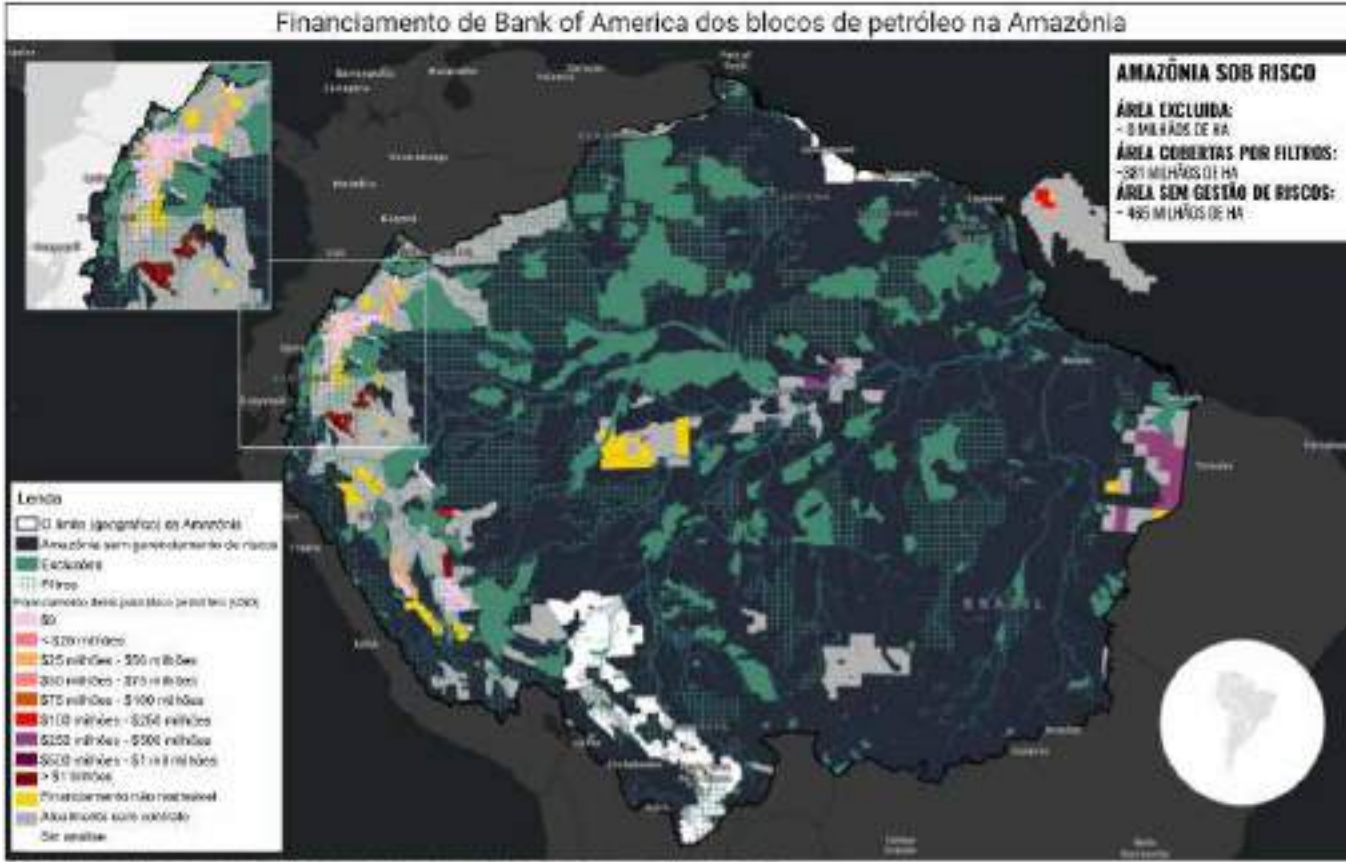


Figura 11. As exclusões e os filtros do Bank of America na Amazônia cobrem cerca de 43% da região, deixando a maior parte dos valores ambientais e sociais sem gestão de risco. Fonte: Stand.earth Research Group.

eles, inclui um processo de consulta para obtenção do CLPI, embora a abordagem da IFC quanto ao CLPI seja problemática com relação à forma como o processo de consulta pode obter o consentimento.¹⁸⁵

É importante ressaltar que a política florestal do banco também declara que o banco não financiará a exploração de petróleo e gás em áreas onde as reivindicações de territórios indígenas não estejam resolvidas. Essa é uma política importante, embora seu texto seja vago. Essa política é ilustrada na Figura 11 como um filtro sobre todo o território indígena na Amazônia, mas poderia ser considerada uma exclusão se o banco esclareceu o que quer dizer com “reivindicação não resolvida”, já que a expressão pode ser interpretada de forma a abranger a maior parte das reivindicações de territórios indígenas na região, que estão sujeitas a uma série de contestações aos direitos e à titularidade indígenas, mesmo depois que um território indígena é legalmente reconhecido. Por exemplo, o Congresso peruano em 2023 apresentou um projeto de lei para modificar a Lei nº 28736, que protege os povos indígenas ou nativos isolados e de recente contato (PIACI). Esse tipo de mudança legislativa exemplifica as ameaças contra os povos PIACI e destaca a necessidade de as políticas corporativas incluírem proteções específicas.

Esse compromisso de revisar projetos de exploração em que as reivindicações de terras indígenas não tenham sido resolvidas contrasta com a decisão do banco

de financiar a Gran Tierra ea Hunt Oil Peru em 2023, uma vez que essas duas empresas realizam atividades envolvendo petróleo e gás em territórios indígenas onde os povos originários não apoiam a exploração do petróleo. Assim como no estudo de caso sobre o envolvimento da Hunt Oil nas questões relacionadas aos povos isolados no Peru, a Gran Tierra opera na região de Putumayo, na Colômbia, juntamente com a EcoPetro, onde o povo indígena Ingá tem se oposto fortemente às operações de petróleo desde 2014, incluindo planos para novas explorações.¹⁸⁶

O banco também trata da questão do financiamento na modalidade GCP, reconhecendo que essas transações estão sendo usadas para apoiar o desenvolvimento de projetos específicos ou mesmo, de modo geral, para atividades em um setor de alto risco, e que isso pode resultar em altos riscos ambientais e sociais ocultos. Portanto, uma parte dos financiamentos na modalidade GCP também está sujeita a análise e filtragem aprimoradas Grande parte do que o Bank of America faz para gerenciar os riscos ambientais e sociais não afeta a maioria de seus financiamentos na Amazônia. O banco continua a financiar grandes produtores de petróleo e gás, apesar das informações facilmente acessíveis sobre os impactos adversos desses projetos e atividades. O banco foi identificado como o maior financiador do petróleo amazônico em 2023 em nosso último relatório “Lucros do colapso”.¹⁸⁷

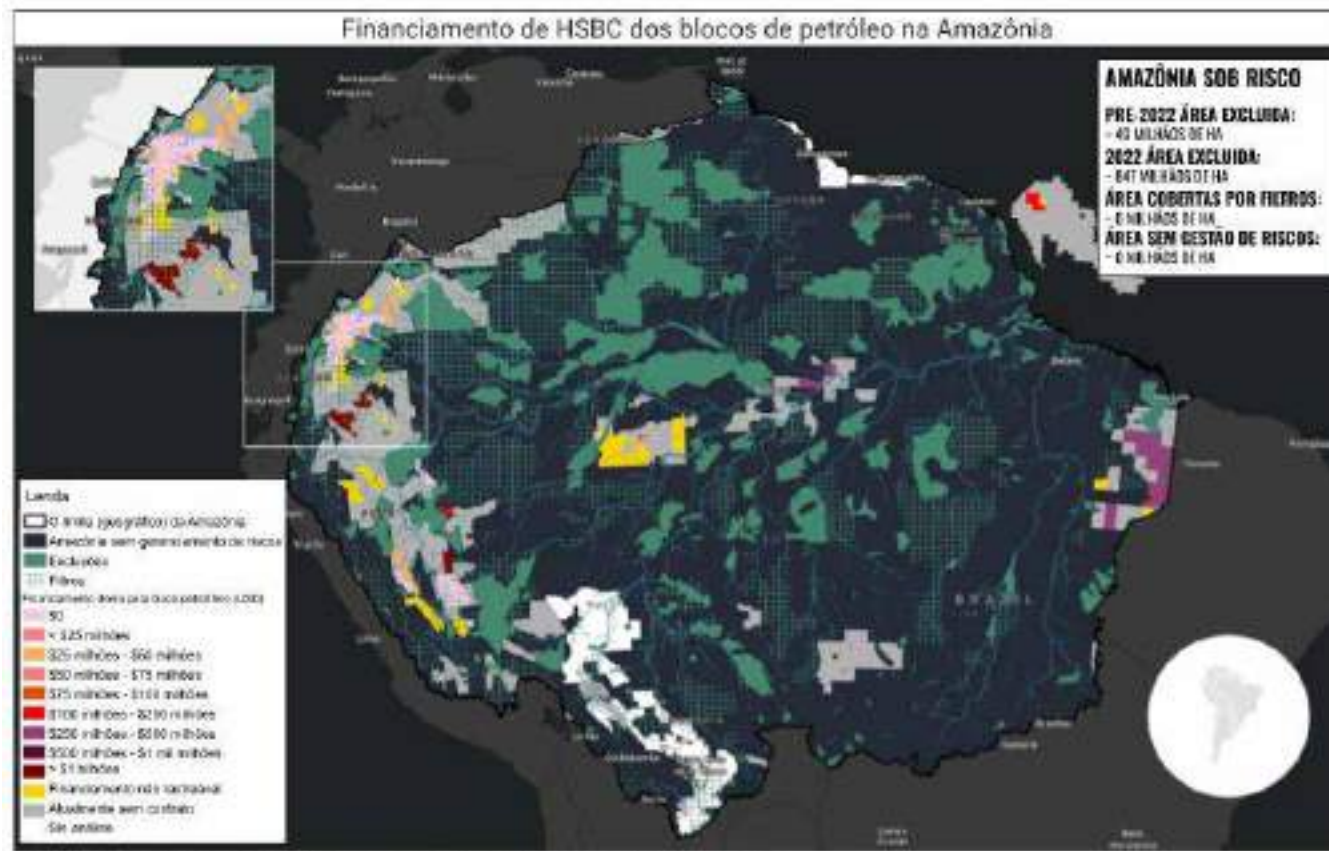


Figura 12. A política de ESRM do HSBC antes de dezembro de 2022 era bastante limitada. Em dezembro de 2022, o banco adotou a definição de Amazônia que é congruente com a definição da RAISG, conforme explicada neste relatório, e criou a primeira exclusão total na Amazônia, reduzindo a zero a área sem gestão de risco. Fonte: Grupo de Pesquisa Stand.earth.

As políticas de exclusão do HSBC cobrem 100% da Amazônia no setor de petróleo e gás. Em dezembro de 2022, o HSBC assumiu o compromisso de excluir o financiamento do petróleo e do gás na Amazônia, adotando a definição da RAISG aplicada a todos os mapeamentos deste relatório é indicada pelo contorno preto na Figura 12.¹⁸⁸ A exclusão é ilustrada pelas linhas diagonais azuis. O HSBC não fornece novos financiamentos ou serviços de consultoria a nenhum cliente para a exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás para projetos na Amazônia, nem infraestrutura cujo uso principal esteja relacionado a essas atividades. O banco também exclui os financiamentos e serviços de consultoria em nível corporativo a empresas cujas operações gerais encontrem-se substancialmente em áreas críticas do ponto de vista ambiental e social, incluindo a Amazônia.

A política de ESRM do HSBC antes de dezembro de 2022 era avaliada como muito limitada – em um ranking de 14 bancos classificados de acordo com suas políticas e financiamentos na Amazônia em 2021, apenas o JPMorgan Chase teve um desempenho pior.¹⁸⁹ O compromisso do HSBC é um passo importante para a gestão das ameaças enfrentadas pela Amazônia e o reconhecimento da importância global da região e do legado dos impactos adversos causados pelo setor de petróleo e gás. Como a política abrange financiamentos

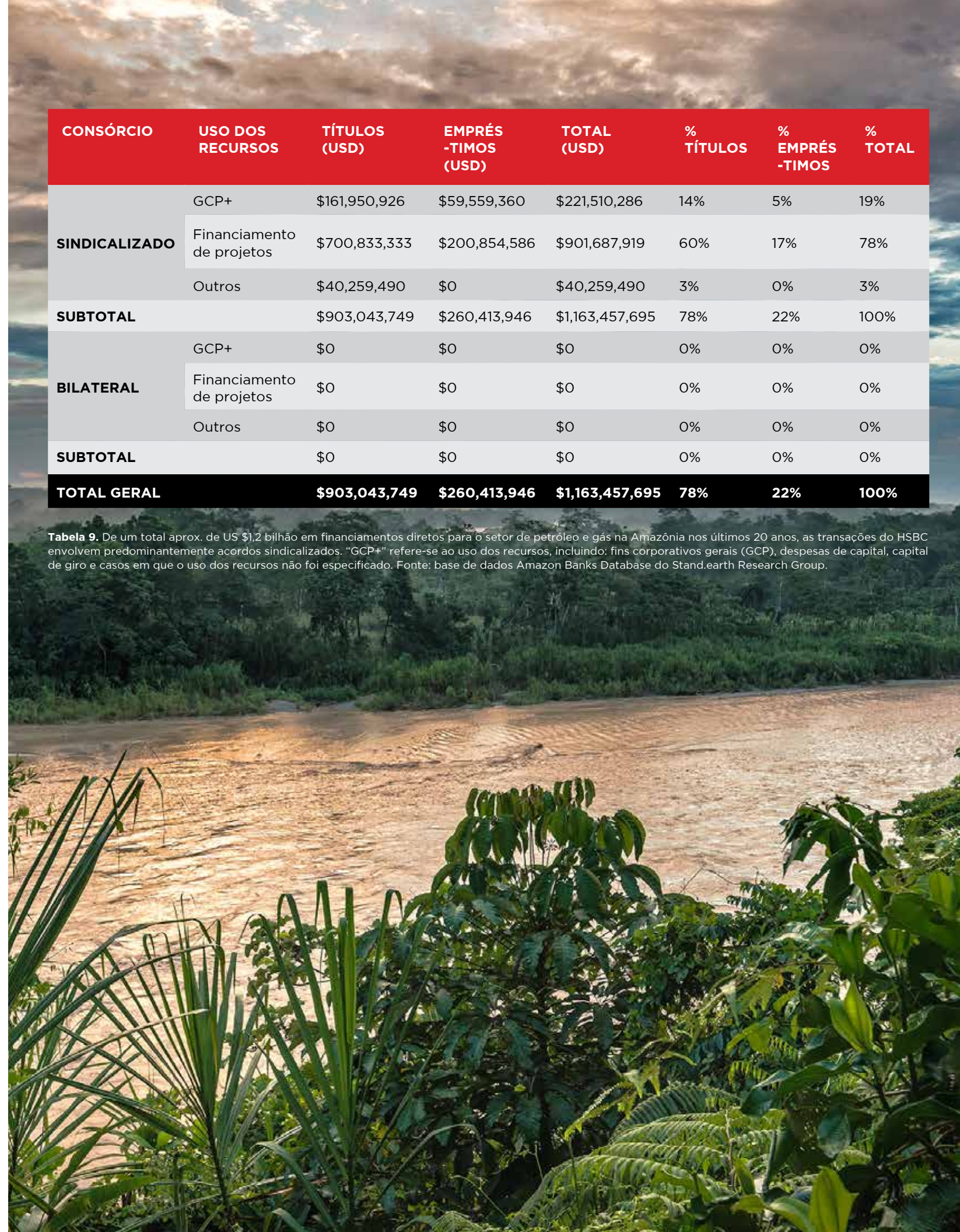
em nível corporativo para empresas cujas operações gerais se encontrem substancialmente na Amazônia, seriam cobertos empréstimos e títulos para fins corporativos gerais a empresas que são especializadas no setor de petróleo na Amazônia, como a Gran Tierra, Frontera, PetroPeru, Eneva, Geopark e PetroEcuador.¹⁹⁰

No entanto, o banco subscreveu títulos para a modernização da refinaria Talara da Petroperu em 2021. O HSBC também fez parte de um empréstimo sindicalizado em 2022 à CEPISA, que produz petróleo no Bloco 131 na região de Ucayali, na Amazônia peruana. O empréstimo é de quase US \$2 bilhões, em uma linha de crédito de capital de giro, dos quais estima-se que cerca de 5% seriam para financiar suas operações na Amazônia.^[9]

De acordo com a estrutura de negociação, os títulos sindicalizados para financiamento de projetos são os mais predominantes (60%) nas transações incluídas nos financiamentos diretos do HSBC no setor de petróleo e gás na Amazônia. Essas transações não se encaixam nos critérios dos Princípios do Equador, uma vez que esses critérios não se aplicam à subscrição de títulos. No entanto, elas estariam sujeitas à exclusão da região amazônica pelo HSBC desde de dezembro de 2022. Não há registro de novas transações para o HSBC na base de dados Amazon Banks Database a partir de 1º de janeiro de 2024.

CONSORCIO	USO DOS RECURSOS	TÍTULOS (USD)	EMPRÉS -TIMOS (USD)	TOTAL (USD)	% TÍTULOS	% EMPRÉS -TIMOS	% TOTAL
SINDICALIZADO	GCP+	\$161,950,926	\$59,559,360	\$221,510,286	14%	5%	19%
	Financiamento de projetos	\$700,833,333	\$200,854,586	\$901,687,919	60%	17%	78%
	Outros	\$40,259,490	\$0	\$40,259,490	3%	0%	3%
SUBTOTAL		\$903,043,749	\$260,413,946	\$1,163,457,695	78%	22%	100%
BILATERAL	GCP+	\$0	\$0	\$0	0%	0%	0%
	Financiamento de projetos	\$0	\$0	\$0	0%	0%	0%
	Outros	\$0	\$0	\$0	0%	0%	0%
SUBTOTAL		\$0	\$0	\$0	0%	0%	0%
TOTAL GERAL		\$903,043,749	\$260,413,946	\$1,163,457,695	78%	22%	100%

Tabela 9. De um total aprox. de US \$1,2 bilhão em financiamentos diretos para o setor de petróleo e gás na Amazônia nos últimos 20 anos, as transações do HSBC envolvem predominantemente acordos sindicalizados. “GCP+” refere-se ao uso dos recursos, incluindo: fins corporativos gerais (GCP), despesas de capital, capital de giro e casos em que o uso dos recursos não foi especificado. Fonte: base de dados Amazon Banks Database do Stand.earth Research Group.



GREENWASHING

Os seis principais bancos que financiam operações de petróleo e gás na Amazônia — Citibank, JPMC, Itaú Unibanco, Banco Santander, Bank of America e HSBC — comprometem-se publicamente com altos padrões de responsabilidade ambiental e social, incluindo o enfrentamento das mudanças climáticas, a preservação da biodiversidade e o respeito aos direitos humanos. No entanto, uma análise detalhada de suas transações financeiras e políticas de ESRM revela que, em todos os casos, exceto o do HSBC, há uma lacuna importante entre as declarações dos bancos e a eficácia real de suas políticas de ESRM.

O relatório sugere que a maioria das políticas não consegue oferecer uma gestão de riscos capaz de evitar impactos ambientais e sociais adversos e que, mesmo quando há cobertura, as transações relacionadas ao financiamento de combustíveis fósseis na Amazônia são estruturadas de forma a criar brechas nas políticas. O resultado, em geral, é que essas políticas de ESRM parecem proteger a reputação dos bancos e minimizar sua responsabilidade mais do que prevenir efetivamente os danos ambientais ou defender os direitos dos povos indígenas. **Este relatório indica que os bancos se utilizam da tática do greenwashing para mascarar sua contribuição para os impactos adversos na Amazônia. Embora seus compromissos declarados de enfrentamento das mudanças climáticas, da perda de biodiversidade e da exploração dos povos indígenas criem a percepção de que estão protegendo as pessoas e a natureza, eles continuam a financiar operações devastadoras.**

As políticas de ESRM adotadas por esses bancos, que eles alegam dar base às suas metas ambientais e sociais, não são suficientemente robustas para proteger a Amazônia. A análise espacial dessas políticas de ESRM revela que as práticas de gestão de risco envolvendo exclusões e filtros são aplicadas somente a um conjunto limitado de valores ambientais e sociais. Essas medidas cobrem apenas uma pequena parte da vasta biodiversidade, cobertura florestal e territórios habitados por povos indígenas na Amazônia, prejudicando significativamente a eficácia das políticas dos bancos na proteção da região.

As alegações envolvendo greenwashing incluem declarações públicas enganosas quanto ao impacto das atividades comerciais do banco, como a alegação do JPMC de estar “criando soluções que protegem o meio ambiente e fazem a economia crescer”, enquanto menciona apenas medidas de mitigação em sua estratégia de sustentabilidade.¹⁹² Nenhuma das iniciativas apresentadas pelo banco em seu site são pensadas para a proteção ambiental, ou seja, para impedir a perda ou a degradação dos valores ambientais; elas

se voltam apenas à mitigação, tentando minimizar o efeito dos impactos adversos. Além disso, nenhuma dessas iniciativas mitiga os impactos dos financiamentos concedidos pelo banco a atividades envolvendo combustíveis fósseis, inclusive em um meio ambiente globalmente importante como a Amazônia.¹⁹³

O banco também afirma que “o JPMorgan Chase apoia os princípios fundamentais dos direitos humanos em todas as atividades comerciais e em cada região do mundo em que opera”.¹⁹⁴ “Estamos comprometidos em fazer nossa parte para enfrentar as mudanças climáticas, e isso inclui trabalhar com clientes e outras partes interessadas para ajudar a fortalecer as melhores práticas do setor destinadas a proteger as florestas e a biodiversidade”, afirmou Marisa Buchanan, diretora global de sustentabilidade do JPMC.¹⁹⁵ Apesar dessas declarações, a política de ESRM do JPMC cobre apenas 2% da Amazônia no que tange exclusões e 14% em relação aos filtros. Além disso, o banco concedeu financiamentos significativos a empresas de petróleo e gás na Amazônia, incluindo um financiamento considerável no valor de US\$ 1,1 bilhão para grandes atores na Amazônia colombiana, somente em 2023, o que indica haver uma brecha considerável entre os compromissos declarados do banco e suas políticas e decisões de financiamento reais.

As declarações dos bancos também podem exagerar pequenos benefícios ambientais e sociais, como quando o Citibank declara que sua política gerencia de maneira eficaz riscos ambientais e sociais em áreas como a Amazônia: “Nossa política nos ajuda a identificar possíveis riscos nas transações globais da ordem de bilhões de dólares que viabilizamos em todo o mundo e a avaliar e gerenciar com eficácia os riscos ambientais e sociais associados ao financiamento das atividades dos clientes em setores com impactos ambientais e sociais relevantes”.¹⁹⁶ No entanto, o Citibank limita sua avaliação dos processos de consulta criados para obtenção do CLPI apenas às transações de financiamento relacionadas a projetos. Em uma região como a Amazônia, que tem um legado de impactos sociais da extração de petróleo

e gás, limitações como essa reduzem a capacidade do banco de avaliar e gerenciar efetivamente os impactos sobre os direitos humanos, especialmente quando tão poucas transações contam com a estrutura e as informações necessárias para serem avaliadas como transações “relacionadas a projetos”.

O banco também alega que “o Citi reconhece, desde 2008, os direitos dos povos indígenas como uma questão de extrema cautela de acordo com nossa política de ESRM” em seu relatório de ESG de 2022. No entanto, a política de ESRM do Citibank cobre efetivamente apenas 2% da Amazônia no tangente às exclusões e 46% no caso dos filtros, que se aplicam principalmente ao financiamento de projetos. Políticas com uma cobertura tão reduzida da Amazônia não impedem que o Citibank seja o principal gestor em uma transação envolvendo títulos no valor de US \$500 milhões para a Hunt Oil Peru. Com base nas atividades da Hunt Oil Peru no Bloco 88 (ver o estudo de caso peruano), contradiz o compromisso do Citibank de proteger o patrimônio cultural e os direitos indígenas.

Para os outros bancos neste relatório, seguir o exemplo do HSBC de implementar uma exclusão para operações de petróleo e gás na Amazônia alinhar seus compromissos públicos com suas políticas reais. Somente por meio desse tipo de ação genuína os bancos poderão garantir a proteção da Amazônia e defender os direitos e a dignidade dos povos indígenas.

É importante ressaltar que, mesmo quando os bancos incluem especificamente o CLPI em suas políticas, eles não podem garantir que o processo de consulta que exigem como condição para o financiamento resultará na obtenção do CLPI, já que exigem apenas que o processo seja realizado, e não a comprovação de seu resultado. Por exemplo, o Citibank afirma que “espera-se que os patrocinadores do projeto tenham realizado consultas significativas junto aos povos indígenas diretamente afetados, com o objetivo de obter o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI)”.¹⁹⁷ Não fica claro se isso constitui um reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, conforme declarado pelo Citibank, uma vez que é papel do Estado reconhecer legalmente os direitos dos povos indígenas e, se o Estado não fizer isso adequadamente, o banco não tem como suplantar esse marco regulatório.¹⁹⁸

O Bank of America também faz declarações que exageram os benefícios de suas políticas, como quando afirma o seguinte: “nossa liderança em sustentabilidade nos permite buscar oportunidades comerciais crescentes e gerenciar os riscos associados para enfrentar os maiores desafios ambientais e sociais globais”.¹⁹⁹ A perda de biodiversidade é um desses desafios. Mas para uma região globalmente significativa como a Amazônia, com a maior biodiversidade do planeta, o banco cobre apenas 2% da região com exclusões que poderiam protegê-la. Os filtros relacionados cobrem mais de 40%, mas só se aplicam ao financiamento de projetos, o que representa apenas 3% de suas transações associadas à Amazônia.

Nas duas transações envolvendo o financiamento de projetos que ativaram o processo aprimorado de devida diligência, a política não impediu o banco de participar da subscrição da modernização da Refinaria Talara da Petroperu, que gera impactos no setor upstream relacionados à poluição e à violação dos direitos dos povos indígenas (ver o estudo de caso peruano).

As empresas também podem fazer declarações sobre sua “visão”, “metas” ou “compromissos” que não são realistas. Por exemplo, o Itaú Unibanco declara que “proteger os direitos inerentes de cada ser humano é um compromisso diário é fundamental para garantir a ética, a continuidade e a credibilidade do Itaú Unibanco”. No entanto, o banco não conta com exclusões ou filtros específicos para operações de petróleo e gás na Amazônia. Isso se torna ainda mais evidente com o financiamento massivo por parte do banco de operações como o Complexo de Gás Parnaíba, capaz de produzir mais de 1 gigatonelada de emissões de CO2e em sua vida útil, mostrando uma clara discrepância entre seus compromissos éticos e suas políticas de financiamento.

“O Banco Santander está profundamente preocupado com a emergência climática [...] Estamos apoiando a transição de nossos clientes corporativos e dos setores de bancos de investimento, bancos comerciais e gestão de patrimônio, bancos privados e seguros para uma economia de baixo carbono. Também pretendemos continuar lutando contra o desmatamento e seus danos ao clima e à biodiversidade, especialmente na Amazônia”.²⁰⁰ A política de exclusão do Santander é mais progressiva em termos de identificação e cobertura de valores do que a maioria dos outros bancos neste relatório. Porém, a política de financiamento não impõe as mesmas proteções às transações envolvendo a subscrição de títulos, forma pela qual o Santander financiou a modernização da Refinaria Talara pela PetroPeru. A expansão da Refinaria Talara, conforme detalhado acima, exerce uma enorme pressão estrutural sobre a Amazônia peruana para a extração de uma quantidade suficiente de petróleo. Além de representar um risco adicional para os povos indígenas marginalizados, contribuir para a expansão da Refinaria Talara é o oposto de “apoiar a transição [...] para uma economia de baixo carbono”.

O HSBC se diferencia com a mudança significativa na sua política em dezembro de 2022, introduzindo uma política de exclusão abrangente que cobre toda a Amazônia no que tange os financiamentos de petróleo e gás. A adoção dessa política é uma medida de liderança substancial por parte do HSBC entre os grandes bancos que financiam operações de petróleo e gás na Amazônia, e posiciona

ESTRATÉGIA DE SAÍDA DO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS DA AMAZÔNIA

Na Declaração de Belém, em 2023, os países amazônicos reconheceram o ponto de não retorno como a ameaça mais importante para a região.²⁰² A vida de centenas de comunidades indígenas e tradicionais, milhares de espécies e a estabilidade do clima do nosso planeta estão em jogo. Cerca de 137 espécies vivas são levadas à extinção todos os dias na Amazônia devido à perda de seu habitat.²⁰³ A Amazônia está passando pela pior seca registrada de sua história e o avanço vertiginoso das queimadas privou centenas de comunidades indígenas de suas necessidades básicas, como acesso à água e segurança alimentar, devido à perda de milhares de hectares de florestas e biodiversidade.

Essa é uma ameaça não apenas para os habitantes da região, mas também para a continuidade da vida no planeta. Embora o ponto de não retorno esteja talvez entre os primeiros limiares ecológicos a se impor aos gestores de risco dos bancos, ele não será o último. A mudança climática vem provocando uma série de mudanças ambientais que terão implicações importantes para as pessoas e o planeta.²⁰⁴

Os bancos desempenham um papel fundamental no fluxo de capital para o setor de petróleo e gás e na distribuição de riscos. Atualmente, os impactos ambientais e sociais são terceirizados, o que funciona como um subsídio para setores “negativos para a natureza”, como o de petróleo e gás, já que eles não precisam pagar o custo de seus impactos sobre as pessoas e a natureza. Ao atribuir um preço aos impactos adversos sobre as pessoas e a natureza por meio do uso mais eficiente de suas políticas de ESRM, os bancos poderiam reorientar esses custos e facilitar o fluxo de financiamentos e investimentos para atividades de transição energética positivas para a natureza. Como um dos grandes bancos a financiar o setor de petróleo e gás na Amazônia nos últimos 20 anos, a política de exclusão do HSBC na Amazônia é uma transição importante do papel do banco na região. Ela não apenas gerencia os riscos jurídicos e de reputação do banco, mas também tem o potencial de ajudar a evitar futuros impactos adversos, aumentando o custo da produção de petróleo e gás. Se outros grandes bancos seguissem o exemplo do HSBC e planejam suas próprias estratégias de saída do setor de petróleo e gás da Amazônia, essa poderia ser a mudança que estimula uma transição energética justa e um futuro mais sustentável para a Amazônia e o mundo.²⁰⁵

Para isso, é necessário que os bancos pensem não apenas no valor comercial e na sua reputação no atual clima econômico, mas que considerem oportunidades de forma mais ampla em relação ao futuro. Eles devem ir além das estratégias voltadas principalmente para o risco reputacional e internalizar os custos e a responsabilidade

pelos impactos ambientais e sociais adversos, alinhando o modo como suas transações ocorrem com as políticas de ESRM para aumentar sua capacidade de informação, previsibilidade e de aplicar a devida diligência.

Gestores de risco devem começar a enxergar a materialidade desses riscos para além da reputação do banco e gerenciar os grandes transtornos climáticos e ecológicos que se aproximam do nosso futuro. Isso não só é importante para o valor comercial de longo prazo, como também é a forma de os bancos evitarem a responsabilidade de se tornarem grandes corresponsáveis dos impactos adversos causados por seus clientes, empresas do setor de combustíveis fósseis.

De acordo com o UNGP, o OHCHR e a OCDE, fazer menos não deve reduzir a responsabilidade dos bancos, mas sim aumentá-la. John Ruggie, o principal autor dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGP), afirmou isso claramente: “Por exemplo, [uma empresa financeira] que concede um empréstimo corporativo geral a uma empresa privada que supostamente pratica graves violações de direitos humanos deve exigir uma análise bastante profunda por parte do banco, juntamente com a imposição de condições rigorosas, caso decida prosseguir com o empréstimo. Se o banco não fizer nada disso e, ainda assim, prosseguir com o empréstimo, ele estará terá contribuído para quaisquer impactos adversos, mesmo que o empréstimo não seja específico para um ativo ou projeto. O verdadeiro desafio para os bancos está na necessidade de obter informações suficientes no caso de uma empresa que não seja tão obviamente de alto risco do ponto de vista dos direitos humanos como neste exemplo. Isso pode exigir um esforço maior em termos de devida diligência no que tange os direitos humanos em alguns casos. Mas a preocupação não pode ser simplesmente excluída com base no tipo de financiamento envolvido.”²⁰⁶ Isso se alinha ao princípio jurídico de “Ignorantia iuris non excusat”, ou seja, “a ignorância da lei não é desculpa”.

Nas diretrizes da OCDE e do UNGP para a responsabilidade de um banco com relação ao financiamento de impactos adversos, um processo adequado de devida diligência é o melhor meio de reduzir a cumplicidade dos bancos nas atividades de seus clientes.²⁰⁷ Quando os acordos de financiamento são estabelecidos com informações e influência insuficientes, como pode ser o caso das transações de títulos sindicalizados, isso compromete a eficácia dos processos de devida diligência dos bancos. Isso leva a uma gestão de risco mais fraca e aumenta as chances de os bancos financiarem empresas e projetos que podem resultar em consequências ambientais e sociais negativas para as áreas e comunidades envolvidas.

Este relatório mostra que as políticas de ESRM precisam ser aprimoradas para tratar dos riscos ambientais e sociais antecipados e reconhecer esses riscos como sendo relevantes para as estratégias comerciais do banco. Os bancos precisam ir além dos riscos negativos para a reputação e o valor comercial e adotar políticas que abordem plenamente a contribuição do banco para os impactos adversos e estabeleçam estratégias de prevenção e mitigação que protejam as pessoas e a natureza. **Uma política de ESRM que realmente se disponha a gerenciar os riscos de impactos adversos exige que não haja diferença entre o que é dito e o que é feito. O greenwashing prejudica os objetivos e as ações necessárias para combater a crise climática, defender os direitos humanos e proteger a biodiversidade, e não pode ser tolerado.** Chegou a hora de criar um alinhamento claro entre o que se diz e o que se faz. Os bancos devem se esforçar para melhorar suas políticas de ESRM em todo o mundo:

1. Melhorando a identificação e a priorização de riscos, indo além do risco à sua reputação e adotando práticas mais visionárias que identifiquem e antecipem a crescente materialidade dos riscos climáticos, à biodiversidade e aos direitos humanos. Isso é necessário para fechar a lacuna entre as políticas e os compromissos do banco no papel e o que ocorre na prática;
2. Tratando da brecha oferecida pelos financiamentos para fins corporativos gerais (GCP) e a falta de especificidade no uso dos recursos, definindo claramente os critérios para a filtragem das transações na modalidade GCP quanto aos riscos ambientais e sociais;
3. Avaliando a estrutura de negociação e sua relação com um processo aprimorado de devida diligência e relatando, como um indicador-chave de desempenho, como a estrutura da negociação afeta a eficácia da devida diligência;
4. Implementando integralmente políticas aprimoradas em todas as áreas de negócios;
5. Criando processos transparentes para avaliar a contribuição para os impactos adversos e melhorar o envolvimento das partes interessadas e os processos de queixa relacionados à eficácia das estratégias de mitigação; e

6. Determinando um preço para as decorrências ambientais e sociais para que o financiamento de atividades negativas para a natureza, como a extração de petróleo e gás, inclua os custos reais para as pessoas e a natureza e aproveite a oportunidade de apoiar atividades positivas para a natureza.

Como um primeiro passo importante, **os bancos devem avaliar o impacto de seus financiamentos no setor de combustíveis fósseis nas principais regiões geográficas de importância global e adotar estratégias claras de prevenção e mitigação.** Portanto, pedimos aos bancos que se comprometam a abandonar o setor de petróleo e gás na Amazônia, inclusive ao:

1. Não conceder nenhum novo financiamento e investimento em petróleo e gás

Comprometer-se imediatamente a não financiar novos projetos de petróleo e gás e a não mais financiar e investir em empresas envolvidas em todos os tipos de infraestrutura de petróleo e gás na Amazônia.

2. Encerrar os atuais financiamentos e investimentos em petróleo e gás

Quando possível, encerrar todos os financiamentos e investimentos em petróleo e gás existentes para projetos e empresas na Amazônia o mais rápido possível e, no máximo, até o final de 2025.

3. Acabar com o financiamento comercial para o setor de petróleo e gás

Implementar imediatamente exclusões para o comércio de petróleo e gás novo e existente em toda a Amazônia. Essas políticas devem ser elaboradas para excluir claramente o petróleo bruto e os produtos refinados que são exportados dos principais portos identificados.²⁰⁸

4. Acabar com o financiamento corporativo para os comerciantes de petróleo e gás

Comprometer-se a encerrar todos os empréstimos atuais, cartas de crédito, linhas de crédito rotativo e investimentos para todos os comerciantes de petróleo ativos na Amazônia assim que for contratualmente possível e, no mais tardar, até o final de 2025, especialmente aqueles que estiveram envolvidos em controvérsias de corrupção.

5. Ajustar as carteiras de financiamento para lidar com o cenário de ponto de não retorno iminente na Amazônia e apoiar a proteção de 80% da Amazônia até 2025²⁰⁹

Alinhar as decisões financeiras com o pacto elaborado por iniciativa indígena para proteger 80% da Amazônia até 2025, especialmente comprometendo-se com financiamentos que tratem dos danos históricos, cumpram o princípio do CLPI e defendem a soberania e os direitos indígenas.

BASE DE DADOS AMAZON BANKS DATABASE

A base de dados organiza informações financeiras sobre empréstimos e subscrição de títulos identificados no Terminal Bloomberg (Bloomberg Finance L.P.). O foco é o fluxo de capital financeiro na Amazônia para exploração, produção e comércio de petróleo e gás, especialmente para projetos destinados a expandir a produção de petróleo nos blocos de petróleo atuais e novos.

A função de pesquisa de renda fixa do Terminal Bloomberg, SRCH, é utilizada para ambas as classes de ativos de títulos corporativos e empréstimos. As consultas são executadas de duas a três vezes por ano para atualizar a base de dados. As atualizações subsequentes são complementares, estendendo a linha do tempo da base de dados. A lista de empresas de petróleo e gás usada para as consultas foi desenvolvida pelo Stand Research Group (SRG) usando fontes governamentais e é atualizada anualmente para refletir mudanças nos operadores de blocos, na propriedade da empresa etc.

TA contribuição financeira de cada banco participante em cada transação listada na pesquisa de renda fixa é identificada a partir do conjunto de dados ou estimada com base na metodologia usada na Global Coal Exit List²¹⁰ para criar a atribuição com base no número de bookrunners em cada transação. Em geral, os bookrunners contribuem mais para as transações do que outros bancos participantes. O tamanho do compromisso de um bookrunner em comparação com outros participantes é uma estimativa atribuída com base no índice contábil (book ratio). Nessa metodologia, o índice contábil (book ratio) é definido como o spread das contribuições financeiras de todos os bancos participantes entre os bookrunners e outros gestores, onde:

Índice contábil = (nº de participantes - nº de bookrunners)/ nº de bookrunners.

O código de função Bloomberg para cada banco na transação é usado para determinar se um banco é um bookrunner, um participante ou um não participante (consultor). A todos os bancos que se qualificam como bookrunners ou participantes é atribuído um valor do total da transação com base no índice contábil, em que o valor individual atribuído a cada bookrunner ou participante é uma parcela igual do total atribuído a cada grupo. Aos bancos e outras empresas envolvidas na transação em funções não participantes (consultivas) não é atribuída nenhuma parte do valor da transação porque eles não contribuem com nenhum financiamento para a transação. Cada banco que tem mais de uma função em uma transação é contado apenas uma vez, sendo considerado como bookrunner se uma de suas

funções atender a esse critério. Para transações em que nenhum bookrunner é identificado, é atribuída a todos os participantes uma parcela igual do valor da transação. Depois que cada transação é analisada, um identificador exclusivo é criado para cada banco em cada transação, com base em sua função e contribuição financeira

Cada empresa (emissora/mutuária) é avaliada quanto à sua relação com o petróleo e gás da Amazônia usando as categorias “direta”, “indireta” e “não relacionada à Amazônia”. Os acordos com empresas que são consideradas direta ou indiretamente relacionadas à Amazônia são contados como parte do financiamento de cada banco direcionado a combustíveis fósseis relacionados à Amazônia, enquanto as empresas “não relacionadas à Amazônia” são excluídas.

Empresas não relacionadas à Amazônia são aquelas emissoras subsidiárias de uma multinacional, cuja matriz tem operações na Amazônia, mas a subsidiária, que é a emissora ou mutuária, não está relacionada. Todas as emissoras “não relacionadas à Amazônia” são omitidas da análise.

As empresas que têm relações diretas incluem, por exemplo, operadores de blocos e empresas petrolíferas estatais. A essas empresas é atribuído um ajustador com base na proporção de despesas de capital (CAPEX), custos operacionais (OPEX) e custos de produção associados aos seus projetos de petróleo e gás na Amazônia. Para ser classificada como 100% direta, uma empresa deve ter a maioria de seus projetos de petróleo e gás e todos os seus principais blocos de produção dentro dos limites da Amazônia, conforme definido pela RAISG. Para empresas com menos operações no bioma amazônico, a proporção do total anual de CAPEX e OPEX que é considerada “relacionada à Amazônia” é usada como variável proxy da proporção de financiamento que pode ser considerada direta ou indireta. As fórmulas a seguir são aplicadas usando números anuais retirados do relatório anual mais recente de cada empresa:

Ajustador geográfico = (OPEX amazônico + CAPEX amazônico)/(CAPEX total + OPEX total)²¹¹

Análises de políticas

A avaliação da contribuição do banco para o impacto adverso, que forma a base da análise da política, foi adotada a partir do documento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) Due Diligence for Responsible Corporate Lending and Securities Underwriting: Key considerations for banks implementing the OECD Guidelines for Multinational Enterprises.²¹²

Para analisar como a estrutura das transações afeta a aplicação das políticas de risco, as transações foram analisadas de acordo com o fato de serem títulos ou empréstimos, bilaterais ou sindicalizados, e também pelo “uso dos recursos”. As transações de títulos e empréstimos são indicadas nas consultas do Terminal Bloomberg e não exigiram uma análise adicional dos dados. As transações bilaterais tinham apenas um banco listado como participante ou líder, enquanto as transações sindicalizadas tinham mais de um banco. O uso dos recursos foi retirado dos dados do Terminal Bloomberg e analisado quanto a erros e congruência. As informações sobre o uso dos recursos foram obtidas da base de dados Amazon Banks Database. Um total de 565 transações relacionadas a empresas com atividades no setor de petróleo e gás na Amazônia foi analisado quanto ao uso dos recursos, tipo de transação e informações sobre o consórcio. Embora as transações possam listar vários usos dos recursos, eles foram simplificados para ajudar na análise. Para evitar a subcontabilização dos financiamentos de projetos, como parte fundamental da análise da estrutura da transação, qualquer transação que mencionasse financiamento de projetos foi considerada financiamento de projetos, mesmo que listasse outros usos dos recursos. Quando uma transação mencionava “títulos verdes” ou outros mecanismos de financiamento sustentável, ela foi retirada da análise.

Análise das políticas bancárias

Para capturar os elementos das políticas bancárias, o conjunto de políticas de sustentabilidade de cada banco foi analisado, incluindo suas políticas de ESRM, relatórios de sustentabilidade, relatórios anuais e outros documentos fornecidos. Todas as exclusões e filtros foram identificados e listados juntamente com as características relacionadas ao tipo de política (exclusão ou filtro), setor da política (intersetorial, petróleo e gás, florestal e agronegócio, etc.) e tipo de cobertura (transações relacionadas a projetos, transações e clientes relacionados à área corporativa ou todas as transações). Também foram identificados brechas e qualificadores caso a caso. Cada política foi identificada como relacionada a um valor ambiental ou social, a um impacto adverso indesejado ou à infraestrutura física de petróleo e gás. Elas também foram classificadas como sendo espacialmente explícitas (dados ilustrados como pontos, linhas ou polígonos) ou não e como sendo relacionadas à Amazônia ou não.

Por fim, os valores ambientais e sociais espacialmente explícitos e relacionados à Amazônia em todas as políticas do banco foram agrupados em uma lista final de categorias para serem preparados para a análise espacial. As categorias são:

- **Áreas legalmente protegidas** (divididas de acordo com as categorias I-IV do sistema IUCN (estritamente protegidas), categorias V-VI do sistema IUCN (áreas de uso múltiplo) e locais onde se encontram Patrimônios Mundiais da Unesco)
- **Sítios Ramsar**
- **Paisagens florestais intactas** (incluindo florestas intactas, mas também valores relacionados à preservação de tipos específicos de florestas, como florestas tropicais primárias e zonas de transição, como savanas)
- **Biodiversidade e habitats críticos** (incluem áreas importantes de biodiversidade, hotspots de biodiversidade, integridade da biodiversidade, riqueza de espécies com base na lista vermelha da IUCN)
- **Territórios de povos indígenas**, conforme mapeados pela RAISG.

Análise espacial

O mapa de cobertura ideal apresentado na seção “Previsibilidade” foi criado por meio da sobreposição de camadas espaciais para a lista de valores identificados na análise das políticas bancárias:

- Categorias I-VI de áreas protegidas conforme o sistema IUCN²¹³
- Sítios Ramsar²¹⁴
- Patrimônios Mundiais da Unesco²¹⁵
- Territórios indígenas²¹⁶
- Áreas importantes de biodiversidade²¹⁷
- Hotspots de biodiversidade²¹⁸
- Riqueza de espécies > 500²¹⁹
- Integridade da biodiversidade > 0,75²²⁰
- Florestas intactas²²¹

Essas camadas foram inseridas dentro dos limites da Amazônia da RAISG, conforme descrito neste relatório. Algumas políticas bancárias fazem referência explícita a altos valores de conservação (HCV), e variáveis proxy espacialmente explícitas para cada categoria de HCVs foram identificadas, conforme segue:

VALORES HCV	DESCRIÇÃO	INDICADOR PROXY PARA MAPEAMENTO:
Diversidade de espécies	Concentrações de diversidade biológica, incluindo espécies endêmicas e espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção (RTE, na sigla em inglês), que são significativas em nível global, regional ou nacional.	Riqueza de espécies (total) >500
Ecosistemas, mosaicos de ecossistemas e florestas intactas em termos de paisagem	Paisagens florestais intactas e grandes ecossistemas e mosaicos de ecossistemas em nível de paisagem que sejam significativos em nível global, regional ou nacional e que contenham populações viáveis da grande maioria das espécies que ocorrem naturalmente em padrões naturais de distribuição e abundância.	Em https://intactforests.org/method.html: As florestas intactas têm (1) uma área mínima de 50.000 hectares; (2) trecho de paisagem florestal intacta (IFL) com uma largura mínima de fragmento de IFL de 10 km; e (3) corredor com uma largura mínima de corredor/apêndice de 2 km. Os critérios foram escolhidos para garantir que as áreas centrais de fragmentos da IFL principais com trechos de paisagem florestal intacta sejam fossem grandes o suficiente para oferecer refúgio a espécies de animais de grande porte diversas espécies
	Áreas protegidas	Integridade da biodiversidade >0,75
Ecossistemas e habitats	Ecossistemas, habitats ou refúgios raros, ameaçados ou em perigo de extinção (RTE, na sigla em inglês).	Hotspots de biodiversidade Principais áreas importantes de biodiversidade - esta é a categoria mais citada nas políticas do banco bancária
Serviços ecossistêmicos	Serviços ecossistêmicos básicos em situações críticas, incluindo a proteção de bacias hidrográficas e o controle da erosão de solos e encostas vulneráveis.	Pressupõe a cobertura das áreas HCV 1-3
Necessidades da comunidade	Locais e recursos fundamentais para satisfazer as necessidades básicas de comunidades locais ou povos indígenas (para subsistência, saúde, nutrição, água etc.), identificados por meio do envolvimento com essas comunidades ou povos indígenas.	Pressupõe a cobertura dos territórios indígenas (100%)
Valores culturais	Locais, recursos, habitats e paisagens de significância cultural, arqueológica ou histórica global ou nacional e/ou de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa/ sagrada crítica para as culturas tradicionais das comunidades locais ou dos povos indígenas, identificados por meio do envolvimento com essas comunidades locais ou povos indígenas.	Pressupõe a cobertura dos territórios indígenas (100%)

No mapa de cobertura de cada banco, a extensão de cada exclusão da política de ESRM de cada banco é identificada pelo valor ambiental ou social que ela protege, representado por uma cor sólida. Os filtros também são identificados e representados por um padrão hachurado. Quando as exclusões e os filtros se sobrepõem, as exclusões são a camada superior.

Para calcular a área de cobertura das exclusões e dos filtros para o mapa de cobertura de cada banco, todas as camadas espaciais de cada tipo foram analisadas quanto à sobreposição e mescladas para criar um recurso com múltiplas camadas com uma única medida de área no software ArcGIS. A área total resultante com exclusões é, portanto, a soma de todas as exclusões em todos os valores na paisagem.

A área total com filtros para cada banco foi calculada de forma semelhante, mas, primeiramente, as áreas com sobreposição entre uma exclusão e um filtro foram removidas do cálculo da área com filtros. As áreas restantes foram somadas para criar uma área total com filtros para todos os valores da paisagem. As áreas de sobreposição foram contabilizadas na área total de exclusão de modo a conferir à política de cada banco a maior área possível em relação ao total de exclusões. Por fim, as áreas remanescentes da Amazônia que não são cobertas por exclusões ou filtros foram totalizadas como a área sem gestão de risco.

Blocos de petróleo e gás e mapeamento de infraestrutura para os estudos de caso do Equador e do Peru

Os dados sobre os blocos de petróleo e gás são fornecidos pelo Ministério de Minas e Energia (Equador)²²², pela PetroPeru²²³ e pela RAISG.²²⁴ Os dados sobre a refinaria e o oleoduto no Peru são fornecidos pelo Organismo de Avaliação e Controle Ambiental (OEFA).²²⁵ Os dados sobre o oleoduto do Equador são fornecidos pelo Ministério de Minas e Energia do país (2021).²²⁶ Os limites geográficos foram tirados de Runfola et al (2020).²²⁷

A área de cobertura florestal sob os blocos de petróleo e gás foi calculada pela interseção do produto da cobertura no conjunto de dados JRC-TMF (Tropical Moist Forest) (Vancutsem et al., 2021) e a camada dos blocos de petróleo e gás, usando o histograma de zonas e, em seguida, resumindo o número de pixels no país.²²⁸

A camada relativa às terras dos povos indígenas (PIs) usada nesta análise baseia-se principalmente nos territórios de PIs da LandMark, que se baseiam em dados da RAISG e são combinados com os dados sobre territórios indígenas de 2023 da RAISG para atualizar os limites dentro da bacia amazônica.²²⁹ Essa camada foi cruzada com a camada de blocos de petróleo e gás para calcular a sobreposição de terras de PIs com áreas de atividade extrativista.

Os dados da camada relativa às reservas PIACI são da AIDSESP (Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana) e refletem a extensão das reservas PIACI em março de 2024.²³⁰ Uma versão mais antiga dos limites da reserva PIACI Sierra del Divisor Occidental - Kapanawa foi usada nesta análise porque os limites aprovados, após o estabelecimento da reserva em 22 de maio de 2024, não estavam disponíveis inicialmente. A camada referente às reservas PIACI foi cruzada com a camada referente aos blocos de petróleo e gás para calcular a sobreposição das reservas PIACI com as áreas com

atividade extrativista. Além disso, a AIDSESP fez comentários e validou as Figuras 3 e 4.

Os dados sobre derramamentos de petróleo no Equador são do Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica do país e abrangem o período de 2006 a 2022.²³¹ Os dados sobre derramamentos de petróleo no Peru são do Organismo de Avaliação e Controle Ambiental (OEFA) e do Organismo de Supervisão de Investimentos em Energia e Mineração (OSINERGMIN) e abrangem o período de 1979 a 2019.²³² As camadas referentes a derramamentos de petróleo foram cruzadas com as camadas referentes a terras de povos indígenas e comunidades locais para calcular o número de derramamentos nessas terras. Atualmente, há pouca transparência em relação ao número de derramamentos de petróleo e outros eventos de contaminação ambiental associados à extração de hidrocarbonetos no Peru. A OEFA e o OSINERGMIN disponibilizam dados sobre apenas derramamentos de petróleo para download público, o que se sabe ser um valor subnotificado.



This report was endorsed by



Endnotes

1. Amazonia for life. 2024. “Science”. Accessed May 14, 2024. <https://amazonia80x2025.earth/science/>

2. Lovejoy, T. E., and C. Nobre. 2019. “Winds of will: Tipping change in the Amazon”. Science Advances 5: eaba2949. Cited in Amazonia against the Clock, p.10. It is essential to emphasize that the authors were referring to the eastern, southern and central Amazon and not to the entire region described in this document, which covers 847 million hectares. The information that we make available to the public in this study establishes that the tipping point is not a future scenario but rather a stage already present in some areas of the region. Brazil and Bolivia concentrate 90% of all combined deforestation and degradation. As a result, savannization is already taking place in both countries. Citation from Amazon For Life Protect 80% by 2025. 2022. “Amazonia Against the Clock: A Regional Assessment on Where and How to Protect 80% by 2025”. Accessed September 13, 2022. <https://amazonia80x2025.earth/wp-content/uploads/2022/09/diagramacion-ingles.pdf>.

3. Boreal Forest Shift, West Antarctic ice sheet disintegration, West African monsoon shift, Permafrost loss, Greenland ice sheet disintegration, Boreal forest shift, Atlantic meridional overturning circulation breakdown, and Indian monsoon shift; in McSweeney, R. (Ed.). 2020, cited in Guzmán et al. 2023, A roadmap to implement Target 3 of the Global Biodiversity Framework: Indigenous and traditional territories to save the planet. <https://amazonia80x2025.earth/a-roadmap-to-implement-target-3-of-the-global-biodiversity-framework/>

4. Liu, T., Chen, D., Yang, L. et al. Teleconnections among tipping elements in the Earth system. Nat. Clim. Chang. 13, 67–74 (2023). <https://doi.org/10.1038/s41558-022-01558-4> Citedn in Guzmán et al. 2023, A roadmap to implement Target 3 of the Global Biodiversity Framework: Indigenous and traditional territories to save the planet. p.3.

5. UCN. 2021. “Motion 129- Avoiding the point of no return in the Amazon protecting 80% by 2025”. IUCN World Conservation Congress. October 4, 2021.<https://www.iucncongress2020.org/motion/129>.

6. UNPFII. 2023. Summary of regional dialogues between Indigenous Peoples and Member States, Resolutions 18 & 19. https://social.desa.un.org/sites/default/files/Regional%20Dialogues_UNPFII%202023.pdf.

7. Amazon For Life Protect 80% by 2025. 2022. “Amazonia Against the Clock: A Regional Assessment on Where and How to Protect 80% by 2025”. Accessed September 13, 2022. <https://amazonia80x2025.earth/wp-content/uploads/2022/09/diagramacion-ingles.pdf>.

8. Os modelos já mostraram uma rota de propagação interconectada identificada entre a Amazônia e os ecossistemas até o Planalto Tibetano e a camada de gelo da Antártica Ocidental. Liu, T., Chen, D., Yang, L. et al. 2023

9. Liu, T., Chen, D., Yang, L. et al. 2023

10.Sierra Praeli, Y. 2022. “Occupied territory: 1647 Indigenous territories and 52 protected areas affected by overlap with oil lots in the Amazon”. Mongabay. April 19, 2022. <https://es.mongabay.com/2022/04/territorios-indigenas-y-areas-protegidas-afectadas-por-superposicion-con-lotes-petroleros-amazonia/>.

11. Front Line Defenders. 2020. “Front Line Defenders Global Analysis 2019.” https://www.frontlinedefenders.org/sites/default/files/global_analysis_2019_web.pdf

12.Front Line Defenders. 2021. “Front Line Defenders Global Analysis 2021.” <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/global-analysis-2021-0>

13. DDHH, P. O. de. (n.d.). Líderes Sociales, Defensores de DD.HH y firmantes de Acuerdo Asesinados en 2023. Indepaz.

14. Stand.earth. 2023. “Capitalizing on Collapse.” July 2023. <https://stand.earth/resources/capitalizing-on-collapse/>.

15. Editorial Primicias. “Antonio Pérez, condenado a 8 años de cárcel por corrupción en Petroecuador.” Primicias. February 1, 2024. Accessed May 13, 2024. <https://www.primicias.ec/noticias/politica/antonio-pere-sobornos-petroecuador-corrupcion>.

16. Alvarado, L.J. 2022. “Study on Consultation And Free, Prior and Informed Consent With Indigenous Peoples In Africa”. The International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA). <https://www.iwgia.org/en/resources/publications/4976-study-consultation-free-prior-informed-consent-indigenous-peoples-africa.html>;United Nations Human Rights Council. 2020. “Report of the Special Rapporteur on the rights of Indigenous peoples.” A/HRC/45/34, June 18, 2020. para. 64. <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc4534-rights-indigenous-peoples-report-special-rapporteur-rights>

17. Fany Kuiru, General Coordinator, COICA, personal communication, May 10, 2024.; UN General Assembly. 2007. “United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples : resolution / adopted by the General Assembly”, A/RES/61/295, 2 October 2007, <https://www.refworld.org/legal/resolution/unga/2007/en/49353>; International Labour Organization (ILO). 1989. “ Indigenous and Tribal Peoples Convention”, C169, C169, 27 June 1989, <https://www.refworld.org/legal/agreements/ilo/1989/en/19728>.

18. Vélez, Alexa, Vanessa Romo, and Yvette Sierra Praeli. 2023. “The oil debt: More than 6,000 polluted sites fester across Amazonian countries.” Mongabay News, August 11, 2023. <https://news.mongabay.com/2023/08/the-oil-debt-more-than-6000-polluted-sites-fester-across-amazonian-countries>.

19. MAAP (Monitoring of the Andean Amazon Project). 2024. “Vía ingresa: Waorani, Ecuador.” Accessed May 13, 2024. <https://www.maaproject.org/2024/via-ingresa-waorani-ecuador>.

20. MAAP (Monitoring of the Andean Amazon Project). 2024. “Amazon Roads.” Accessed May 13, 2024. <https://www.maaproject.org/2022/amazon-roads>

21. IUCN. 2021. “Motion 129 - Avoiding the point of no return in the Amazon protecting 80% by 2025”. IUCN World Conservation Congress. October 4, 2021. <https://www.iucncongress2020.org/motion/129>

22. United Nations Permanent Forum on Indigenous Issues. 2023. “Summary of regional dialogues between Indigenous Peoples and Member States”. Accessed May 13, 2024. https://social.desa.un.org/sites/default/files/Regional%20Dialogues_UNPFII%202023.pdf.

23. Government of Brazil. 2023. “Declaração Presidencial por ocasião da Cúpula da Amazônia 2013 – IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica.” Nota a imprensa #331. August 8, 2023. Accessed May 13, 2024. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica

24. Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible. 2023. “Colombia fija su posición para salvar la selva en cumbre amazónica de Brasil.” August 6, 2023. Accessed May 13, 2024. <https://www.minambiente.gov.co/colombia-fija-su-posicion-para-salvar-la-selva-en-cumbre-amazonica-de-brasil/>.

25. Carbon Brief. 2023.“Q&A: What the Amazon summit means for deforestation and climate change.”. August 11, 2023. Accessed May 13, 2024. <https://www.carbonbrief.org/qa-what-the-amazon-summit-means-for-deforestation-and-climate-change/>.

26. Amazônia é definida pela RAISG (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada) como uma região que abrange nove países, incluindo Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Isso resulta em uma fronteira formada: i) pelos limites do bioma amazônico na Colômbia e na Venezuela; ii) pelos limites da bacia amazônica no Equador, no Peru e na Bolívia; iii) pela soma dos limites das bacias (Amazonas e Araguaia/Tocantins) e dos limites da Amazônia Legal no Brasil; e iv) por todos os territórios continentais da Guiana, da Guiana Francesa e do Suriname. O limite usado pela RAISG (8.470.209 km2) é uma soma dos quatro critérios mencionados acima, sempre considerando a opção mais extensa (ver Figura 1). É essa definição de “Amazônia” que os bancos devem adotar em suas políticas. <https://dev.raisg.org/pt-br/publicacao/amazonia-sob-pessao-2020/>.

27. S.T. Garnett, N.D. Burgess, J.E. Fa, Á. Fernández-Llamazares, Z. Molnár, C.J. Robinson, J.E.M. Watson, K.K. Zander, B. Austin, E.S. Brondizio, et al. “A spatial overview of the global importance of Indigenous lands for conservation” Nat. Sustain, 1 (2019), pp. 369-374, 10.1038/s41893-018-0100-6

28. Rainforest Action Network, BankTrack, Indigenous Environmental Network, Oil Change International, Reclaim Finance, Sierra Club, and Urgewald. “Banking on Climate Chaos”. 2024. https://www.bankingonclimatechaos.org/wp-content/uploads/2024/05/BOCC_2024_vF1.pdf

29. Gabay, Aimee. 2023. “Mega oil and gas auction in the Brazilian Amazon may threaten Indigenous lands”. Mongabay. <https://news.mongabay.com/2023/12/mega-oil-and-gas-auction-in-brazil-may-threaten-indigenous-lands/>

30. International Energy Agency. 2021 “Net Zero by 2050”. <https://www.iea.org/reports/net-zero-by-2050>

31. KPMG N.V. “Ready or not? An assessment of sustainability integration in the European banking sector.” KPMG N.V. 2015. https://wwf.fi/app/uploads/e/t/r/h6iz4rzhwha4tmji4lpvrfd/survey_wwf_banking_def.pdf.

32. A subscrição de títulos ocorre quando um banco compra títulos do emissor (por exemplo, um cliente do setor de combustíveis fósseis) e os revende aos investidores. É um tipo de debênture. Quando um investidor compra os títulos de uma empresa, ele basicamente empresta dinheiro a ela.

33. Monetary Authority of Singapore. 2022. “Information Paper on Environmental Risk Management (Banks)”. <https://www.mas.gov.sg/-/media/mas-media-library/publications/monographs-or-information-paper/bd/2022/information-paper-on-environmental-risk-management-banks.pdf>

34. European Central Bank. 2022. “Walking the talk: Banks gearing up to manage risks from climate change and environmental degradation Results of the 2022 thematic review on climate-related and environmental risks”. November 2022. p.20 <https://www.bankingsupervision.europa.eu/ecb/pub/pdf/ssm.thematicreviewcerreport112022-2eb322a79c.en.pdf>

35. European Central Bank. 2022. p.4.

36. Merriam-Webster.com Dictionary, s.v. “greenwashing,” accessed May 16, 2024, <https://www.merriam-webster.com/dictionary/greenwashing>.

37. United Nations Climate Action. ‘Greenwashing - the deceptive tactics behind environmental claims’. Accessed Feb 5, 2024. <https://www.un.org/en/climatechange/science/climate-issues/greenwashing>

38. ClientEarth. 2021. “Summary ClientEarth Complaint Concerning Saudi Arabian Oil Company (Saudi Aramco) And The Kingdom Of Saudi Arabia And JPMorgan, Citi, HSBC, SMBC, Crédit Agricole, Morgan Stanley, Bnp Paribas, Goldman Sachs, Mizuho, Société Générale, And EIG Global Energy Partners”. <https://www.clientearth.org/media/I44by31b/clientearth-complaint-concerning-saudi-arabian-oil-company.pdf>.

39. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR). 2011. Guiding Principles on Business and Human Rights (Spanish).” . Accessed May 13, 2024. https://www.ohchr.org/sites/default/files/GuidingPrinciplesBusinessHR_SP.pdf

40. OECD. 2019. “Due Diligence for Responsible Corporate Lending and Securities Underwriting: Key considerations for banks implementing the OECD Guidelines for Multinational Enterprises.” October 29, 2019. www.oecd.org/investment/due-diligence-for-responsible-corporate-lending-and-securities-underwriting.htm

41. Stand.earth Research Group. Amazon Banks Database. www.exitamazonoilandgas.org. Ver Apêndice 1 para métodos e detalhes.

42. El Comercio. 2012. “Breve reseña de la historia petrolera del Ecuador.” June 26, 2012. Accessed May 13th, 2024. <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/breve-resena-historia-petrolera-del.html>

43. Earth Insight. 2024. Oilbase [Data set]; Ecuadorian Ministry of Energy and Mines of Ecuador, (2021). Bloque Petrolero [Data set]. Available at <https://iedg.sni.gob.ec/servicios/descargas/>

44. Com base na análise realizada pela Earth Insight, 2024; C. Vancutsem, F. Achard, J.-F. Pekel, G. Vieilledent, S. Carboni, D. Simonetti, J. Gallego, L.E.O.C. Aragão, R. Nasí. (2021) Long-term (1990-2019) monitoring of forest cover changes in the humid tropics. Science Advances. DOI: 10.1126/sciadv.abe1603

45. Stand.earth e Amazon Watch. 2021. “Linked Fates: How California’s Oil Imports Affect the Future of the Amazon Rainforest”. 2 de dezembro de 2021. <https://stand.earth/resources/linked-fates-how-californias-oil-imports-affect-the-future-of-the-amazon-rainforest/>

46. Com base na análise realizada pela organização Earth Insight, 2024. A análise inclui territórios indígenas em todo o Equador, não apenas da Amazônia. Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos del Ecuador - CODENPE. (2013). Territórios indígenas [Conjunto de dados]. Quito, Equador. Disponível em: <http://www.landmarkmap.org/>. EcoCiencia, MAE. (2016). Nacionalidades e zonas intangíveis [Conjunto de dados], conforme fornecido à RAISG. Disponível em: <http://www.landmarkmap.org/> ; **RAISG. 2023. Territórios indígenas [Conjunto de dados]. Disponível em <https://www.raisg.org/en/maps/>**

47. Fany Kuiru, Coordenadora Geral, COICA, comunicação pessoal, 10 de maio de 2024; Alvarado, L.J. 2022. “Study on Consultation And Free, Prior and Informed Consent With Indigenous Peoples In Africa” Grupo de Trabalho Internacional para Assuntos Indígenas (IWGIA). <https://www.iwgia.org/doclink/iwgia-report-study-on-fpic-in-africa-eng-2022> ; relatório do Relator Especial sobre os direitos dos povos indígenas, A/HRC/45/34, 18 de junho de 2020, para. 64.

48. Baquero, Diego Cazar. 2021. “Duplicar la produccion petrolera, la controvertida apuesta del gobierno de Ecuador”. 1 de setembro de 2021. <https://www.planv.com.ec/historias/sociedad/duplicar-la-produccion-petrolera-la-controvertida-apuesta-del-gobierno-ecuador>

49. Smith, M. 2021. “Ecuador Looks to Double Its Oil Production,” Business Insider. 6 de setembro de 2021. Acesso em: 2 de abril de 2024. markets.businessinsider.com/news/stocks/ecuador-looks-to-double-its-oil-production-10307825

50. Ministry of Environment, Water and Ecological Transition, 2022. “Fuente de contaminación por Hidrocarburo [Data set]”. Programa de Reparación Ambiental y Social.<http://ide.ambiente.gob.ec:8080/mapainteractivo/>

51. Amazon Watch. 2021. “Investing in Amazon Crude II”. June 2021. Accessed April 4, 2024. <http://amazonwatch.org/assets/files/2021-investing-in-amazon-crude-ii.pdf>

52. Acción Ecológica. 2020. “Informe De La Inspección Realizada A Las Comunidades Afectadas Por El Derrame De Petróleo y Combustibles Del 7 De Abril Del 2020”. September 2020. <https://www.accionecologica.org/wp-content/uploads/INFORME-DERRAME3.pdf> ; Ricci, V. 2021. “A year after Ecuador oil spill Indigenous victims await justice, reparations”. April 29, 2021. Accessed May 14, 2024. <https://news.mongabay.com/2021/04/a-year-after-ecuador-oil-spill-indigenous-victims-await-justice-reparations/>

53. Stand Research Group and COICA, “Capitalizing on Collapse,” July 24, 2023, accessed April 6, 2024, <http://stand.earth/resources/capitalizing-on-collapse/>

54. Baquero, Diego Cazar, “Indigenous Communities in Ecuador Struggle with the Aftermath of Another Oil Spill”, Mongabay, published March 2022, accessed April 2, 2024, <http://news.mongabay.com/2022/03/indigenous-communities-in-ecuador-struggle-with-the-aftermath-of-another-oil-spill/>

55. Carbó, Adrià Budry, “A Predator Called Gunvor in the Amazon”, Public Eye, published June 5 2021 , accessed April 2, 2024, <http://publiceye.ch/en/topics/commodities-trading/a-predator-called-gunvor-in-the-amazon>

56. U.S. Department of Justice, “Gunvor SA Pleads Guilty in Scheme to Bribe Ecuadorian Officials and Ordered to Pay Over \$95 Million,” press release, published March 1 2024, accessed April 6, 2024, <http://justice.gov/usao-edny/pr/gunvor-sa-pleads-guilty-scheme-bribe-ecuadorian-officials-and-ordered-pay-over-600>.

57. Carbó, Adrià Budry, 2021

58. U.S. Department of Justice. 2021. “Businessman Sentenced for Foreign Bribery and Money Laundering Scheme Involving PetroEcuador Officials”. Press release.January 28 2021, accessed April 2, 2024. <http://justice.gov/opa/pr/businessman-sentenced-foreign-bribery-and-money-laundering-scheme-involving-petroecuador>

59. Valencia Alexandra. 2023. “Ecuador Prosecutor Raids Offices of PetroEcuador Presidency in Corruption Probe”. Reuters.February 10, 2023, accessed April 2, 2024. <http://reuters.com/world/americas/ecuador-prosecutor-raids-offices-petroecuador-presidency-corruption-probe-2023-02-10/>

60. NRG Reader. 2015. “The Resource Curse: The Political and Economic Challenges of Natural Resource Wealth”. Natural Resource Governance Institute. March 2015, accessed April 11, 2024. <https://www.u4.no/topics/oil-gas-and-mining/basics>; <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/nilsen-arias-declaro-que-recibio-sobornos-de-comercializadoras-de-crudo-por-sus-gestiones-en-petroecuador-nota/>

61. Public Eye. “Ecuador: How Gunvor initiated a decade of corruption”. Acesso em: 12 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.publiceye.ch/en/topics/commodities-trading/a-predator-called-gunvor-in-the-amazon/ecuador-how-gunvor-initiated-a-decade-of-corruption#:~:text=Using%20Oman%20Trading%20International%20as,with%20the%20US%20justice%20system>.

62. Villavicencio, F. and Solórzano, C. 2019, “Alexis Mera, Enrique Cadena y La Deuda China”. La Fuente Periodismo de Investigación. September 21, 2019. <https://periodismodeinvestigacion.com/2019/09/24/mera-cadena-y-deuda-china/>

63. Transparency International. 2024. “Corruption Perceptions Index 2023”. Accessed May 13, 2024. <https://images.transparencycdn.org/images/CPI-2023-Report.pdf>

64. Global Witness. 2023. “Standing Firm: The land and environmental defenders on the frontlines of the climate crisis.” September 13, 2023. <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/standing-firm/>

65. Global Witness. 2023.

66. Pesquisa realizada pelo Stand.earth Research Group usando dados declarados por embarcações dos EUA relativos a importações de petróleo bruto do Equador, da Colômbia, do Brasil e do Peru de 2013 a 2023.

67. 17 países são o lar de 70% da diversidade de espécies do planeta. Sete deles estão nas Américas, incluindo: Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru, Estados Unidos e Venezuela; em Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. 2024. “Países Megadiversos”. Glossário de termos. Acesso em 29 de maio de 2024.<https://www.ipbes.net/node/41475>

68. Data from RAISG, in Amazonia for Life. 2023. “Amazonia a contrarreloj: un diagnóstico sobre dónde y cómo proteger el 80% para 2025”. June 29, 2023. Accessed May 29, 2024. <https://amazonia80x2025.earth/es/amazonia-a-contrarreloj/>

69. O Peru tem mais de 38 milhões de hectares de concessões continentais de petróleo e gás e cerca de 13 milhões de hectares de concessões marítimas. Análise realizada pela Earth Insight, 2024; Oilbase [Conjunto de dados]. PetroPerú (s.d.). Lotes de Contrato PetroPetrú [Conjunto de dados]. Acessadoo em 29 de maio de 2024. https://www.idep.gob.pe/geoportal/rest/services/INSTITUCIONALES/LOTES_DE_CONTRATO_PETROPERU/MapServer;

70. Government of Peru, Ministry of Culture. 2023. “Ministerio de Cultura reafirma compromiso de fortalecer implementación de políticas públicas que garanticen los derechos de los PIACI”. Press Release. May 18, 2023. Accessed May 29, 2024. <https://www.gob.pe/institucion/cultura/noticias/759706-ministerio-de-cultura-reafirma-compromiso-de-fortalecer-implementacion-de-politicas-publicas-que-garanticen-los-derechos-de-los-piaci>

71. Base de Datos de Pueblos Indígenas u Originarios (BDPI). 2024. “Lista de pueblos indígenas u originarios”. Accessed May 29, 2024.<https://bdpi.cultura.gob.pe/pueblos-indigenas>

72. Os territórios incluem reservas PIACI existentes e que estão em fase de implementação, comunidades nativas e comunidades locais. Análise realizada pela Earth Insight (2024); Instituto del Bien Común. (2018). Comunidades Nativas e Comunidades Campesinas [Conjunto de dados]; RAISG. (2023). Territórios Indígenas [Conjunto de dados].Disponível em <https://www.raisg.org/en/maps/>; LandMark (2017). LandMark: A Plataforma Global de Terras Indígenas e Comunitárias. Disponível em: <http://www.landmarkmap.org/>.

73. OBSERVAÇÃO: o site público da OEFA relata 255 derramamentos de petróleo entre 1979 e 2019, mas a pesquisa atualizada complementa essas informações oficiais com dados de solicitações de informações públicas em León, A. e M. Zúñiga. 2020. “La sombra del petróleo Informe de los derrames petroleros en la Amazonía peruana entre el 2000 y el 2019”. Oxfam. https://oi-files-cng-prod.s3.amazonaws.com/peru.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/La-sombra-del-petroleo-esp.pdf

74. Munoz, Lupe. 2024. “Herencia tóxica: 3452 desechos de la explotación petrolera contaminan hasta hoy el Perú”. Mongabay.May 15, 2024.<https://es.mongabay.com/2024/05/herencia-toxica-desechos-explotacion-petrolera-contaminan-peru/>

75. Alvitres, Gloria. 2024. “Cementerios de petróleo: comunidades indígenas luchan contra la contaminación en medio de planes estatales para expandir operaciones”. Mongabay. February 21, 2024. <https://es.mongabay.com/2024/05/cementerios-de-petroleo-comunidades-indigenas-luchan-contra-contaminacion-peru/>

76. OHCHR. No date. “El Derecho de Agua”. Fact Sheet No. 35. Accessed May 29, 2024. <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/FactSheet35sp.pdf>

77. Amazon Watch. 2024. “Assessing Petroperú’s Financial, Legal, Environmental, and Social Risks”. Risk Alert, April 2024. <https://amazonwatch.org/assets/files/2024-04-petroperu-risk-alert.pdf>

78. Hurtado-Barboza, G. 2022. “La amenaza permanente de Petroperú a la Amazonía”. Amazon Watch: Eye on the Amazon. April 22, 2022. <https://amazonwatch.org/news/2022/0412-petroperus-ongoing-threat-to-the-amazon>

79. Government of Peru. No date. “Decreto Supremo que declara el reconocimiento de los Pueblos Indígenas Aewa, Taushiro, Tagaeri, Taromenane y Zaparo en situación de aislamiento, correspondientes al ámbito de la solicitud para la creación de la reserva Indígena Napo, Tigre y Afluentes.” Decreto Supremo N.º 010-2022-MC. Accessed May 29, 2024. <https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/3627239/DS%20N%C2%B0%20010-2022-MC.pdf.pdf>

80. Balzani, J. 2020. “GeoPark withdraws from Wampis and Achuar territories in the Peruvian Amazon, but annulment of Lot 64 remains pending”. Forest Peoples Programme. forestpeoples.org/en/geopark-withdraws-from-indigenous-territories-peruvian-amazon-annulment-pending

81. Amazon Watch. 2024.

82. León, A., & Zúñiga, M. (2000). “La sombra del petróleo. Informe de los derrames petroleros en la Amazonía peruana entre el” in Praeli, Y. 2020. “Nuevo informe indica que más de 400 derrames de petróleo afectaron la Amazonia peruana”. Mongabay. August 27, 2024. <https://es.mongabay.com/2020/08/informe-derrames-petroleo-amazonia-peruana/>

83. Ramsar Site Information Service. 2002. “Complejo de humedales del Abanico del río Pastaza”. Accessed May 29, 2024. <https://rsis Ramsar.org/ris/1174>

84. Pesquisa realizada pelo Stand.earth Research Group usando a base de dados Amazon Banks Database com dados sobre transações financeiras fornecidos pela Bloomberg Finance L.P.

85. Observação: Kakataibo Norte e Sul é uma única reserva (embora esteja dividida em duas partes), portanto, está combinada na figura deste mapa.

86. Análise realizada pela Earth Insight, 2024, incluindo dados de: AIDESEP. 2024. Pueblos indígenas en situación de aislamiento y contacto inicial (PIACI) [Conjunto de datos] e Base de Datos de Pueblos Indígenas u Originarios (BDPI). “Lista de pueblos indígenas u originarios”. Acesso em: 29 de maio de 2024. <https://bdpi.cultura.gob.pe/pueblos-indigenas>

87. Government of Peru. 2006. “Law No. 28736: Ley Para la Protección de Pueblos Indígenas u Originarios en situación de aislamiento y en situación de contacto inicial”. May 18, 2006. Accessed May 29, 2024.<https://leyes.congreso.gob.pe/Documentos/Leyes/28736.pdf>

88. Hill, David. 2016. “Pioneer gas project in Latin America fails Indigenous peoples”. The Guardian. 3 de junho de 2016. <https://www.theguardian.com/environment/andes-to-the-amazon/2016/jun/02/pioneer-gas-latin-america-indigenous-peoples>

89. Government of Peru, Ministry of Culture and USAID. 2016. “Los Pueblos Indígenas en aislamiento y contacto inicial de la Amazonia Peruana: Mecanismos para la protección de sus derechos.”National Library of Peru N° 2016-00711; ISBN: 978-612-4126-60-4. January 2016. https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PA00M1BF.pdf

90. Observação: Contrato de empréstimo LC No. 1441-OC/PE em Cueto, V. 2008. “Informe especializado de las obligaciones del estado peruano sobre la protección de los pueblos indígenas en aislamiento y en contacto inicial de la reserva territorial Kugapakori, Nahua, Nanti y Otros”.p.15 https://dar.org.pe/archivos/publicacion/24_informe_rtnk.pdf

91. Barclay, F. and Pedro García Hierro. 2014. “La batalla por “Los Nanti” Intereses y discursos superpuestos a favor de la extinción de la Reserva Territorial Kugapakori Nahua Nanti y Otros”. Versión preliminar. Perú Equidad – Centro de Políticas Públicas y Derechos Humanos. https://ia601200.us.archive.org/10/items/LaBatallaPorLosNanti_201404/La_batalla_por_los_Nanti.pdf

92. Barclay and Hierro. 2014.

93. Barandiarán, A., Gamboa Balbin, C., & Cueto La Rosa, V. 2007. “Diagnóstico situacional del nivel de cumplimiento de los compromisos asumidos por el gobierno del Perú en el ámbito del Proyecto Camisea.” Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR). June 2007. p.52.https://dar.org.pe/archivos/publicacion/27_21_compromisos.pdf

94. Government of Peru. No date. “Decreto Supremo que declara superficie en los departamentos de Cusco y Ucayali como “Reserva Territorial del Estado a favor de los grupos étnicos en aislamiento voluntario y contacto inicial Kugapakori, Nahua, Nanti y otros”. Decreto Supremo N.º 028-2003-AG. Accessed May 29, 2024. <https://assets.survivalinternational.org/documents/757/decreto-supremo-n-028-2003-ag.pdf>

95. AIDESEP. 2013. “58 organizaciones internacionales solicitan la intervension del Presidente Peruano a prohibir la expansion del Proyecto Camisea en una Reserva para pueblos en aislamiento.” September 27, 2013. <https://aidesep.org.pe/noticias/58-organizaciones-internacionales-solicitan-la-intervencion-del-presidente-peruano-a-prohibir-la-expansion-del-proyecto-camisea-en-una-reserva-para-pueblos-en-aislamiento/>

96. “Em projetos com possíveis impactos adversos sobre povos indígenas isolados (também conhecidos como “povos em isolamento voluntário”), exigir que esses projetos respeitem o direito desses povos de permanecer nessa condição e viver livremente de acordo com sua cultura. Projetos com potencial para impactar direta ou indiretamente esses povos, suas terras e territórios ou seu modo de vida devem incluir as medidas socioculturais apropriadas necessárias para (i) proteger a integridade física, territorial e cultural individual e coletiva desses povos; (ii) reconhecer, respeitar e proteger suas terras e territórios, meio ambiente, saúde e cultura; e (iii) evitar o contato com eles como consequência direta ou indireta do projeto.” in BID. 2006. “Política operativa sobre pueblos indígenas y Estrategia para el desarrollo indígena. Serie de estrategias y políticas sectoriales del Departamento de Desarrollo Sostenible.” Washington, DC. <https://historico.colombiasostenible.gov.co/files/2023-03/OP%20765%20Pol%C3%ADtica%20operativa%20pueblos%20ind%C3%ADgenas.PDF>

97. Letter from Alexei Avtonomov, President of the Committee for the Elimination of Racial Discrimination (CERD) to Luis Enrique Chavez Basagoitia, Ambassador, Permanent Representative of Peru to the United Nations office and other international organizations in Geneva, March 1, 2013, CERD/82nd/GH/MC/SW. Accessed May 12, 2024. https://www2.ohchr.org/english/bodies/cerd/docs/early_warning/Peru1March2013.pdf.

98. Government of Peru, Ministry of Health. 2003. “Pueblos en situación de extrema vulnerabilidad: El caso de los Nanti de la reserva territorial Kugapakori Nahua Río Camisea, Cusco. PERU/ MINSA/OGE - 04/009 & Serie Análisis de Situación de Salud y Tendencias”. December 2023. Accessed 31 May, 2024. P. 64. https://bvs.minsa.gob.pe/local/MINSA/1353_OGE161.pdf

99. Escobar, Ramiro. 2019. “Mercury poisoning chief among health problems facing Peru’s uncontacted tribes”. Mongabay. <https://news.mongabay.com/2019/05/mercury-poisoning-chief-among-health-problems-facing-perus-uncontacted-tribes/>; Giardino, Neil. 2020. “Remote Amazon tribe decimated by epidemic braces for COVID-19”. ABC News. <https://abcnews.go.com/International/remote-amazon-tribe-decimated-epidemic-braces-covid-19/story?id=70820347>

100. Government of Peru, Ministry of Health. 2017. “Health Situation Analysis of the Nahua People of Santa Rosa de Serjali in the RTKNN”. Accessed May 24, 2024 Pp. 84-86. https://www.dge.gob.pe/portal/docs/asis/Asis_Nahua.pdf

101. Hunt Oil Company of Peru. 2024. “Peru.” Accessed May 29, 2024. <https://www.huntoil.com/peru.aspx>;

102. Feather, Conrad. 2014. “Violating rights and threatening lives: The Camisea gas project and Indigenous Peoples in voluntary isolation”. Forest Peoples Programme. https://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2014/01/camisea-englishlowres_0.pdf; “Indigenous leaders defend rights of isolated peoples in COP 28.” 2023. Peru Support Group. Accessed May 13, 2024. <https://perusupportgroup.org.uk/2023/12/indigenous-leaders-defend-rights-of-isolated-peoples-in-cop-28/>

103. Escobar, Ramiro. 2019. “Mercury poisoning chief among health problems facing Peru’s uncontacted tribes”. Mongabay. <https://news.mongabay.com/2019/05/mercury-poisoning-chief-among-health-problems-facing-perus-uncontacted-tribes/>; Collyns, Dan. 2020. “Alarm as Covid-19 reaches recently contacted Amazon tribe”. The Guardian. <https://www.theguardian.com/global-development/2020/jul/15/amazon-indigenous-covid-19-remote-reserve>; Survival International. “Statements on the dangers of Camisea.” Survival International. <https://www.survivalinternational.org/articles/3347-statements-on-the-dangers-of-camisea>

104. Selibas, Dimitri. 2023. “Bill stripping Peru’s isolated Indigenous People of land and protections scrapped”. Mongabay. <https://news.mongabay.com/2023/07/bill-stripping-perus-isolated-indigenous-people-of-land-and-protections-scrapped/>; Amazon Watch. 2024. “Assessing Petroperú’s Financial, Legal, Environmental, and Social Risks”. <https://amazonwatch.org/assets/files/2024-04-petroperu-risk-alert.pdf>; Servindi. 2023. “Piden rechazar demanda que afectaría a los PIACI”. August 5, 2023. <https://www.servindi.org/actualidad-noticias/05/08/2023/piden-rechazar-demanda-que-afectaria-los-piaci>; Briceno, E. 2024. “Organizaciones Indígenas denuncian falta de presupuesto para la protección de pueblos en aislamiento.” Convoca. February 21, 2024. <https://convoca.pe/agenda-propia/organizaciones-indigenas-denuncian-falta-de-presupuesto-para-la-proteccion-de-pueblos>

105. Briceño, Edward. 2024. “Organizaciones Indigenas Denuncian Falta de Presupuesto para la Proteccion de Pueblos en Aislamiento”. Convoca. Feb 21, 2024. <https://convoca.pe/agenda-propia/organizaciones-indigenas-denuncian-falta-de-presupuesto-para-la-proteccion-de-pueblos>

106. “VF Letter and Report UNPFII 2024 EN.” Amazonia80x2025, 2024. <https://amazonia80x2025.earth/wp-content/uploads/2024/04/VF-Letter-and-Report-UNPFII-2024-EN.pdf>

107. Land Is Life. 2020. “Pueblos Indígenas en Aislamiento en la Amazonía y Gran Chaco, Informe regional: territorios y desarrollo”. Pp. 9-10. Accessed 29 May, 2024. https://www.pueblosaislados.org/_files/ugd/fe48e9_Obeada14ea094cf3a591a08f927ea25f.pdf

108.El Comercio, 28 February, 2013, in Feather, Conrad. 2014. “Violating rights and threatening lives: The Camisea gas project and Indigenous Peoples in voluntary isolation.” Forest Peoples Programme. https://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2014/01/camisea-englishlowres_0.pdf

109.Feather, Conrad. 2014. “Violating rights and threatening lives: The Camisea gas project and Indigenous Peoples in voluntary isolation.” Forest Peoples Programme. https://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2014/01/camisea-englishlowres_0.pdf

110.Neslen, Arthur. 2022. “Anglo-French oil firm threatens Amazon reserve for isolated Indigenous people.” The Guardian. Aug 23, 2022. <https://www.theguardian.com/world/2022/aug/23/anglo-french-oil-firm-perenco-threatens-amazon-reserve-for-isolated-indigenous-people-peru>

111. Santos, G. 2022. “Poder Judicial evaluará demanda que busca frenar creación de reserva Napo-Tigre”. Ojo Publico. Aug 18, 2022.

112. OECD. 2019. p.44

113. OECD. 2019. p.44

114. A OCDE também estipula que a devida diligência deve incluir as opiniões e perspectivas da sociedade na forma de consultas com as partes interessadas, bem como um canal de denúncia acessível. OCDE. 2019. p.23.

115. Stand.earth and Amazon Watch. 2021. Banking on Amazon Destruction: How European and U.S. banks fund the oil and gas industry despite environmental and social risk driving the Amazon over the brink. June 2021. <https://stand.earth/wp-content/uploads/2022/10/amazon-at-risk-scorecard-report-web-spreads.pdf>

116. Salcito, Kendyl. 2020. “FPIC at the IFC: How Performance Standard 7 Could Better Protect Indigenous Peoples and Uphold Human Rights”. NomoGaia. <https://nomogaia.org/wp-content/uploads/2020/11/PS7-at-the-IFC-Part-1-FPIC.pdf>

117. Salcito, Kendyl. 2020.

118. Stand.earth and Amazon Watch. 2021.

119. OECD. 2019. p.45

120.Watts, Jonathan. 2024. “Just 57 companies linked to 80% of greenhouse gas emissions since 2016.” The Guardian. April 4, 2024. <https://www.theguardian.com/environment/2024/apr/04/just-57-companies-linked-to-80-of-greenhouse-gas-emissions-since-2016>

121. Griffin, Paul. 2017. The Carbon Majors Database: CDP Carbon Majors Report 2017. Carbon Disclosure Project. <https://cdn.cdp.net/cdp-production/cms/reports/documents/000/002/327/original/Carbon-Majors-Report-2017.pdf?1501833772>

122. Watts, Jonathan. 2024.

123.Rainforest Action Network, BankTrack, Indigenous Environmental Network, Oil Change International, Reclaim Finance, Sierra Club, and Urgewald. “Banking on Climate Chaos”. 2024. <https://www.bankingonclimatechaos.org/>

124.Stand.earth Research Group. Amazon Banks Database. www.exitamazonoilandgas.org. See Appendix 1 for methods and details.

125.OECD. 2019. p.43

126.Ruggie, J. 2017. “Comments on the Thun Group of Banks Discussion Paper on the Implications of UN Guiding Principles 13 and 17 in a Corporate and Investment Banking Context.” Harvard Kennedy School of Government. Feb 21, 2017, p.3. https://www.ihrb.org/uploads/submissions/John_Ruggie_Comments_Thun_Banks_Feb_2017.pdf

127.OHCHR. 2017. “Response to request from Bank Track for advice regarding the application of the UNGPs on Business and Human Rights in the context of the banking sector.” June 12, 2017. P. 6-7. <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Business/InterpretationGuidingPrinciples.pdf>

128.RAISG, 2020. Amazonia Under Pressure. www.amazoniasocioambiental.org

129.RAISG. 2020.

130.From <https://intactforests.org/method.html>: Intact forests have (1) a minimum area of 50,000 hectares; (2) a minimum IFL patch width of 10 km; and (3) minimum corridor/appendage width of 2 km. The criteria were chosen to ensure that IFL patch core areas are large enough to provide refuge for wide-ranging animal species.

131. To view a list of countries that have ratified ILO Convention 169, please see: https://webapps.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO::P11300_INSTRUMENT_ID:312314; International Labor Organization. 2014. “Article 6, Convenio No 169 sobre Pueblos Indígenas y Tribales en Países Independientes” https://webapps.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_345065.pdf;

132.Oxfam. 2015. “Índice de Consentimiento de las Comunidades 2015: Posturas públicas de empresas de petróleo, gas y minería sobre el consentimiento libre, previo e informado”. Informe de Oxfam 207. July 25, 2015. p.8 https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/bp207-community-consent-index-230715-es_0.pdf

133.Barkhouse, A, Hoyland, H. and M. Limon. 2018. “Corruption: A Human Rights Impact Assessment. Policy Brief.” Universal Human Rights Group, Kroll. May 2018. <https://www.kroll.com/-/media/kroll/pdfs/publications/corruption-a-human-rights-impact-assessment.pdf>; García-Sayán, Diego. 2017. “Corruption, Human Rights, and Judicial Independence.” United Nations Office on Drugs and Crime. September 2017.

134.La Hora. 2024. “Ecuador tiene pendiente pagar hasta \$2.425,86 millones por laudos arbitrales perdidos”. February 28, 2024.<https://www.lahora.com.ec/pais/ecuador-pendiente-pagar-millones-laudos-arbitrales-perdidos/>

135.The Equator Principles are the Financial industry standard for determining, evaluating and managing environmental and social risks in projects; see Equator Principles. 2020. “Equator Principles EP4 July 2020.” https://equator-principles.com/app/uploads/The-Equator-Principles_EP4_July2020.pdf

136.Equator Principles. 2020.

137.Latham & Watkins LLP. 2015. “The Book of Jargon. US Corporate & Bank Finance. The Latham & Watkins Glossary of US Corporate and Bank Finance Slang and Terminology.” https://www.lw.com/admin/upload/Documents/BoJ_US_Corporate_and_Bank_Finance-locked-March-2015.pdf

138.Citibank. 2024. “Environmental & Social Policies”. Accessed May 10, 2024. <https://www.citigroup.com/global/our-impact/sustainability/environmental-and-social-policies>

139.A Base de Dados da Amazônia é uma ferramenta criada pelo Stand.earth Research Group usando dados da Bloomberg (Bloomberg Finance L.P.) referentes às transações financeiras realizadas pelas principais empresas de petróleo e gás na Amazônia. A base de dados identifica os bancos envolvidos nessas transações e estima o valor total financiado por cada banco. Para obter mais informações e a metodologia, consulte exitamazonoilandgas.org.

140.Research by Stand.earth Research Group using the Amazon Banks Database with data on financial transactions from Bloomberg Finance L.P.

141.Reclaim finance. 2024. “Oil and Gas Policy Tracker”. Accessed May 14, 2024. <https://oilgaspolicytracker.org/>

142.OECD. 2019. p.46

143.Monetary Authority of Singapore. 2022. “Information Paper on Environmental Risk Management (Banks)”. <https://www.mas.gov.sg/-/media/mas-media-library/publications/monographs-or-information-paper/bd/2022/information-paper-on-environmental-risk-management-banks.pdf>

144.Monetary Authority of Singapore. 2022. “Information Paper on Environmental Risk Management (Banks)”. <https://www.mas.gov.sg/-/media/mas-media-library/publications/monographs-or-information-paper/bd/2022/information-paper-on-environmental-risk-management-banks.pdf>

145.Research by Stand.earth Research Group using the Amazon Banks Database with data on financial transactions from Bloomberg Finance L.P.

146.OECD. 2019. p. 41

147.OECD. 2019. p.51

148.ClientEarth. 2021. “Summary ClientEarth Complaint Concerning Saudi Arabian Oil Company (Saudi Aramco) And The Kingdom Of Saudi Arabia And JPMorgan, Citi, HSBC, SMBC, Crédit Agricole, Morgan Stanley, Bnp Paribas, Goldman Sachs, Mizuho, Société Générale, And EIG Global Energy Partners”. <https://www.clientearth.org/media/I44by31b/clientearth-complaint-concerning-saudi-arabian-oil-company.pdf>.

149.UN Human Rights Office of the High Commissioner. 2023. ‘Business and Human Rights in Challenging Contexts. Considerations for Remaining and Exiting.’ August 2023. <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/business/bhr-in-challenging-contexts.pdf>

150.Bank of America and JPMorgan Chase both have this stipulation on their World Heritage Site exclusions.

151. Citibank. 2023. “Environmental and Social Policy Framework”. March 2023. <https://www.citigroup.com/rcs/citigpa/akpublic/storage/public/Environmental-and-Social-Policy-Framework.pdf>

152.Research by Stand.earth Research Group using the Amazon Banks Database with data on financial transactions from Bloomberg Finance L.P.

153.Citibank. 2023. Pg. 19.

154.Citibank. 2023. Pg. 19.

155.Citibank. 2023. Pg. 3.

156.Research by Stand.earth Research Group using the Amazon Banks Database with data on financial transactions from Bloomberg Finance L.P.

157.JPMorgan Chase. 2023. ESG Report 2022.

164. “For transactions where we can identify that the use of proceeds may have the potential to impact Indigenous Peoples, we expect our clients to demonstrate alignment with the objectives and requirements of IFC Performance Standard 7 on Indigenous Peoples, including with respect to circumstances requiring Free, Prior and Informed Consent.” in JPMorgan Chase. 2021. “Environmental and Social Policy Framework”. p.9.

165. Jessop, Simon, Isla Binnie, and Ross Kerber. 2024. “JPMorgan, Citi, Wells, BofA are no longer signatories: Equator Principles website.” Reuters, March 6, 2024. www.reuters.com/business/finance/jpmorgan-citi-wells-bofa-are-no-longer-signatories-equator-principles-website-2024-03-05/

166. JPMorgan Chase & Co. 2024. “Human Rights.” JPMorgan Chase. Accessed May 13, 2024. www.jpmorganchase.com/about/our-business/human-rights

167. Equator Principles Association. 2024. “JPMorgan Chase & Co. 2022.” Equator Principles. Accessed May 13, 2024. <https://equator-principles.com/report/jpmorgan-chase-co-2022/>

168. Research by Stand.earth Research Group using the Amazon Banks Database with data on financial transactions from Bloomberg Finance L.P.

169. Research by Stand.earth Research Group using the Amazon Banks Database with data on financial transactions from Bloomberg Finance L.P.

170. Itaú Unibanco. 2024. “Environmental, Social and Climate Responsibility Policy (Global)”. Jan. 16, 2024. <https://www.itaubr.com/download-file/v2/d/42787847-4cf6-4461-94a5-40ed237dca33/7f64b0fe-28a6-d8bd-5821-84a2fa3dd1f?origin=1#:text=PURPOSE%20The%20%E2%80%9CEnvironmental%2C%20Social%20and,well%20as%20in%20its%20relationship>

171. Itaú Unibanco. 2023. “ESG Report 2022”. Accessed May 13, 2024. <https://www.itaubr.com/download-file/v2/d/42787847-4cf6-4461-94a5-40ed237dca33/808d64f4-b6a6-647a-77d8-5d2bbdee03a7?origin=2>.

172. O artigo 231 da Constituição brasileira de 1988 reconhece “os povos indígenas como os primeiros e naturais proprietários da terra e garante seu direito à terra”.2 Por meio da Constituição, o governo federal tem a obrigação de demarcar as terras, o que fornece uma garantia formal, incluindo o status de proteção, além ser obrigado a realizar esforços para preservar as terras indígenas tradicionais por meio de processos formais de posse legal da terra. Desde 1988, o Brasil assumiu outros compromissos internacionais com a soberania das terras indígenas, inclusive sendo um dos principais apoiadores e signatários da Convenção nº 169 da OIT de 1989 sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Tribais e da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) em 2007.4 in Chau. S. 2023. “Constitutional land rights for Indigenous people in Brazil.” Indigenous Land Rights: Brazil. June 6, 2023.<https://www.sdg16.plus/policies/constitutional-land-rights-for-indigenous-people-in-brazil/>

173. Itaú Unibanco. 2021. “Procedures to Environmental and Social (E&S) Risk - Credit”. May 26, 2021. <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/42787847-4cf6-4461-94a5-40ed237dca33/eb837ad3-d910-7234-b720-5152a22515de?origin=2>

174. Itaú Unibanco did not answer Stand.earth request to verify the policy analysis from this report.

175. International Finance Corporation. 2012. “Performance Standard 7: Indigenous Peoples”. January 1, 2012. <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2010/2012-ifc-performance-standards-en.pdf>

176. Itaú Unibanco. 2023. p.34

177. Equator Principles. 2020. “Guidance Notes: Implementation Note The Equator Principles”. Accessed May 13, 2024. https://equator-principles.com/app/uploads/Implementation_Note_Sept2020.pdf.

178. Santander. “Bradesco, Itaú Unibanco and Santander announces joint plan to promote sustainable development of the Amazon”. July 23, 2020. <https://www.santander.com/en/press-room/press-releases/2020/07/bradesco-itaunibanco-and-santander-announces-joint-plan-to-promote-sustainable-development-of-the-amazon>; Bradesco. 2023. “Amazon Plan: three years of achievements, lessons, and challenges”. September 2023. Accessed May 13, 2024. <https://banco.bradesco/assets/classic/pdf/sustentabilidade/amazon-plan.pdf>; ItaúUnibanco. 2024. “Amazon.” Accessed May 13, 2024. <https://www.itaubr.com/sustentabilidade/en/esg-strategy/amazon/>

179. Kühne, K., Bartsch, N., Driskell Tate, R., Higson, J., and A. Habet. 2022. “Carbon Bombs - Mapping key fossil fuel projects.” Energy Policy, Volume 166: 2022. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2022.112950>

180. Santander Group. No date. “Environmental, social & climate change risk management: activities that require special attention and prohibited activities.” Accessed May 13, 2024. <https://www.santander.com/content/dam/santander-com/en/contenido-paginas/nuestro-compromiso/pol%C3%ADticas/do-environmental-social-and-climate-change-risk-policy-en.pdf>

181. Bank of America. 2023. “Bank of America Corporation Environmental and Social Risk Policy (ESRP) Framework.” December 2023. <https://about.bankofamerica.com/content/dam/about/pdfs/environmental-and-social-risk-policy-december-2023.pdf>

182. Bank of America. Undated. “Forest Practices Policy”. Accessed April 1, 2024. https://about.bankofamerica.com/content/dam/about/pdfs/forest_practices.pdf

183. Reuters. 2023. “Petroperú returns to crude production at major discontinued oil block.” Reuters, February 28, 2023. www.reuters.com/business/energy/Petroperu-returns-crude-production-major-discontinued-oil-block-2; Amazon Watch. 2022. “Petroperú’s Ongoing Threat to the Amazon”. April 12, 2022. <https://amazonwatch.org/news/2022/0412-Petroperus-ongoing-threat-to-the-amazon>

184. Bank of America. “Forest Practices Policy”. Accessed April 1, 2024.https://about.bankofamerica.com/content/dam/about/pdfs/forest_practices.pdf

185. Salcito, Kendyl. 2020. “FPIC at the IFC: How Performance Standard 7 Could Better Protect Indigenous Peoples and Uphold Human Rights”. NomoGaia. <https://nomogaia.org/wp-content/uploads/2020/11/PS7-at-the-IFC-Part-1-FPIC.pdf>

186. Cuestión Pública. 2022. “How Colombia disenfranchised Indigenous Inga communities in favor of oil.” Mongabay. <https://news.mongabay.com/2022/06/how-colombia-disenfranchised-indigenous-inga-communities-in-favor-of-oil/>

187. Rainforest Action Network, BankTrack, Indigenous Environmental Network, Oil Change International, Reclaim Finance, Sierra Club, and Urgewald. “Banking on Climate Chaos”. 2024. https://www.bankingonclimatechaos.org/wp-content/uploads/2024/05/BOCC_2024_vF1.pdf

188. HSBC. 2024. “HSBC Energy Policy.” January 2024. Accessed May 10, 2024. <https://www.hsbc.com/news-and-views/news/hsbc-news-archive/our-energy-policy-to-support-net-zero-transition>

189. Stand.earth and Amazon Watch. 2021. “Banking on Amazon Destruction”. <https://stand.earth/wp-content/uploads/2022/10/amazon-at-risk-scorecard-report-web-spreads.pdf>

190. Research by Stand.earth Research Group using the Amazon Banks Database with data on financial transactions from Bloomberg Finance L.P.

191. Research by Stand.earth Research Group using the Amazon Banks Database with data on financial transactions from Bloomberg Finance L.P.

192. JPMorgan Chase. 2024. “Sustainability, Our Initiatives.” Accessed May 13, 2024. <https://www.jpmorganchase.com/impact/sustainability/es-initiatives>

193. The bank’s sustainability initiatives include:

194. JPMorgan Chase. 2024. “Human Rights.” Accessed May 13, 2024. <https://www.jpmorganchase.com/about/our-business/human-rights>

195. Kimbrow, Liz. 2021. “JPMorgan Chase expanding deforestation policies under shareholder pressure.” Mongabay. April 13, 2021. <https://news.mongabay.com/2021/04/jpmorgan-chase-expanding-deforestation-policies-under-shareholder-pressure>

196. Citigroup. 2024. “Environmental and Social Policies.” Accessed May 13, 2024. <https://www.citigroup.com/global/our-impact/sustainability/environmental-and-social-policies>

197. “Building upon government efforts, companies must not infringe upon the rights and protections for Indigenous Peoples contained in relevant national law, including those laws implementing host country obligations under international law. Globally, in project-related lending for projects involving involuntary resettlement of Indigenous communities, significant impacts on land and natural resources traditionally used by the community, or significant impacts on critical cultural heritage, project sponsors are expected to have engaged in meaningful consultation with directly affected Indigenous Peoples, with the goal of achieving Free Prior and Informed Consent (FPIC). “ in Citigroup. 2024. “Environmental and Social Policies.” Accessed May 13, 2024. <https://www.citigroup.com/global/our-impact/sustainability/environmental-and-social-policies>

198. Oxfam. 2015. “Índice de Consentimiento de las Comunidades 2015: Posturas públicas de empresas de petróleo, gas y minería sobre el consentimiento libre, previo e informado”. Informe de Oxfam 207. July 25, 2015. p.8 https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/bp207-community-consent-index-230715-es_O.pdf

199. Bank of America. 2023. “Bank of America Corporation Environmental and Social Risk Policy (ESRP) Framework.” December 2023. <https://about.bankofamerica.com/content/dam/about/pdfs/environmental-and-social-risk-policy-december-2023.pdf>

200. Santander. 2024. “Supporting the green transition”. Accessed May 10, 2024. <https://www.santander.com/en/our-approach/inclusive-and-sustainable-growth/supporting-the-green-transition>

201. HSBC. 2024. “Sustainability Risk”. Accessed May 10, 2024. <https://www.hsbc.com/who-we-are/esg-and-responsible-business/managing-risk/sustainability-risk>

202. Amazon Cooperation Treaty Organization. 2023. “Belem Declaration”. August 9, 2023. Accessed May 13, 2024. <https://otca.org/wp-content/uploads/2021/09/Declaracion-de-Belem.pdf>

203. Müller, C.R. 2020. “Brazil and the Amazon Rainforest – Deforestation, Biodiversity and Cooperation with the EU and International Forums.” In depth analysis for the committee on the Environment, Public Health and Food Safety of the European Parliament, Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies. European Parliament, Luxembourg. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2020/648792/IPOL_IDA\(2020\)648792_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2020/648792/IPOL_IDA(2020)648792_EN.pdf)

204. Liu, T., Chen, D., Yang, L. et al. 2023. “Teleconnections among tipping elements in the Earth system.” Nat. Clim. Chang. 13, 67–74 (2023). <https://doi.org/10.1038/s41558-022-01558-4>

205. KPMG N.V. “Ready or not? An assessment of sustainability integration in the European banking sector.” KPMG N.V. 2015. https://wwfeu.awsassets.panda.org/downloads/survey_wwf_banking_def.pdf

206.Ruggie, J. 2017. “Comments on the Thun Group of Banks Discussion Paper on the Implications of UN Guiding Principles 13 and 17 in a Corporate and Investment Banking Context.” Harvard Kennedy School of Government. Feb 21, 2017, p.3. https://www.ihrb.org/uploads/submissions/John_Ruggie_Comments_Thun_Banks_Feb_2017.pdf

207.ClientEarth. 2021. “Summary ClientEarth Complaint Concerning Saudi Arabian Oil Company (Saudi Aramco) And The Kingdom Of Saudi Arabia And JPMorgan, Citi, HSBC, SMBC, Crédit Agricole, Morgan Stanley, Bnp Paribas, Goldman Sachs, Mizuho, Société Générale, And EIG Global Energy Partners”. <https://www.clientearth.org/media/l44by31b/clientearth-complaint-concerning-saudi-arabian-oil-company.pdf>.

208.Ports identified so far include Esmeraldas, Ecuador; Bayóvar, Peru; Talara, Peru; and Tumaco, Colombia.

209.Salient clauses in the declaration to endorse the Amazonia for Life, 80x25 Initiative: 17. Commitment of the financial sector to ensure the respect of Indigenous Peoples’ rights and to end deforestation in all the supply chains the sector finances. 18.Generate mechanisms to ensure transparency and accountability in the financial sector and value chains, States and climate finance, protected areas and Indigenous territories in Amazonia For Life. 2024. “Declaration.” Accessed May 15, 2024. <https://amazonia80x2025.earth/declaration/>

210.Warmeden, Ward. 2022. “Financiers of the Global Coal Exit List- Finance Research Methodology”. Profundo. January 27, 2022. https://www.coalexit.org/sites/default/files/download_public/Financing%20the%20Global%20Coal%20Exit%20List%202021_Methodology%20%281%29.pdf

211. Where:

212.OECD. 2019. “Due Diligence for Responsible Corporate Lending and Securities Underwriting: Key considerations for banks implementing the OECD Guidelines for Multinational Enterprises.” October 29, 2019. www.oecd.org/investment/due-diligence-for-responsible-corporate-lending-and-securities-underwriting.htm

213.International Union for the Conservation of Nature (IUCN) and United Nations Environment Program (UNEP). 2024. “World Database on Protected Areas.” Protected Planet. <https://www.protectedplanet.net/en>

214.Ramsar Sites Information Service. 2024.” Ramsar Boundaries Map.” Downloaded January 15, 2024. <https://rsis Ramsar.org/>

215.UNESCO. 2024. “World Heritage Online Map Platform: World Heritage properties (point data).” Downloaded January 15, 2024. <https://whc.unesco.org/en/wh-gis/>

216.RAISG. 2024. “Territorios Indigenas.” Downloaded January 15, 2024. <https://www3.socioambiental.org/geo/RAISGMapaOnline/>

217.Key Biodiversity Areas. 2024. “KBA Boundaries” Data requested October 2023. <https://www.keybiodiversityareas.org/>

218.Critical Ecosystem Partnership Fund. 2024. “Biodiversity Hotspots Shapefile: GIS data.” Downloaded October 2023. <https://www.cepf.net/our-work/biodiversity-hotspots/hotspots-defined>

219.International Union for the Conservation of Nature (IUCN). “Species Richness and Rarity-Weighted Richness Data: Red List version 2023-1.” Spatial data and mapping resources. Downloaded January 15, 2024. <https://www.iucnredlist.org/resources/other-spatial-downloads>

220.Hill, S. L., Arnell, A., Maney, C., Butchart, S. H., Hilton-Taylor, C., Ciciarelli, C., and Burgess, N. D. 2019. “Measuring forest biodiversity status and changes globally.” Frontiers in Forests and Global Change, 2, 70. <https://doi.org/10.3389/ffgc.2019.00070> in Global Forest Watch. 2024: <https://www.globalforestwatch.org/>.

221.Intact Forest Landscapes Mapping Team. 2021. “”IFL 2020 Dataset.” November 29, 2021. <https://intactforests.org/>

222.Earth Insight, (2024). Oilbase [Data set]; Ecuadorian Ministry of Energy and Mines of Ecuador, (2021). Bloque Petrolero [Data set]. Available at <https://iedg.sni.gob.ec/servicios/descargas/>

223.Earth Insight, (2024). Oilbase [Data set]; PetroPetro. Lotes de Contrato [Data set]. Available at https://www.idep.gob.pe/geoportal/rest/services/INSTITUCIONALES/LOTES_DE_CONTRATO_PETROPERU/MapServer

224.RAISG. (2022). Oil [Data set].

225.OEFA. Hidrocarburo [Data set]. Available from <https://www.idep.gob.pe/geoportal/rest/services/INSTITUCIONALES/OEFA/MapServer/4>

226.Ministry of Energy and Mines, (2021). Available from <https://iedg.sni.gob.ec/servicios/descargas/>

227.Runfola, D. et al. 2020. “geoBoundaries: A global database of political administrative boundaries.” PLoS ONE 15(4): e0231866. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0231866>

228.C. Vancutsem, F. Achard, J.-F. Pekel, G. Vieilledent, S. Carboni, D. Simonetti, J. Gallego, L.E.O.C. Aragão, R. Nasi. 2021. “Long-term (1990-2019) monitoring of forest cover changes in the humid tropics.” Science Advances 1(10). 10.1126/sciadv.abe160

229.IP and LC lands: Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos del Ecuador - CODENPE. (2013). Quito, Ecuador.; EcoCiencia, MAE. (2016). Nacionalidades and Zona Intangibles, as provided to RAISG.; LandMark. (2017). LandMark: The Global Platform of Indigenous and Community Lands. Available at: <http://www.landmarkmap.org/>.; Instituto del Bien Común. (2018). Comunidades Nativas and Comunidades Campesinas; RAISG. (2023). Indigenous Territories. Available at <https://www.raisg.org/en/maps/>

230.AIDSESP. (2024). Pueblos indígenas en situación de aislamiento y contacto inicial (PIACI) [Data Set]. Available by request

231.Oil Spills (Ecuador): Ministry of Environment, Water and Ecological Transition, (2022). Fuente de contaminación por Hidrocarburos. Programa de Reparación Ambiental y Social. Available at <http://ide.ambiente.gob.ec:8080/mapainteractivo/>

232.OEFA. Emergencias Ambientales Hidrocarburos [Data set]. Available from <https://www.idep.gob.pe/geoportal/rest/services/INSTITUCIONALES/OEFA/MapServer/41>



BELLINGHAM

Traditional Lummi and Nooksack Lands
1329 N State St #302
Bellingham, WA 98225
phone +1 360 734 2951

SAN FRANCISCO

Traditional Chochenyo and Karkin Ohlone Lands
548 Market Street
Suite 74196
San Francisco, CA 94104-5401
phone +1 415 863 4563

VANCOUVER

The Unceded Territories of the Səl ilwətaʔ,
xʷməŋkʷəyəm, and Skwx wú7mesh Nations
5307 Victoria Drive, Suite 347
Vancouver, BC V5P 3V6
phone +1 604 331 6201

Stand is an advocacy organization that brings people together to demand that corporations and governments put people and the environment first
stand.earth



QUITO

Calle Sevilla N24-358 y Guipuzcoa,
La Floresta,
Quito, Ecuador
coica@coicamazonia.org
phone +593 023226744

COICA, the Coordinating Body of Indigenous Organisations of the Amazon Basin, was founded in the Peruvian capital Lima in 1984. It is the umbrella organisation representing more than 511 Indigenous Peoples, including 66 Peoples in Situation of Isolation and Initial Contact. Since its founding it has been advocating for indigenous peoples' rights.